

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE ARTES E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

**DISCURSO POLÍTICO DE LULA: O PAPEL DO  
MARCADOR “NÃO” NA CONSTRUÇÃO  
DA PERSONA TEXTUAL**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**Erick Kader Callegaro Correa**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2015**



# **DISCURSO POLÍTICO DE LULA: O PAPEL DO MARCADOR “NÃO” NA CONSTRUÇÃO DA PERSONA TEXTUAL**

**Erick Kader Callegaro Correa**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Mestre em Letras**

**Orientadora: Profa. Dra. Sara Regina Scotta Cabral**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2015**

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Correa, Erick Kader Callegaro  
Discurso político de Lula: o papel do marcador "não" na construção da persona textual. / Erick Kader Callegaro Correa.-2015.  
149 p.; 30cm

Orientadora: Sara Regina Scotta Cabral  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Artes e Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, RS, 2015

1. Sistema de Avaliatividade 2. Negação 3. Discurso Político I. Cabral, Sara Regina Scotta II. Título.

---

© 2015

Todos os direitos autorais reservados a Erick Kader Callegaro Correa. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita mediante a citação da fonte.  
E-mail: erickcallegaro@gmail.com

---

**Universidade Federal de Santa Maria**  
**Centro de Artes e Letras**  
**Programa de Pós-Graduação em Letras**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Dissertação de Mestrado

**DISCURSO POLÍTICO DE LULA: O PAPEL DO MARCADOR "NÃO" NA  
CONSTRUÇÃO DA *PERSONA* TEXTUAL**

Elaborada por  
**Erick Kader Callegaro Correa**

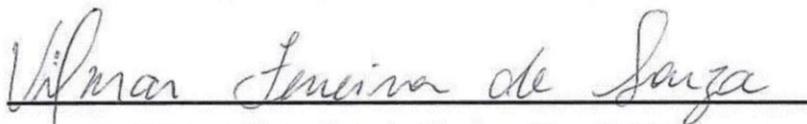
como requisito parcial para a obtenção do grau de  
**Mestre em Letras**

**Comissão Examinadora:**



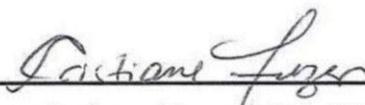
---

**Sara Regina Scotta Cabral, Dr. (UFSM)**  
**(Presidente/Orientadora)**



---

**Vilmar Ferreira de Souza, Dr. (IFCE)**



---

**Cristiane Fuzer, Dr. (UFSM)**

Santa Maria, 25 de fevereiro de 2015



## RESUMO

Dissertação de Mestrado  
Programa de Pós-Graduação em Letras  
Universidade Federal de Santa Maria

### **DISCURSO POLÍTICO DE LULA: O PAPEL DO MARCADOR “NÃO” NA CONSTRUÇÃO DA PERSONA TEXTUAL**

AUTOR: ERICK KADER CALLEGARO CORRÊA  
ORIENTADORA: SARA REGINA SCOTTA CABRAL  
Data e Local: Santa Maria, 25 de fevereiro de 2015

Ao produzirmos significados, nos vários contextos nos quais nos encontramos, estamos sempre avaliando o mundo ao nosso redor, seja de forma positiva ou negativa. Porém, não avaliamos apenas através de elementos típicos como atributos e advérbios, mas também através do engajamento que construímos com os textos de outros indivíduos. Recursos linguísticos como o marcado negativo "não", indicador de polaridade negativa (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, 2014), constitui, para Martin e White (2005), um item léxico-gramatical com potencial semântico altamente avaliativo. Partindo do sistema de modalidade, o "não" provoca contração dialógica, cujo efeito retórico é o fechamento do espaço dialógico em relação à proposição que acompanha: serve para que o locutor desvalorize, tome como não verdade ou invalide proposições produzidas anteriormente ao seu texto. No presente estudo, coletamos 107 discursos que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva proferiu no primeiro semestre de seu primeiro mandato e, através de critérios estabelecidos, selecionamos o discurso do então Presidente da República, comumente chamado de Lula, em visita ao Retiro de Itaici – CNBB, proferido em 1º de maio de 2003. Processado pela ferramenta computacional *WordSmith Tools 6.0*, o "não" apresentou a ocorrência de 175 vezes, sendo o elemento léxico-gramatical mais recorrente no texto. A partir desses dados e através dos estudos sobre o fenômeno de negação, em Halliday e Matthiessen (2004, 2014), Martin e White (2005), Tottie (1987) e Pagano (1994), foi possível delinear quatro tipos de negação por meio do uso funcional do marcador negativo "não": quando o *locus* de negação é a oração projetante, Lula recorre à negação direta/proposicional ou à transferida/modal; quando o *locus* de negação é a oração projetada, Lula recorre ou à direta/proposicional, transferida/modal ou à gradual. Desta análise, delineamos a *persona* textual que o presidente constrói, através desses discursos significativamente permeados da negação, e identificamos as estratégias políticas, referentes ao seu *ethos*, que o ajudaram a atingir um índice de popularidade e satisfação de 87%, ao longo dos seus dois mandatos, segundo dados do CNT/SENSUS. Os resultados indicam que o uso intenso da negação é a tentativa de invalidação que o então novo presidente faz dos atos dos governos anteriores ao seu. Ao negar, Lula reforça a tese de que seu governo, uma vez petista, é diferenciado dos outros, alimentando, no público, a esperança de um país melhor; a partir de sua gestão, o Brasil poderá ser uma nação mais democrática, na qual os erros do passado não serão repetidos, e que as camadas menos favorecidas da sociedade receberão mais atenção do Poder Público. A *persona* textual e o *ethos* também são apresentados enquanto conhecedores dos problemas e das condições das áreas sociais e econômicas da sociedade: o constante uso da negação revelava que Lula almeja corrigir o conhecimento de seu público putativo em relação ao Brasil, trazer à tona problemas que antes não eram discutidos por sujeitos políticos.

**Palavras-chave:** Sistema de Avaliatividade. Negação. Discurso Político.



## ABSTRACT

Master Thesis  
Post-Graduation Program in Linguistics  
Federal University of Santa Maria

### LULA'S POLITICAL SPEECH LULA'S POLITICAL SPEECH: THE ROLE OF THE MARKER "NOT" IN CONSTRUCTING THE TEXTUAL PERSONA

AUTHOR: ERICK KADER CALLEGARO CORREA

ADVISOR: SARA REGINA SCOTTA CABRAL

Place and Date: Santa Maria, February, 25<sup>th</sup>, 2015.

When we produce meaning within the various contexts in which we found ourselves, we are assessing the world around us, either positively or negatively. However, we do not just evaluate through typical elements such as attributes and adverbial structures. We also evaluate through the engagement we built upon the texts of others. Linguistic resources as the negative marker "no", an indicator of negative polarity (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004 2014) also constitutes itself an element with highly evaluative potential. From the modality system the negative item *no* provokes dialogic contraction, whose rhetoric effect is the closing of the dialogic space in relation to the proposition that it accompanies: the speaker uses the negation to devalue, take in as untrue or invalidate propositions produced previously to his/her text. In this study, we aim to locate, analyze and categorize the frequency of usage of the lexicogrammar item "no" in 107 speeches from Brazil's the ex-president Lula Inácio Lula da Silva, made in the first semester of his first mandate (2003-2006) and through criteria established, we selected one speech, called *Speech of the President of the Republic, Luiz Inácio Lula da Silva, when visiting Itaiçi's Retirement House – CNBB*, delivered on May 1<sup>st</sup> 2003. Processed by WordSmith Tools 6.0 (SCOTT, 2006), it was found 175 occurrences of the word "no" and it was classified the most used word in the text. From these data and through the studies of the negation phenomenon in Halliday and Matthiessen (2014) Martin and White (2005), Pagano (1994), Tottie (1987), we proposed five types of negation through the functional usage of the negative marker "no": when the *locus* of negation is upon a projecting clause, Lula chose between direct/propositional negative or transferred/modal negation; when the *locus* of negation is upon a projected clause, Lula chose amongst direct/propositional negation, transferred/modal negation or gradual negation. Then, we provided hypotheses about the textual persona that Lula created through such speeches with the meaningful usage of negation and identify the political strategies, regarding to his *ethos* that helped him achieve 87% of popularity and satisfaction amongst the Brazilian population. Our first hypothesis is that the meaningful usage of negation is the invalidation that the new former president does on the acts of previous government. When denying, Lula reinforces the thesis that his government, once affiliated to the Workers' Party, is different from others. Such idea feeds the public the hope that under his management, Brazil can become a more democratic nation, in which the errors of the past will not be repeated and that lower classes will be remembered by the Public Power. Textual *persona* and *ethos* are also presented as aware of problems and conditions of social and economical areas of society: the constant usage of negation reveals that Lula urges to correct his public in terms of knowledge about Brasil, bringing awareness of issues that were never mentioned or discussed before by politicians.

**Keywords:** Appraisal. Negation. Political Speech.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Análise tridimensional do discurso. ....	25
Figura 2 – Estratos da linguagem.....	36
Figura 3 – Metafunções em relação ao campo, modo e relações. ....	38
Figura 4 – Sistema de Modalidade.....	44
Figura 5 – Diagrama mostrando a relação da Modalidade com a Polaridade e Modalização. ....	45
Figura 6 – Diagrama mostrando a relação da Modalidade com a Polaridade e Modulação.....	46
Figura 7 – Rede do Sistema de Polaridade.....	52
Figura 8 – Engajamento – Contração e Expansão.....	68
Figura 9 – Engajamento – Expansão dialógica. ....	70
Figura 10 – O sistema de engajamento.....	74
Figura 11 – Gráfico das palavras mais recorrentes nos 107 textos coletados .....	80
Figura 12 – Palavras mais recorrentes no <i>corpus</i> selecionado.....	83
Figura 13 – Palavras mais recorrentes do texto selecionado para análise. ....	92
Figura 14 – Parte do diagrama central .....	97
Figura 15 – Diagrama do marcador negativo <b>não</b> .....	100
Figura 16 – Visibilidade da negação. ....	101
Figura 17 – <i>Locus</i> de negação .....	103
Figura 18 – A Linha da léxico-gramática.....	114



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Funções primárias da linguagem .....	41
Quadro 2 – Níveis de generalização da linguagem.....	65
Quadro 3 – Níveis de generalização do Sistema de Avaliatividade .....	66
Quadro 4 – Dados estatísticos do <i>corpus</i> formado por 107 discursos .....	80
Quadro 5 – Relação quantitativa de cada tipo de marcador negativo <b>não</b> . .....	111



## LISTA DE ANEXOS

ANEXO A – Discurso do Presidente da República, Luíz Inácio Lula da Silva, em visita ao Retiro de Itaici – CNBB .....	131
ANEXO B Relação dos 107 discursos coletados .....	146



# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	17
<b>CAPÍTULO 1 – DISCURSO E POLÍTICA.....</b>	<b>23</b>
1.1 <b>Discurso, discurso político e discurso do político .....</b>	<b>23</b>
1.1.1 Discurso político e gênero .....	27
1.1.2 Modos de persuasão e <i>persona</i> textual .....	31
<b>CAPÍTULO 2 – INTERPESSOALIDADE.....</b>	<b>35</b>
2.1 <b>Pressupostos teóricos da Linguística Sistêmico-Funcional .....</b>	<b>35</b>
2.2 <b>A Metafunção Interpessoal .....</b>	<b>41</b>
2.3 <b>Negação e pressuposição.....</b>	<b>48</b>
2.3.1 Polaridade negativa na perspectiva de Halliday e Matthiessen (2014).....	51
2.3.2 Polaridade negativa na perspectiva de Tottie (1987) e Pagano (1994) .....	55
<b>CAPÍTULO 3 – SISTEMA DE AVALIATIVIDADE.....</b>	<b>63</b>
3.1 <b>Pressupostos teóricos do Sistema de Avaliatividade .....</b>	<b>63</b>
3.2 <b>Expansão e contração dialógica .....</b>	<b>67</b>
3.3 <b>Negação e relação autor/leitor.....</b>	<b>74</b>
<b>CAPÍTULO 4 – METODOLOGIA .....</b>	<b>77</b>
4.1 <b>Universo de análise .....</b>	<b>78</b>
4.2 <b>Seleção do <i>corpus</i>.....</b>	<b>82</b>
4.3 <b>Procedimentos de análise dos dados.....</b>	<b>83</b>
<b>CAPÍTULO 5 – RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>89</b>
5.1 <b>Contexto de situação.....</b>	<b>89</b>
5.2 <b>Categorias do marcador “não”.....</b>	<b>96</b>
5.3 <b>Marcador "não": rejeição e negação.....</b>	<b>98</b>
5.4 <b>Marcador "não" e visibilidade .....</b>	<b>101</b>
5.5 <b>Marcador "não" e <i>locus</i> de negação .....</b>	<b>102</b>
5.5.1 Na oração projetante .....	103
5.5.2 Na oração projetada .....	104
5.5.3 Na proposição.....	105
5.6 <b>Marcador "não" e <i>ethos/persona</i> textual.....</b>	<b>112</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>119</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>123</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>129</b>



## INTRODUÇÃO

O presente trabalho está vinculado ao grupo de pesquisa do CNPQ "Linguagem como Prática Social", bem como à linha de pesquisa "Linguagem no Contexto Social", do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria. Além disso, está inserido ao "Núcleo de Estudos em Língua Portuguesa – NELP" (CABRAL, 2010), registrado sob o número 026308 do Gabinete de Projetos do Centro de Artes e Letras (GAP/CAL) e no projeto de pesquisa "Mídia, Política e Gramática Sistêmico-Funcional", registro GAP/CAL 034712 (CABRAL, 2013), cujos objetivos estão voltados às análises de textos em língua portuguesa em diversos contextos sociais, empregando textos legítimos, reais e contextualmente condicionados.

A partir do NELP e do projeto de pesquisa mencionados, trabalhos sobre contextos sociais distintos, teoricamente embasados nas teorias linguísticas de Halliday e Matthiessen (2004, 2014) e pelo Sistema de Avaliatividade, de Martin e White (2005), foram publicados. Dentre eles, destacamos Nichele (2013) que, à luz da Gramática Sistêmico Funcional, analisou entrevistas de pacientes com câncer e como estes avaliam sua experiência enquanto portadores da doença; Farencena (2012) estudou as fábulas de Esopo e Millôr Fernandes em relação à representação dos personagens dentro dos gêneros literários; Ribeiro (2014) analisou o gênero boletins de ocorrência de crime de linguagem contra a honra, na perspectiva do Sistema de Avaliatividade, de Martin e White (2005). No contexto midiático, Cabral (2007), com o objetivo de apresentar os principais pressupostos teóricos do Sistema de Avaliatividade (2005), analisou colunas de opinião sobre o episódio de Larry Rohter que criticou o hábito de beber do ex-presidente Lula. Nunes (2013) analisou as avaliações feitas em editoriais da *Folha de S. Paulo* sobre o desempenho da Presidente Dilma Rousseff. Rodrigues (2013), cujo *corpus* de estudo foram colunas opinativas, buscou a assinatura valorativa de Eliane Catanhêde.

Para dar conta da pesquisa, buscamos selecionar um *corpus* que viesse ao encontro da proposta do projeto de pesquisa, "Mídia, Política e Gramática Sistêmico-Funcional" (CABRAL, 2013). A Biblioteca da Presidência da República possui uma imensa compilação de discursos tanto do presidente vigente quanto de ex-presidentes, separados por mandato e semestre. Tínhamos um interesse especial

pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva que, segundo uma pesquisa do Instituto Sensus – empresa fornecedora de serviços de pesquisas quantitativas na geração e obtenção de informações para formulações de estratégias no campo político, governamental e empresarial –, encomendada pela Confederação Nacional dos Transportes, doravante CNT/SENSUS, em 2010, terminou seus dois mandatos com um índice de satisfação de 87%, batendo o recorde de aprovação na história da Presidência brasileira, segundo a própria instituição pesquisadora.

Decidimos reunir todos os discursos políticos que Lula proferiu no primeiro semestre de seu primeiro mandato e os processamos com o auxílio da ferramenta computacional *WordSmith Tools* 6.0 (SCOTT, 2006). Nos 107 discursos coletados, o *software* acusou a ocorrência de 3098 vezes o marcador negativo **não**, sendo um dos elementos linguísticos mais empregado nos discursos de Lula.

As razões pelas quais selecionamos o *corpus* deste trabalho centram-se em dois aspectos: o poder social que os discursos do ex-presidente Lula possuem no cenário da política brasileira e o ineditismo que rodeia os estudos sobre contração dialógica a partir do Sistema de Avaliatividade.

A primeira razão é baseada na pesquisa que a CNT/Sensus (2010) fez para mensurar o índice de popularidade de Lula, que concluiu seus dois mandatos com um índice elevado de satisfação, fato que indica um grande poder social e político por parte do ex-presidente. Seus discursos transformaram-se num material valioso para uma análise linguístico-contextual e podem nos dar pistas sobre as condições de produção textual dentro das quais tais discursos se apresentam.

A segunda razão é o ineditismo em relação aos trabalhos sobre contração dialógica. Trabalhos que se concentram na forma como Lula refuta de forma demasiada ainda não foram vistos e podem ser complementares aos objetivos da linha de pesquisa, cujo propósito é analisar a linguagem em situações reais de uso, isto é, a linguagem em forma de prática social, agindo como elemento constituinte da sociedade.

O problema de pesquisa que ora se apresenta é: **Por que Lula recorre tantas vezes ao marcador "não" em seus discursos e de que forma esse fenômeno linguístico influencia na construção de sua *persona* textual?** Nos estudos de Martin e White (2005), a negação faz parte do fenômeno de contração dialógica, forma que invalida proposições anteriores e fecha o espaço para futuras avaliações.

Sendo assim, o objetivo geral deste trabalho é determinar o papel semântico da negação na construção da *persona* textual de Lula em um discurso em relação ao alinhamento/desalinhamento com seu público<sup>1</sup>. Para atingir o objetivo geral a que nos propomos, estabelecemos os seguintes objetivos específicos:

- 1) Selecionar um discurso que represente o fenômeno de negação, segundo critérios de tamanho de arquivo e número de ocorrências do marcador negativo **não**, dentre os 107 discursos coletados;
- 2) Caracterizar o contexto de situação em que o discurso selecionado foi produzido;
- 3) Identificar todas as ocorrências em que Lula utiliza a negação através do seu elemento típico, marcador **não**;
- 4) Categorizar os usos do **não**, de acordo com Halliday e Matthiessen (2004, 2014), no nível léxico-gramatical e, de acordo com Martin e White (2005), no nível semântico;
- 5) Identificar as funções semânticas do **não** na construção da *persona* textual, no discurso selecionado;
- 6) Expor os efeitos retóricos originados do uso significativo da negação no discurso político de Lula.

Uma das hipóteses é a de que o uso significativo do marcador **não**, considerado como recurso avaliativo pela teoria, pode ser interpretado como um estilo avaliativo do ex-presidente, para alcançar efeitos retóricos que lhe convêm, através de seus discursos políticos.

Para que nossos objetivos fossem atingidos, inicialmente fizemos uso da pesquisa quantitativa, a fim de aferir as recorrências do marcador negativo **não**. Na busca de mais fidedignidade dos dados numéricos, usamos a ferramenta computacional *WordSmith Tools* 6.0 (SCOTT, 2012), através das ferramentas *WordList* e *Concordance*. Também fizemos uso de procedimentos qualitativos, ao realizarmos a análise semântico-interpretativa (RODRIGUES, 2013), a fim de compreendermos os efeitos retóricos do emprego da negação na construção da *persona* textual do ex-presidente Lula.

---

<sup>1</sup> Neste trabalho, os termos público, leitor e audiência são sinônimos daqueles a quem Lula dirige seus discursos.

O trabalho está estruturado em Introdução, cinco capítulos centrais e um final. O primeiro capítulo, intitulado “Discurso Político e *Ethos*”, apresenta o conceito da atividade política que seguimos neste estudo, de acordo com Charaudeau (2011), a visão aristotélica de persuasão e suas três formas de uso. Além disso, apresentamos a abordagem que adotamos em relação ao conceito de gênero discursivo.

O segundo capítulo, intitulado “Interperssoalidade”, que reúne o campo de estudo e a base teórico-gramatical usados neste trabalho, está distribuído em duas seções principais: na primeira, descrevemos a apresentação dos pressupostos teóricos da Linguística Sistêmico-Funcional (doravante LSF), tais como a noção de linguagem (HALLIDAY, 1994; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, 2014) e a abordagem do funcionamento da linguagem em contextos sociais legítimos, em especial, os significados que são produzidos em âmbito das relações entre os usuários da língua.

Perpassando vários estudos sobre o fenômeno de negação e seu funcionamento, especialmente, seus efeitos retóricos em situações reais de uso, ainda no capítulo dois, enfocamos a categoria de polaridade. Primeiramente, apresentamos um panorama geral das abordagens iniciais sobre a negação (HORN, 2001; JESPERSEN, 1917) e depois o seu tratamento de acordo com a LSF (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014). Logo, descrevemos a característica dialógica do ato de negar e as consequências pragmáticas e retóricas de seu uso (TOTTIE, 1987; PAGANO, 1994).

"Avaliatividade" (MARTIN; WHITE, 2005), título do terceiro capítulo, explicita os três subsistemas de avaliação e suas formas léxico-gramaticais, detalhando, em especial, o subsistema de engajamento, suas categorias semânticas e os efeitos retóricos nos leitores putativos.

No quarto capítulo, apresentamos a Metodologia, que aborda os procedimentos gerais que seguimos para análise do *corpus* selecionado. Está subdividida em Universo de Análise, critérios para a seleção do *corpus* e uma breve biografia de Lula, além dos detalhes dos passos metodológicos.

No quinto capítulo, descrevemos a aplicação da nossa metodologia no *corpus* selecionado e fazemos uma análise de acordo com as categorias elencadas para o fenômeno da negação. Apontamos, também, algumas considerações sobre o significativo uso da negação, respondendo aos problemas de pesquisa propostos e

sugerindo novos desdobramentos para a análise de discursos políticos. Por fim, apresentamos as considerações finais e as possibilidades para novos estudos.



# CAPÍTULO 1 – DISCURSO E POLÍTICA

## 1.1 Discurso, discurso político e discurso do político

Ao entrarmos no âmbito dos discursos políticos, percebemos um problema quanto aos termos que usamos quando nos referimos a discurso e discurso político em sua instância discursiva (discurso político) e instância textual (discurso do político). Para tanto, recorreremos a Fairclough (2003) e Meurer (2010) para definir um conceito de discurso e localizar as instâncias do discurso político. Quando nos referimos apenas a **discurso**, perspectiva que seguimos, empregamos o conceito de Fairclough (2003) e Chouliaraki e Fairclough (2005).

Fairclough (2003, p. 91) conceitua o discurso como prática social, isto é, “modo de ação, forma por que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação”. O autor (2003, p. 91) ressalta que, ao pensarmos em discurso, temos de ter em mente a relação dialética que ele possui com a estrutura social:

[...] o discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também, relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes.<sup>2</sup>

Quando mencionamos práticas sociais, utilizamos o conceito de Fairclough (2003, p. 25), que afirma: “práticas sociais podem ser vistas como articulações de diferentes tipos de elementos sociais que são associados com áreas específicas da vida social”. Esses elementos, segundo Resende e Ramalho (2009), possuem a nomenclatura de momentos da prática e são: o discurso (ou semiose), atividade material, relações sociais (relações de poder e luta hegemônica pelo estabelecimento, manutenção e transformação dessas relações) e fenômeno mental (crenças, valores e desejos – ideologia).

O funcionamento de uma prática social, então, ocorre quando esses elementos, possuindo relações mais ou menos estáveis, entram em processos de internalização e articulação, na qual o discurso “é tanto um elemento da prática social que constitui outros elementos sociais, como também é influenciado por eles,

---

<sup>2</sup> Todas as citações desta dissertação que são de autores cuja língua não é a portuguesa estão traduzidas e são de nossa responsabilidade.

em uma relação dialética de articulação e internalização” (RESENDE; RAMALHO, 2009). O constante processo de articulação que ocorre tanto entre os momentos da prática social como dentro de cada um deles deve ser visto segundo duas características principais.

De acordo com Chouliaraki e Fairclough (2005, p. 21), a articulação entre os momentos da prática social é constituída de relações maleáveis, passíveis de mudança, porém, ao mesmo tempo, capazes de se estabilizarem como consequência da forma na qual os indivíduos agem dentro da própria prática social, resultando no que os autores chamam de “uma permanência mais ou menos relativa”. A outra característica centra-se na mudança entre as relações que cada momento (e dentro de cada momento) possui: quando os agentes sociais articulam tais relações diferentemente, a configuração estrutural da prática social modifica, criando, assim, novas relações entre os elementos da própria prática.

Dentro de cada momento da prática social, há também movimentações discursivas provenientes da configuração de uma ordem de discurso específica (gêneros, discursos e estilos), como se fossem momentos do próprio momento maior da prática social. É através dessa (ou da rede de práticas sociais) que a estrutura social é capaz de moldar os discursos dos agentes sociais. Resende e Ramalho (2009, p. 41) definem como a estrutura social é capaz de interferir na movimentação dos agentes sociais em seus discursos:

Estruturas sociais são entidades abstratas que definem um potencial, um conjunto de possibilidades para a realização de eventos. Mas a relação entre o que é estruturalmente possível e o que acontece de fato não é simples, pois os eventos não são os efeitos diretos das estruturas: a relação entre eles é mediada por “entidades organizacionais intermediárias”, as práticas sociais (Fairclough, 2003 p. 23). Assim, pode-se dizer que estruturas, práticas e eventos estão em um *continuum* de abstração/concretude.

Conforme citado anteriormente, o discurso pode ser visto como um elemento social que articula e é articulado pelos agentes sociais inseridos em práticas sociais específicas. Ao nos aproximarmos do discurso como elemento social, podemos dizer que ele se configura em três maneiras diferentes dentro da prática social (FAIRCLOUGH, 2003): gêneros, discursos e estilos. Os gêneros dizem respeito à forma como os agentes sociais se inter-relacionam discursivamente, por exemplo: entrevistas, textos acadêmicos, *blogs*, entre outros. Os discursos são aqui entendidos como uma forma específica de se representar a realidade. De acordo

com a reafirmação de Meurer (2010, s. p.), em uma entrevista para a Revista Brasileira de Linguística Aplicada, discurso “é o conjunto de afirmações que, articuladas através da linguagem, expressam os valores e significados das diferentes instituições [...]”.

O estilo é como o agente social utiliza a linguagem, desta ou daquela forma, atribuindo-lhe características identitárias próprias ou, conforme a visão de Martin e White (2005), o estilo é o que delinea a *persona* textual e sua assinatura valorativa, isto é, traços avaliativos que determinam uma identidade textual para o falante/escritor. Fairclough (2003, p. 24) chama essa constituição discursiva de ordem do discurso, cuja função na prática social é

[selecionar] certas possibilidades definidas pela linguagem e excluir outras – [gêneros, discursos e estilos] controlam a variação linguística de uma área particular da vida social. Logo, ordens do discurso podem ser vistas como a organização e o controle da variação linguística.

Quando nos referimos a **discurso político**, recorremos ao modelo tridimensional de Fairclough (2003), que define o funcionamento do discurso. Segundo o autor, a divisão do discurso em três dimensões é uma tentativa de reunir duas formas de análise discursiva: a macrossociológica, que significa discutir como e em quais práticas sociais o discurso se insere, dentro da estrutura social, e a microssociológica que “[...] considera a prática social como alguma coisa que as pessoas produzem ativamente e entendem com base em procedimentos de senso comum compartilhados” (2003, p 100). Ou seja, como mostra a figura 1, o discurso é encontrado dentro de uma prática social, na qual se movimenta, dependendo da prática discursiva dos agentes sociais e se materializa em forma de texto.

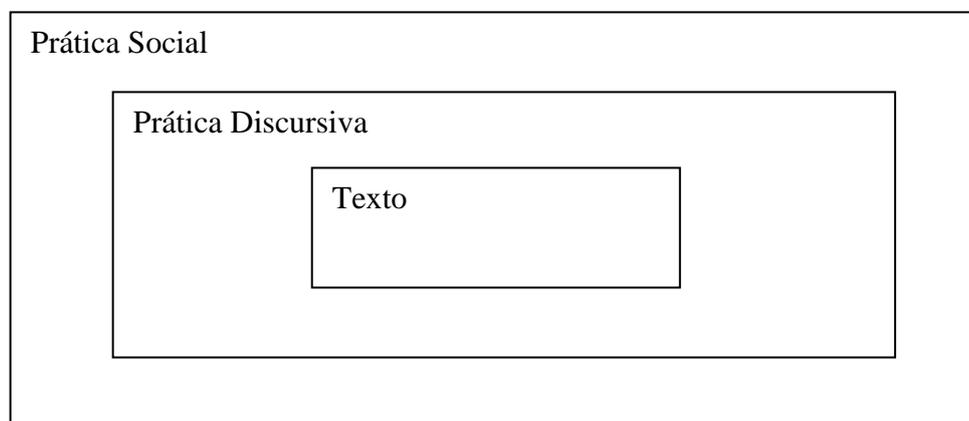


Figura 1 – Análise tridimensional do discurso.

Fonte: Fairclough (2006, p. 73).

Na instância da prática social, Fairclough (2003) inclui ideologia e hegemonia. Ideologia, segundo o autor, são significações/construções da realidade: maneiras que grupos sociais específicos interpretam o mundo físico, mantêm suas relações interpessoais e constroem suas identidades sociais. Com base nos trabalhos de Gramsci (1971), Fairclough (2003) conceitua hegemonia como a manutenção de uma ideologia específica em vários domínios da sociedade. É a constante luta por dominação e legitimação sobre a sociedade como um todo, interpelando domínios econômicos, culturais e políticos. Para o autor (2003, p. 92): “é um foco na constante luta em pontos de instabilidade entre classes e blocos, é construir, dar estrutura ou desestabilizar alianças de dominação/subordinação, que pode tomar formas políticas e ideológicas”. Nessa linha, Souza (2011) cita Reisgl (2008, p. 97), que define

política como tudo o que políticos fazem na busca de sua profissão política. Essas definições de política e discurso político profundamente delimitam os limites do discurso político, que foi investigado por muitas disciplinas dentro de várias abordagens teóricas.

Na instância da prática discursiva, Fairclough (2003) afirma que seu funcionamento envolve processos de produção, distribuição e consumo textual. É nesta instância que discursos específicos, como o **discurso político**, são caracterizados como tais. Conforme Graber (1981, p. 196), esse discurso ocorre “quando atores políticos dentro e fora do governo comunicam-se sobre assuntos políticos para propósitos políticos”. Dentro das condições da prática discursiva, consideramos **discurso político** o discurso produzido em locais de ação política, como governos, ministérios, locais oficialmente reconhecidos, onde a política de uma nação é mantida por agentes políticos eleitoralmente reconhecidos.

Quando o **discurso político** é usado por um agente político reconhecido socialmente, e seu texto, tanto na forma oral quanto escrita, é construído, a partir de conjunturas políticas, o discurso passa a ser, em nossa visão, o **discurso do político**<sup>3</sup>, isto é, textos de caráter argumentativo-persuasivo, dotado de um estilo próprio e um estilo conforme ideologia partidária, originando um *ethos* (imagem de si) ou uma *persona* textual.

---

<sup>3</sup> Para diferenciarmos os significados ambíguos que “discurso político” provoca no leitor, foi necessário cunhar um termo que delimitasse a que discurso estamos nos referindo nesta dissertação. A terminologia “discurso DO político” é nossa, já que não encontramos qualquer referência a isso na literatura.

Nesta instância, Fairclough (2003) sugere uma análise textual, concentrada na observação do vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual. Como o objetivo desta dissertação não é uma análise de discurso crítica, não entramos em detalhes sobre a metodologia de análise oferecida pelo autor.

Assim, quando nos referimos a **discurso político**, consideramos em sua instância discursiva, isto é, suas condições de produção, distribuição e consumo textual, os elementos que caracterizam como político. Já quando nos referimos a textos e/ou falas de agentes políticos, chamaremos de **discurso do político**. No caso do *corpus* desta pesquisa, chamaremos o texto selecionado de **discurso do Lula** e demais ramificações.

Na próxima seção, caracterizamos o discurso político em sua instância discursiva e trazemos uma abordagem que nos auxilia em seu entendimento na sua instância textual enquanto gênero textual.

#### 1.1.1 Discurso político e gênero

Em relação ao discurso político enquanto instância discursiva, Gastil (1992) afirma que política e discurso são inextricavelmente ligados, porque a política, enquanto atividade verbal (CHARAUDEAU, 2011), apoia-se em estruturas linguísticas, e comportamentos linguísticos necessariamente estão ligados a estruturas de dominação e legitimação.

Trazendo para o campo da análise linguística, Charaudeau (2011) destaca que podemos, primariamente, pensar o ato político tanto como atividade verbal quanto ação. O ato de linguagem é regido por três princípios: o de alteridade, na qual nos definimos como sujeitos em relação ao outro; o de influência, na qual trazemos o outro para nós mesmos e, também, “para que o outro pense, diga ou aja segundo a intenção daquele [nós]”, e o de regulação, quando o outro também possui um projeto de influência (CHARAUDEAU, 2011, p. 16). Já a ação política é o aspecto que determina a ordem social dos indivíduos, para que possam conviver mais ou menos harmoniosamente, em vista do bem comum. Ambos aspectos da política (linguagem e ação) entram numa relação de reciprocidade, na qual um não existe sem o outro, originando-se práticas sociais de cunho político.

Logo, se o discurso político figura-se em forma de práticas sociais complexas, originárias da relação recíproca entre linguagem e ação, um problema aparece

diante dos estudiosos: como analisar a configuração do discurso político que surge das palavras de um político? Charaudeau (2011) sugere, ao dissertar sobre os lugares de fabricação do discurso político, que é necessário focarmos no discurso político como **ato de comunicação**, no qual se figura o lugar dos atores políticos que, dentro da cena de comunicação política, possuem o poder de influenciar as opiniões públicas, a fim de obter adesões, rejeições ou consensos. É durante o evento comunicativo que se encontram estratégias para a materialização de solidariedade, formas retóricas para a adesão a ideias particulares com fins ao acesso ao poder. É nessa cena de comunicação política que o discurso político é utilizado.

Pinto (2006), num trabalho que sugere formas metodológicas para interessados na análise do discurso político, afirma que uma das principais características desse tipo de discurso é a necessidade de sobreviver e impor a sua verdade para um grande público e ainda sofre com a condição de não conseguir. A autora ressalta:

é o discurso cuja verdade está sempre ameaçada em um jogo de significações. Ele sofre cotidianamente a desconstrução, ao mesmo tempo só se constrói pela desconstrução do outro. É, portanto, dinâmico, frágil e, facilmente, expõe sua condição provisória (PINTO, 2006, p. 89).

A sua condição de fragilidade provém da grande quantidade de discursos de outros políticos, oriundos de diversas instituições, pelos quais os seres humanos são, segundo Pinto (2006), interpelados. Ela afirma que, durante toda a vida de um indivíduo, este adquire e se posiciona de várias maneiras enquanto sujeito dentro de um discurso específico. Por exemplo, Lula, no discurso que analisamos neste trabalho, mostra-se um sujeito multidiscursivo, pois, ao longo de sua fala, se expõe como um sindicalista, um seguidor da Igreja Católica, um lutador a favor de classes sociais desprivilegiadas, etc.

Dentro desse cenário de interpelação entre linguagem e ação e busca por poder, adesão, consensos ou rejeições, a constante construção e desconstrução do discurso político, perguntamo-nos sobre a função do discurso político em sociedade. Recorremos, para esta dúvida, ao conceito de ação política de Charaudeau (2011). Segundo o autor, essa é vista de maneira ideal como um determinante à vida social com o desejo do bem comum, alcançada pela tomada de decisões coletivas da comunidade.

Para se chegar a essas, os indivíduos que compõem a comunidade necessitam atingir um objetivo comum, isto é, abrir um espaço de discussão, a fim de que eles possam avaliar um projeto em comum. Logo, ressalta Charadeau (2011, p. 18): “[...] é preciso que o compromisso de ação, sempre sob a responsabilidade do coletivo, seja firmado por um seu representante”. Tendo por finalidade obter essa sistematização da ação política, é necessário um mecanismo de acesso para que ele chegue à representação do poder e, também, à modalidade de controle, representadas no interior e exterior de várias instituições, para regular abusos de poder através de movimentos reivindicativos. Podemos perceber, portanto, que, no espaço em que representantes deliberam sobre o bem-comum de sua comunidade, a ação verbal torna-se crucial, pois é por meio dela que o discurso político é materializado linguisticamente.

Segundo Charadeau (2011), existem duas instâncias que a ação política implica e que diretamente transformam a ação verbal do discurso político: a instância política, responsável pela realização da ação política, e a instância cidadã, encarregada da escolha de seus representantes. O autor afirma que a instância política se encontra em contradição, pois ela foi elevada ao poder pela instância cidadã a qual não é encarregada dos negócios do Estado e, por consequência, desconhece seu modo de funcionamento e “ignora as condições de realização da ação política” (CHARADEAU, 2011, p. 19).

Desse modo, a instância política, de caráter decisório, deve construir seus discursos políticos em função do possível, e aquela que a elegeu, a instância cidadã, almejar pelo desejável. Charadeau (2011, p. 19) caracteriza o exercício político como difícil, pois deve ditar leis e sancioná-las e, ao mesmo tempo, assegurar “o consentimento da instância cidadã”.

Nesse jogo de vozes, tanto Chilton e Schaffner (2002), Pinto (2006), quanto DeSouza (2011) e Charadeau (2011) confirmam a característica persuasiva do discurso político, pois, para ter acesso ao poder, é necessário que o representante enuncie seu discurso político a fim de convencer que seu projeto político é melhor do que o do seu adversário, desconstruindo-o ao mesmo tempo em que constrói o seu próprio. Chilton e Schaffner (2002, p. 5), retomado por Souza (2011), ainda ressaltam que política é “uma luta por poder entre duas partes, aquelas que procuram reclamar e manter poder e aquelas que procuram resistir a ele”.

O espaço de discussão política se torna um espaço de persuasão “no qual a instância política, jogando com argumentos da razão e da paixão, tenta fazer a instância cidadã aderir a sua ação” (CHARAUDEAU, 2011, p. 19). Neste espaço político, vários gêneros discursivos circulam: discursos propriamente ditos, palavras do ex-presidente, debates, pronunciamentos, apresentações em horários políticos, discursos de posse, projetos de lei, dentre outros. É o que aqui denominamos discurso **do** político.

Em paralelo ao conceito de **discurso político** de Charaudeau (2011), no que diz respeito à sua verbalização e ação, recorreremos ao conceito de gênero como ação social, de Carolyn Miller (1984). Para a autora, os gêneros são, acima de tudo, mais que simples substância ou forma de discurso (MILLER, 1984, p. 151-167). É a ação social que eles desencadeiam que deve ser observada. Interessa examinar a “conexão entre gênero e situação recorrente e o modo pelo qual pode ser expresso para representar uma situação retórica tipificada” (MILLER, 1984, p. 151).

Uma vez que adotamos a concepção de Miller (1984) de que o gênero caracteriza-se como elemento de ação social, tornando-se mais do que uma entidade formal, buscamos também apoio em Bakhtin – “tipos relativamente estáveis de enunciado” (BAKHTIN, [1979] 2000, p. 293), tendo em vista que, para o teórico russo, os enunciados estão sujeitos a condições sociais e provocam atitudes responsivas ativas. O conceito de gênero que adotamos não tem caráter simplista, porque os gêneros não existem fora de situações de interação verbal, e “o enunciado, em sua singularidade, apesar de sua individualidade e criatividade, não pode ser considerado como uma combinação absolutamente livre das formas da língua” (BAKHTIN, [1979], 2000, p. 304). Para o autor (2000, p. 123), isso acontece porque qualquer enunciação, independente de sua extensão, constitui apenas “um elo de uma corrente de comunicação ininterrupta”, do que decorre o necessário estudo das relações entre as situações concreta e a extralinguística, compreendido aí também o contexto social.

Apresentamos, na próxima seção, os modos de persuasão aristotélicos e uma comparação entre *Persona* Textual (MARTIN; WHITE, 2005) e *ethos* (ARISTÓTELES, 2005; CHARAUDEAU, 2011).

### 1.1.2 Modos de persuasão e *persona* textual

Dentro desse cenário retórico de persuadir a comunidade em relação à construção de laços de solidariedade e alinhamento para com o público, uma representação daquele que fala/escreve o discurso político surge, o *ethos*, e vem ao encontro do conceito de *persona* textual de Martin e White (2005). Nas próximas seções, explicitaremos rapidamente os conceitos de *logos*, *pathos* e *ethos* e como este último se alinha ao de *persona* textual. Isso nos é útil para que possamos sugerir uma interpretação sobre o caráter linguístico do ex-presidente Lula, dentro de seus discursos políticos, quando ele recorre ao fenômeno de negação de forma significativa.

Dentro da estrutura textual e discursiva de discursos de políticos, existe uma representação de identidade, um sujeito que opera através de argumentos retóricos para persuadir a sua audiência (CHARAUDEAU, 2011). Os estudos sobre essa representação discursiva dentro dos vários formatos de discursos políticos começaram com Aristóteles (2005), em sua obra *A Retórica*. O filósofo denomina essa figura representacional de *logos*, *pathos* e *ethos*. Entendemos aqui por persuasão quando um sujeito político tenta, através de um processo duplo, convencer seu público sobre a relevância do que seu discurso se propõe a apresentar e, ao mesmo tempo, fazer com que esse público tenha adesão aos valores que rondam tal projeto político. Trazemos uma citação de Charaudeau (2011, p. 79) a qual apresenta o duplo trabalho de um sujeito político e diz que

O político deve, portanto, construir para si uma dupla identidade discursiva; uma que corresponda ao conceito de político, enquanto lugar de constituição de um pensamento sobre a vida dos homens em sociedade; outra que corresponda à prática política, lugar das estratégias de gestão do poder.

O processo de persuasão se move entre os campos da razão e da emoção. Charaudeau (2011) afirma que não apenas o sujeito político utiliza argumentos racionais para convencer seu público sobre o que está em jogo em seu discurso, mas também tenta tocá-lo numa “disposição de espírito”, a fim de que o julgamento do público seja mais facilmente orientado para a direção que bem deseja.

Por um lado, o *logos*, que do grego significa razão, diz respeito ao uso desta na estrutura retórica do discurso político, um apelo lógico que se materializa na

descrição de fatos e funcionamentos de ideias ou na simulação deles. Do outro lado, o *pathos*, proveniente do grego significa paixão, excesso, catástrofe como brevemente citado anteriormente, é o recurso retórico da emoção: o sujeito político apela para as emoções de sua audiência, seja na forma de metáforas, em suas promessas futuras, baseando seu discurso nas esperanças de seu público ou, também, na maneira como o político performa seu discurso, de forma grandiosa e com um tom de voz alto.

O *ethos* é o modo de persuasão pelo qual o locutor constrói a sua representação de identidade enquanto sujeito político para seu público, mostrando-se fidedigno, entendido do assunto em pauta em seu discurso, isto é, digno de representar politicamente.

Porém, Charaudeau (2001, p. 114) apresenta uma questão importante quando falamos sobre o *ethos*: sua construção é anterior ao ato de enunciar, um dado preexistente ao discurso, ou se inscreve no ato do discurso político? O autor propõe que ambos aspectos devem ser considerados ao pensarmos na forma como o locutor utiliza o *ethos* enquanto discursiva. Por exemplo, pensemos no discurso de posse à nação que Lula proferiu dia 1º de janeiro de 2003. Há dois movimentos representacionais que ocorrem concomitantemente: a construção de um *ethos* a partir daquilo que se fala e, também, a de um *ethos* de acordo com dados discursivos preexistentes sobre aquele que discursiva. Charaudeau (2001, p. 115) reitera: “o sujeito aparece, portanto, ao olhar do outro, com uma identidade psicológica e social que lhe é atribuída, e, ao mesmo tempo, mostra-se mediante a identidade discursiva que ele constrói para si”. O sentido da palavra, no discurso político, dependerá da história político-discursiva do locutor (aquilo que ele é) e daquilo que ele fala/escreve no ato de comunicação (aquilo que ele diz). Portanto, o *ethos* é uma imagem de si (ARISTÓTELES, 2005), uma fusão entre a identidade discursiva e social do sujeito que enuncia.

Mainueneau (1989) pondera que o *ethos* não é dito explicitamente, porém é reflexo das escolhas retóricas do falante/escritor, é exposto na forma com a qual o sujeito político faz uso da linguagem persuasiva para alcançar alinhamento com seu público.

Contudo, devido à natureza do *corpus* que será analisado, delimitaremos o conceito de *ethos*, focando apenas na construção de uma representação de sujeito que surge no ato comunicativo, mais especificamente, na imagem persuasiva que se

origina da materialização linguística de discursos políticos. Nosso objeto de estudo é de natureza escrita: mesmo sendo discursos feitos para a oratória de Lula, em diversas ocasiões, esses foram registrados, primeiramente, no modo escrito. Também delimitamos aqui o conceito de *ethos* para pará-lo ao de *persona* textual ou identidade textual, em consonância com o Sistema de Avaliatividade de Martin e White (2005). De acordo com os autores, ao recorrermos a elementos com o potencial avaliativo, construímos, a partir do nosso texto, uma identidade textual, uma forma de avaliar o mundo particular e contextualmente condicionado.

*Ethos* e *persona* textual encontram e complementam-se no que tange às construções particulares de posições ideológicas que são encontradas nos discursos políticos. Como já exposto, *ethos* é a imagem de si (ARISTÓTELES, 2005), imagem construída através de movimentos retóricos, cujo objetivo final é persuadir públicos na adesão de projetos políticos para o bem comum da comunidade. A *persona* textual, caracterizada pela assinatura valorativa do sujeito político, vista por suas escolhas léxico-gramaticais pelo Sistema de Avaliatividade (MARTIN; WHITE, 2005) são construtos de vozes autorais cuja finalidade é a de alinhar ou desalinhar-se com seu público físico ou putativo e, ao mesmo tempo, construir para seus textos leitores/ouvintes ideais.

Nos próximos capítulos, apresentamos os pressupostos teóricos da Linguística Sistemico-Funcional, seu método de análise textual baseado em usos legítimos da linguagem, em vários contextos sociais, através do seu arcabouço teórico-gramatical, designado mais estritamente de Gramática Sistemico-Funcional.



## CAPÍTULO 2 – INTERPESSOALIDADE

### 2.1 Pressupostos teóricos da Linguística Sistêmico-Funcional

Elencamos a Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY, 1994; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014), doravante LSF porque ela surge a partir da tentativa do professor M. A. K. Halliday de associar os textos que produzimos a elementos não linguísticos, isto é, aqueles de origem contextual. Essa abordagem foi denominada sistêmica, pois cada oração (ou texto) que produzimos torna-se produto de escolhas linguísticas não arbitrárias, as quais jazem sob um paradigma semântico de outras escolhas linguísticas que poderiam ter sido elencadas. É funcional, pois associa as escolhas semânticas às funções sociais que a linguagem oferece. É o que Halliday (1994, p. 17) afirma sobre a gramática e os significados que produzimos: “A relação entre significado e fraseado não é [...] arbitrária; a forma gramatical se relaciona naturalmente com os significados que codifica [...]”.

A LSF também oferece, segundo Gouveia (2009), um arcabouço teórico-gramatical para a descrição e análise de textos, baseado no uso legítimo da língua em diversos e distintos contextos de uso. Neste sentido, a LSF é designada mais restritamente e adquire o nome de Gramática Sistêmico-Funcional, quando sugere ao seu leitor “instrumentos de descrição, uma técnica e uma metalinguagem que são úteis para a análise textual” (GOUVEIA, 2009, p. 14).

A LSF considera a linguagem como um sistema sócio-semiótico, não arbitrário de escolhas linguísticas que estão intrinsecamente associadas aos contextos do ato comunicativo. Logo, Halliday, em seu livro *Language as Social Semiotic: The Social Interpretation of Language and Meaning*, em 1978, e em seus consecutivos trabalhos (HALLIDAY, 1994; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004), buscou entender, nas pesquisas do antropólogo Malinowsky (1923), como, de fato, elementos de natureza não linguística interferem na escolha de potenciais significados que a língua, enquanto sistema, oferece aos falantes.

Malinowsky (1923) afirmou que há dois tipos de contextos que interagem com a atividade social e verbal, em qualquer ato comunicativo: um contexto de cultura e um de situação. O contexto de cultura é o conjunto de ideologias que valida a produção de significados de uma comunidade específica, isto é, valores e crenças

específicos que dão sentido aos textos. O contexto de situação são os momentos situacionais imediatos dos atos comunicativos e configura-se por três elementos: campo, modo e relações.

O campo diz respeito ao conteúdo semântico do que se fala/escreve; as relações são os papéis sociais que nós assumimos, ao nos engajarmos num ato comunicativo, e o modo é a forma como a linguagem se manifesta (escrito ou oral) e se organiza. Para Halliday e Hasan (1989), ambos contextos delineiam o que falamos ou escrevemos e relacionam-se dialeticamente: o texto cria o contexto da mesma forma que o contexto cria o texto e, desse ponto de tensão entre ambos, o homem produz significados.

Portanto, texto é uma unidade semântica mínima, que é ao mesmo tempo um produto e um processo. É um produto, pois é resultado final de escolhas linguísticas, e é processo, pois, sob o texto, existe um sistema de significados potenciais que poderiam ter sido escolhidos, porém, não os foram devido ao seu contexto de cultura e situação. De acordo com Halliday e Hasan (1989) e Halliday e Matthiessen (2014), ambos os contextos delimitam nossa produção de significados. Os autores afirmam que a linguagem é composta por estratos, conforme a figura 2.

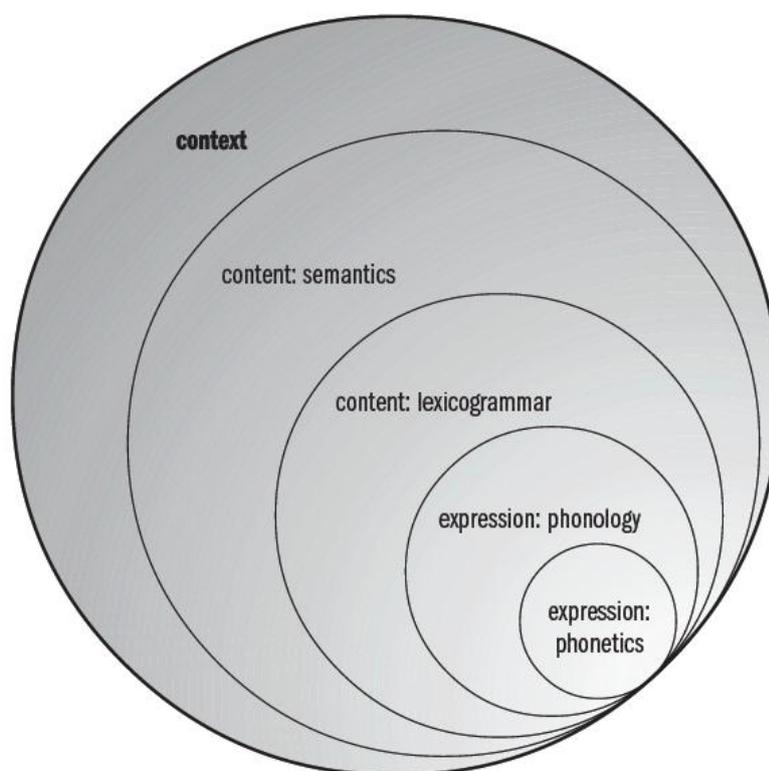


Figura 2 – Estratos da linguagem.

Fonte: Halliday e Matthiessen (2014, p. 26)

Os autores posicionam o contexto de cultura e contexto de situação (respectivamente) no estrato do contexto. Os outros quatro estratos são divididos em dois modos estratais: conteúdo e expressão. No primeiro, estão os estratos da semântica e da léxico-gramática; e no outro, fonologia/fonética e grafologia. Tomando a perspectiva do falante/escritor, Halliday e Matthiessen (2014) exemplificam o processo de produção de significado através da abordagem estratificada da linguagem. Tendo em mente as funções que a linguagem exerce na vida das pessoas, um falante/escritor consegue produzir sentido de suas experiências e conduzir interações sociais com outras pessoas nos diferentes contextos em que transita. Assim, os dois systemicistas (2014, p. 25) explicam que

a gramática tem de se envolver com o que acontece fora da linguagem: com os acontecimentos e condições do mundo, e com os processos sociais em que nós nos engajamos. Mas ao mesmo tempo, tem de organizar a construção da experiência e organizar os processos sociais, para que eles possam ser transformados em palavras.

Há, então, duas etapas para que a linguagem se materialize, ou, no estrato na expressão, ganhe forma fonética/fonológica ou escrita. Na primeira, que ocorre no estrato da semântica, experiência e relações sociais são transformadas em significados. Na segunda, ao passar para o estrato da léxico-gramática, esses significados são transformados em orações.

Halliday e Matthiessen (2004, 2014) chamam de realização a relação que os estratos possuem entre si. Os significados produzidos pelas variáveis do contexto são realizados por três metafunções no nível semântico: a metafunção ideacional (campo), a metafunção interpessoal (relações) e a metafunção textual (modo), conforme apresentado na figura 3.

No nível léxico-gramatical, a linguagem consegue manipular esses três tipos de significados, isto é, a codificação das três metafunções: o sistema de transitividade (ideacional), o sistema de modo (interpessoal) e o sistema temático (textual). Logo, em cada oração que produzimos, realizamos três tipos de significados: aqueles que representam nossa experiência, aqueles que codificam a maneira como nos relacionamos com as pessoas e aqueles que organizam o conteúdo das nossas orações de forma coerente.

Cada metafunção, no estrato da léxico-gramática, é realizada por um sistema: o sistema de transitividade realiza a metafunção ideacional, o sistema de

modo realiza a metafunção interpessoal e o sistema temático, a metafunção textual. Vale ressaltar que as metafunções ocorrem ao mesmo tempo quando estamos em interação, porém, por motivos de pesquisa e para melhor identificar sua função e realização no estrato léxico-gramatical, apresentamos cada uma individualmente (HALLIDAY, 1994; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004,2014).

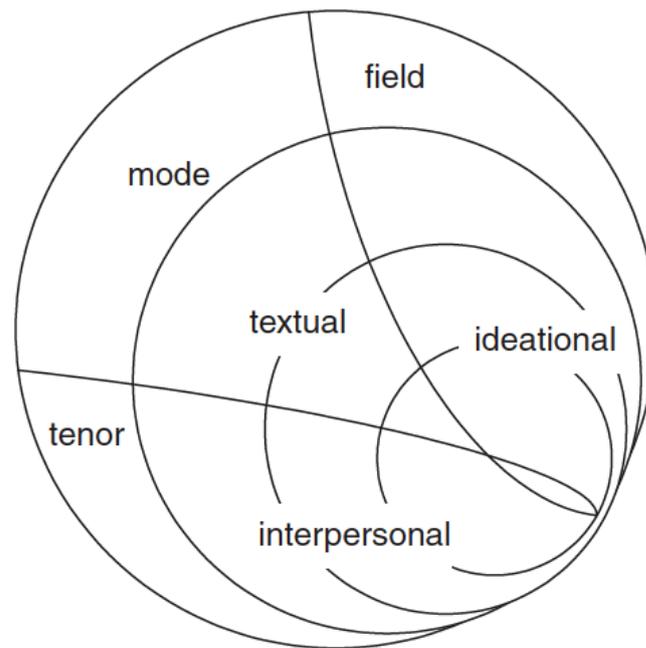


Figura 3 – Metafunções em relação ao campo, modo e relações.

Fonte: Martin e White (2005, p. 27)

A metafunção ideacional organiza os significados referentes à forma como representamos nossas variadas experiências no mundo. A experiência, na visão hallidayana, consiste num fluxo constante de eventos ou, em inglês, *going-ons*. A língua, como sistema léxico-gramatical, “prende-se” a essa experiência, já organizada pela metafunção ideacional, e é modelada na forma de uma figura: “todas as figuras consistem em um processo a se desenrolar no tempo e de participantes diretamente envolvidos nesse processo e também apresentam circunstâncias de tempo, espaço, causa, modo [...]” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 170). A modelagem da experiência em uma figura é alcançada pelo sistema de transitividade, caracterizando a oração como representação das nossas experiências, as quais são realizadas por processos, participantes e circunstâncias.

Os processos são realizados por grupos verbais e são nomeados como tal, pois, nas palavras de Fuzer (2008, p. 97), com base em Halliday e Matthiessen (2004),

processos representam eventos que constituem experiências, atividades humanas realizadas no mundo; representam aspectos do mundo físico, mental e social. Como processos são realizados tipicamente por verbos, a ideia de mudança perpassa a noção de processo – o enunciador escolhe marcar a ideia ou não.

As experiências exteriores são realizadas por processos materiais, e as experiências interiores, por processos mentais. Halliday e Matthiessen (2004, 2014) acrescentam mais um processo que dá conta de representar nossa capacidade de relacionar fragmentos de experiências, seja identificando ou classificando-as através dos processos relacionais. Outros tipos de processos nascem dos limites tênues entre os processos já citados.

No limite entre materiais e relacionais, estão os processos existenciais: representam a existência das coisas e, geralmente, são realizados pelos grupos verbais “existir”, “tem” (no sentido de existência), “haver”. Entre os processos materiais e mentais, estão os comportamentais: representam os acontecimentos do nosso mundo interior em direção ao mundo exterior, isto é, comportamentos fisiológicos e psicológicos, como respirar, tossir, sorrir, sonhar e encarar.

Entre os limites dos processos relacionais e mentais, estão os verbais: representam os processos de dizer, tipicamente realizados pelo grupo verbal “dizer” e outros semanticamente semelhantes; porém, o dizer deve ser interpretado de forma abrangente, pois “cobre qualquer tipo de troca simbólica de significado” (HALLIDAY, 1994, p. 140).

A metafunção textual dá o caráter de mensagem para a oração: alguma forma de organização que contribua para a fluidez do discurso. Para que se alcance tal característica, um elemento da oração serve como ponto de partida organizatório, chamado de Tema, e outro, como restante da oração, denominado de Rema. Segundo Halliday e Matthiessen (2004), o Tema tem como objetivo orientar a oração num contexto geral, acompanhado do elemento Rema, que é o seu desenvolvimento. Portanto, a mensagem é constituída de Tema e Rema.

Às duas metafunções apresentadas falta uma terceira – a metafunção interpessoal, que será tratada na seção a seguir. Entretanto, ainda se faz necessária uma observação em relação à organização dos enunciados.

Sabemos que a análise sistêmico-funcional parte do contexto, que se manifesta léxico-gramatical e semanticamente na oração. Entretanto, podemos estender essa análise para níveis diferentes – acima, abaixo ou ao redor da oração. Acima da oração, a GSF trabalha com o complexo oracional, combinação de orações em parataxe ou hipotaxe<sup>4</sup>, que se organiza em relações lógico-semânticas (ou subcomplexos), expansão e projeção. Enquanto a expansão se apresenta como a representação da realidade, a projeção constitui um fenômeno de segunda ordem.

A este trabalho interessa a noção de projeção, que é a relação lógico-semântica através da qual a oração passa a funcionar não como uma representação direta da experiência (não linguística), mas como uma representação da representação (linguística). São usos discursivos comuns da projeção: atribuir fontes em notícias, representar pontos de vista no discurso científico, construir diálogo na narrativa, enquadradas questões na conversação.

Por meio da projeção, uma oração torna-se a representação do conteúdo linguístico da outra – ou o conteúdo de uma oração **verbal** de dizer ou de uma **mental** de conhecer (com processos cognitivos na oração projetante) ou desejar (com processos desiderativos na oração projetante). O exemplo 1 explicita a constituição de um complexo oracional em que ocorre a projeção.

1	Eu não quero	que a CNBB seja uma correia de transmissão do meu governo...	D#62 <sup>5</sup>
	Oração projetante	Oração projetada	
	Complexo Oracional		

<sup>4</sup> A grosso modo, a parataxe corresponde, na GSF, à coordenação; já a hipotaxe é equivalente à subordinação (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014; FUZER; CABRAL, 2014).

<sup>5</sup> Maiores esclarecimentos sobre a simbologia para a identificação dos exemplos será apresentada no capítulo da Metodologia. Destacamos, por enquanto, que D#62 significa discurso de número 62 no *corpus*.

O complexo 1 está organizado em uma oração projetante (**Eu não quero**), que apresenta um processo desiderativo (**quero**), seguida de uma oração projetada (**que a CNN seja uma correia de transmissão do meu governo**).

Na próxima seção, detemo-nos na metafunção interpessoal e apresentamos, em linhas gerais, seu sistema de realização léxico-gramatical, o sistema de Modo, a polaridade e a modalidade. Já na seção seguinte, trabalhamos com mais detalhes a negação em duas perspectivas.

## 2.2 A Metafunção Interpessoal

Enquanto representamos nossas experiências através da Metafunção ideacional e organizamos as orações segundo a metafunção textual, também construímos significados interpessoais. Ao interagirmos com outros indivíduos, assumimos papéis de fala e, conseqüentemente, damos a eles outro papel de fala, caracterizando a interação como um processo de trocas entre ambos interactantes. Com base em Halliday e Matthiessen (2004), acrescenta Vivan (2010, p. 247) que “[...] o falante expressa significados que tratam de sua relação com o outro, ao dar pistas ao interlocutor a respeito do grau de distância/proximidade ou de poder/solidariedade existente na interação”.

Halliday (1994, p. 68) exemplifica: “ao fazer uma pergunta, o falante está tomando a si o papel daquele que procura informações e está demandando do ouvinte a tomar o papel daquele que irá suprir a informação em demanda”. Logo, percebemos dois papéis de fala primários que os interactantes assumem na interação na qual se encontram: dar e solicitar, bem como todos aqueles que se originam a partir deles (VIVAN, 2010).

Assim, Halliday (1994) reconhece que há outra distinção relativa à natureza do que está sendo trocado entre falante e ouvinte: bens e serviços ou informação. Dessa maneira, formam-se as funções de fala, conforme o Quadro 1:

<b>Papel na troca</b>	<b>Bens-e-serviços</b>	<b>Informação</b>
Dar	Oferta	Declaração
Solicitar	Comando	Pergunta

Quadro 1 – Funções primárias da linguagem

Fonte: Adaptado de Halliday (1994, p. 69)

Quando a natureza do que é trocado é uma informação, fazemos uma declaração e, quando solicitamos, fazemos uma pergunta. Halliday (1994) chama as trocas de informações entre falante e ouvinte proposição, e as trocas de bens e serviços, proposta.

Halliday (1994) acrescenta ainda que o interactante pode tanto dar ou pedir bens e serviços ou informações. Por exemplo, quando pedimos a alguém um livro, estamos demandando do indivíduo algum bem, ou quando o professor pede a realização de um trabalho ao aluno, aquele está demandando algo deste. Também podemos pensar em quando alguém nos pergunta as horas: assumimos um papel de fala daquele que irá (ou não) realizar o pedido de informação. Nas interações verbais, tais categorias tomam formas gramaticais (VIVAN, 2010, p. 244): “as declarações são expressas por sentenças declarativas, as perguntas por sentenças interrogativas e os comandos são expressos por sentenças imperativas”.

Observamos alguns exemplos retirados do *corpus* coletado:

2	[...] eu quero que vocês saibam o seguinte: nós estamos à disposição 24h por dia para qualquer discussão	D#62
3	E vamos estudar com muito carinho a bacia de Tocantins [...]	D#62
4	Ao companheiro Raimundão eu só queria pedir que quando abraçar a gente e bater nas costas vá mais devagar, pelo amor de Deus	D#71
5	Eu sempre me pergunto: quanto custou ao Brasil a gente não mexer nas coisas, quando deveríamos ter?	D#92

No exemplo 2, Lula está ofertando a sua disponibilidade para o Conselho Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e assume o papel de fala daquele que oferece um serviço. Já no exemplo 3, ele comunica ao público presente na assembleia da CNBB que irá estudar a bacia de Tocantins, isto é, ele dá uma informação à alguém. No exemplo 4, ele pede a Raimundão que não o aperte tão forte na hora de cumprimentá-lo, o que sugere um comando. No último exemplo, 5,

mesmo voltado para si mesmo, a função de fala é a de solicitar uma informação, que toma a forma de uma pergunta.

Voltemos agora para o sistema que realiza a metafunção interpessoal: o Modo. De acordo com Halliday (HALLIDAY, 1994; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004), se olharmos para as funções de fala e suas variedades, podemos perceber que elas são expressas por um tipo de variação gramatical que se estende sobre uma parte da oração, deixando o restante, o Resíduo, não afetado.

Numa série de trocas retóricas, um componente da oração se movimenta nas vozes dos interactantes, levando o argumento adiante a fim de dar continuidade à interação. É o Modo, constituído pelo Sujeito e por operadores verbais e/ou marcadores que expressam o tempo verbal, a polaridade e a modalidade. Halliday e Mathiessen (2014) denominam o segundo constituinte da oração de Resíduo. Aplicamos o sistema de Modo em uma oração dos 107 textos coletados:

6	a gente	não	pode	Fazer	tudo	D#62
	Sujeito	Polaridade	Modalidade e + Finito	Predicador	Complemento	
	Modo			Resíduo		

No elemento Finito, Halliday (1994) também apresenta a polaridade, que é a escolha entre os polos positivo e negativo, ao usarmos orações afirmativas ou negativas. Porém, existem níveis intermediários entre os polos, como explica Cabral (2007, p. 45):

Esses graus intermediários, que situam a fala humana entre um polo positivo e outro negativo, são conhecidos como modalidade. A modalidade é um recurso gramatical utilizado para expressar significados relacionados ao julgamento do falante em graus de positividade e negatividade.

Portanto, há possibilidade de escolhas léxico-gramaticais entre o sim e o não, isto é, “vários tipos de indeterminância que ocorrem [entre o sim e o não], como ‘talvez’ e ‘às vezes’” (HALLIDAY, 1994, p. 88).

O sistema de modalidade ocorre através de duas maneiras distintas em relação às funções de fala: quando recorremos a proposições, chamamos de

modalização; quando recorreremos às propostas, modulação. A figura 4 representa o sistema de escolhas de modalidade.

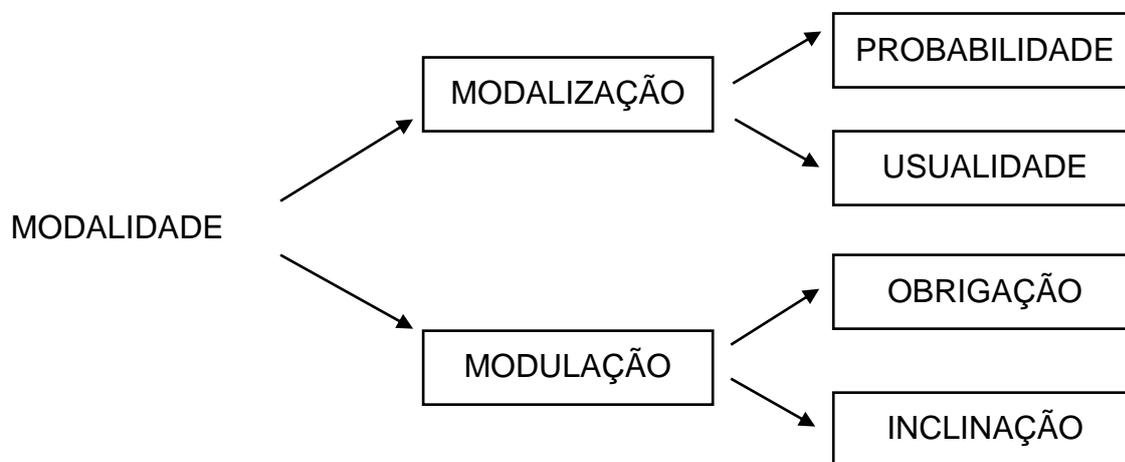


Figura 4 – Sistema de Modalidade

Fonte: traduzida de Halliday e Matthiessen (2014, p. 182)

Os significados expressos pela modalização referente à oferta ou à solicitação de informação são dois: graus de probabilidade e graus de usualidade. O primeiro possui três graus: possibilidade, probabilidade e certeza, e são realizados por formas verbais como “pode/é possível, deve/é provável, deve/é certo”. Já os graus de usualidade realizam-se através de adjuntos modais ou sintagmas adverbiais, como: “normalmente, às vezes, sempre” (CABRAL, 2008; VIVAN, 2010). A figura 5 apresenta os valores e suas forças

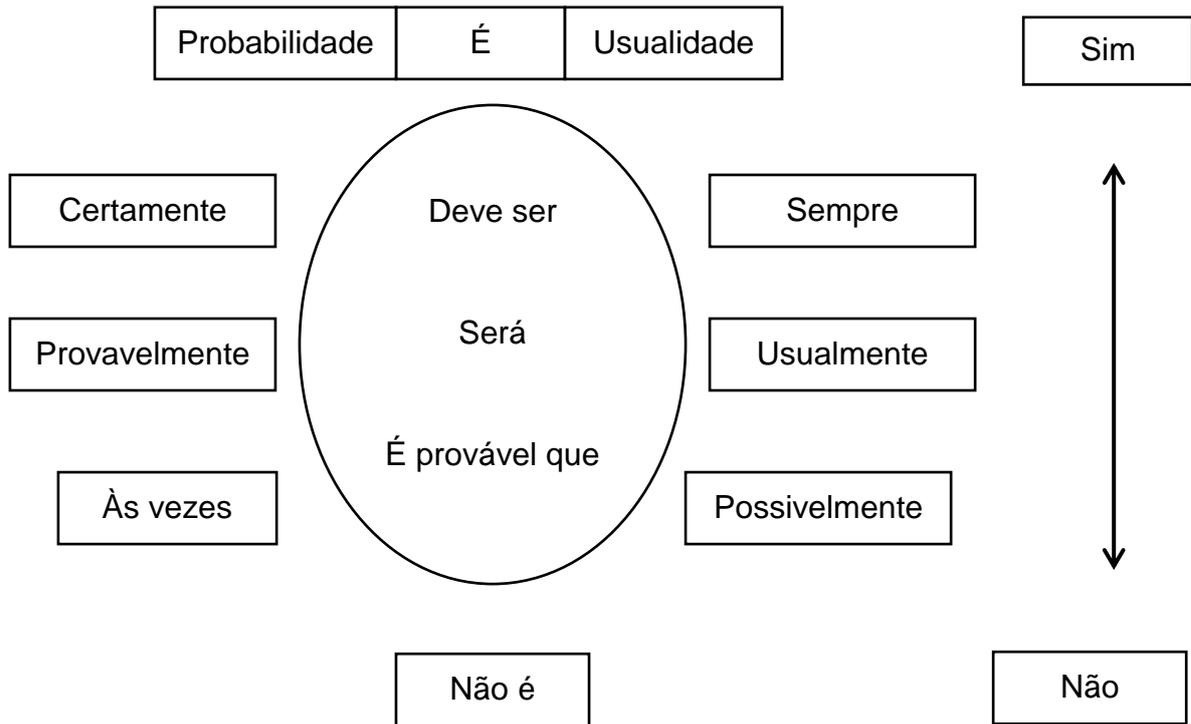


Figura 5 – Diagrama mostrando a relação da Modalidade com a Polaridade e Modalização.

Fonte: traduzida de Halliday e Matthiessen (2014, p. 691)

Os exemplos 7, 8, 9, 10, 11 e 12 ilustram ocorrências de modalização.

7	[...] essa criança <b>certamente</b> terá seu futuro incerto.	D#75
8	[...] o turismo interno <b>será</b> tão ou mais importante que o turismo internacional.	D#78
9	E, <b>possivelmente</b> nem eu e nem vocês vejamos o resultados de algumas delas porque não podemos continuar fazendo política como sempre se fez no Brasil.	D#62
10	O exemplo maior que cito <b>sempre</b> é o Teotônio Vilela.	D#62
11	<b>Normalmente</b> , a gente sonha e acorda de manhã. O sonho foi bom, mas a gente não.	D#86

12	<b>Às vezes</b> não pode nem pagar [...]	D#36
----	--	------

A modalização é materializada pelas escolhas léxico-gramaticais de Lula, quando ele usa os adjuntos modais ou processos marcados pelo tempo verbal futuro. Nos exemplos 7, 8 e 9, há operadores modais do eixo da probabilidade: **certamente**, **será** e **possivelmente**, e possuem graus altos, médios e baixos, respectivamente. O mesmo ocorre com o eixo da usualidade, nos exemplos 10, 11 e 12: Lula recorre aos adjuntos modais **sempre**, **normalmente** e **às vezes**, cujos valores são alto, médio e baixo, respectivamente.

Os graus de modulação apresentam, também, duas categorias: obrigação e inclinação. A primeira ocorre quando recorremos à função de fala “comando”, cujos graus são: permitido, aceitável, necessário. O segundo caso da modulação ocorre quando fazemos ofertas e os graus são: inclinado, desejoso, determinado. Ambos os casos são realizados através de verbos modais ou adjetivos (CABRAL: 2008; VIVAN: 2010). A figura 6 representa os valores da modulação:

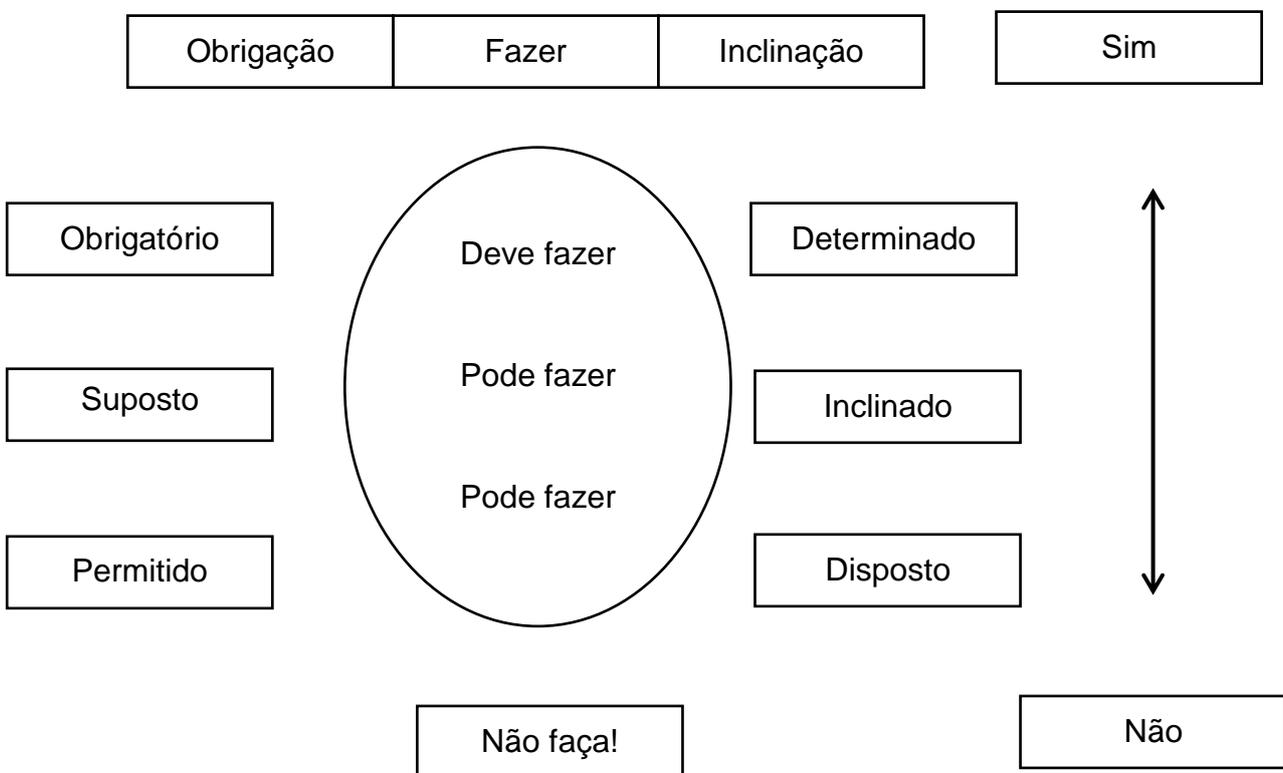


Figura 6 – Diagrama mostrando a relação da Modalidade com a Polaridade e Modulação.

São exemplos retirados dos 107 discursos coletados no qual Lula recorreu à modulação

13	Empresário mau caráter <b>tem que</b> ser banido do transporte urbano de São Paulo.	D#36
14	E eu estou convencido de que esse mês em que vamos começar a fazer coisas que <b>devemos</b> fazer,	D#103
15	Eu não <b>podia</b> , em cada lugar que chegasse, ficar fazendo uma promessa.	D#62
16	<b>Vamos fazer</b> com a certeza de que este país não pode retroceder	D#103
17	<b>Faremos</b> a reforma com amplo diálogo social, compartilhando com todos os setores a responsabilidade pela construção de um novo país.	D#49
18	Isso obriga nosso Governo a tomar medidas duras, algumas delas amargas, que não <b>gostaríamos</b> de tomar.	D#10

O grupos verbais **temos que** e **devemos** e o operador modal **podia** expressam sentido de obrigação nos valores alto, médio e baixo, respectivamente, no eixo da modulação, pois Lula reporta serviços que são obrigatórios em seu governo. Já os grupos verbais **vamos fazer**, **faremos** e (não) **gostaríamos** expressam inclinação, com valores alto, médio e baixo, respectivamente, pois Lula explicita algumas de suas promesas, medidas que ele está inclinado a fazer (ou não) em seu governo.

Na próxima seção, apresentamos as concepções sobre o uso da negação em duas diferentes perspectivas.

## 2.3 Negação e pressuposição

Ao percorremos os estudos cujos focos são o funcionamento e a descrição do fenômeno de negação na linguagem, percebemos que essa pode ser materializada, linguisticamente, por várias formas a partir de um interlocutor. Por exemplo, a negação pode tomar forma através do elemento mais típico como o **não** ou *quasi-negativos*, cuja semântica não se limita apenas à negação, como exemplo os adjuntos modais **nunca** e **jamais**. A negação também está presente em prefixos – **in-**, **des-**, **i-** – acoplados em verbos e adjetivos e até mesmo verbos que expressam uma certa negatividade em sua semântica.

Os primórdios dos estudos sobre a negação, na linguagem, conduzem-nos aos trabalhos de Platão e Aristóteles. O primeiro filósofo grego almejou conceituar a negação através de abordagens ontológicas, metafísicas e filosóficas, justificando que tais construções são de segunda ordem e apenas dialogam com suas contrapartes, e não se referem a fatos ou eventos da realidade. Aristóteles, por sua vez, destacou, em alguns excertos de *Categorias de Interpretação, Análises Anteriores e Metafísica*, que a negação é observada em termos linguísticos e lógicos (JESPERSEN, 1917; HORN, 2001).

Já em estudos recentes, como os de Kress e Hodge (1979), Tottie (1987), Pagano (1994), Fairclough (2003) e Martin e White (2005), o ato de negar é entendido como um fenômeno de cunho dialógico: baseados na concepção bakhtiniana do dialogismo nato da linguagem, o que falamos ou escrevemos é parte de uma cadeia de enunciados passados e expectativas de enunciados futuros, cuja materialização linguística é explícita ou implícita. O funcionamento da negação, caracteristicamente dialógico, opera sob propriedades retóricas e pragmáticas com suas contrapartes positivas: negamos para invalidar, tomar como não verdade, corrigir, limitar expectativas, entre outros, para com aqueles que nos comunicamos (MARTIN; WHITE, 2005).

A realização do sentido da negação é construída sob condições contextuais, isto é, as contrapartes positivas dos enunciados negativos são pressuposições, conhecimentos de mundo e segmentos de informação que, nos contextos de cultura e situação, ganham sentido no diálogo. É o que Nahajec (2012), em sua tese sobre negação, chama de iniciador de pressuposição.

Em relação ao conceito de descrição, apoiamo-nos em Zare, Abbaspour e Nia (2012), os quais buscaram apontar a estrutura oral de dois canais de televisão em relação aos iniciadores de pressuposição, que, segundo os autores e sua pesquisa, é de extrema importância em contexto de mídia em massa, pois "escritores da mídia tentam consciente ou inconscientemente influenciar o entendimento de eventos noticiários de sua audiência" (ZARE; ABBASPOUR; NIA, 2012, p. 734).

Pressuposições seriam como o conhecimento por trás da proposição, que é tomado como certo por todos os participantes envolvidos no evento comunicativo. Baseados nos estudos de Levinson (1983) e Richardson (2007), uma pressuposição se refere, segundo Zare, Abbaspour e Nia (2012, p. 737) à:

informação não declarada/afirmada que é iniciada/ativada através de certas construções linguísticas que irrefutavelmente é considerada como 'verdade de evangelho' pelos participantes no evento comunicativo em um contexto específico.

Tomemos como exemplo as palavras iniciais do ex-presidente Lula, na cerimônia de posse de seu primeiro mandato em 2003:

19	Diante do esgotamento de um modelo que, em vez de gerar crescimento, produziu estagnação, desemprego e fome; diante do fracasso de uma cultura do individualismo, do egoísmo, da indiferença perante o próximo, da desintegração das famílias e das comunidades, diante das ameaças à soberania nacional, da precariedade avassaladora da segurança pública, do desrespeito aos mais velhos e do desalento dos mais jovens; diante do impasse econômico, social e moral do país, a sociedade brasileira escolheu mudar e começou, ela mesma, a promover a mudança necessária. Foi para isso que o povo brasileiro me elegeu Presidente da República: para mudar.	D#1
----	--	-----

As pressuposições são as seguintes: o governo anterior ao Lula produziu desemprego, estagnação econômica, aumentou o nível de violência, desrespeito ao público idoso, esqueceu dos jovens brasileiros e criou uma cultura egoísta e individualista. Pressuposições de Lula tomam sentido, pois ele, seu público e seu discurso estão construindo um contexto de situação específico, na hora do evento

comunicativo, que é o momento da fala inicial, logo depois da cerimônia de posse, alocados no contexto de cultura da esfera política brasileira. Para Fairclough (2003, p. 153), proposições que são assistidas por um grande número de pessoas são fartas em pressuposições, pois

o [locutor] deve construir um [interlocutor] ideal com experiências intertextuais particulares [conhecimentos de mundo particulares]. E não há garantia de que [os conhecimentos de mundo] que o [locutor] presume aos seus interlocutores existam! [Locutores] que falam a grandes públicos possuem maneiras efetivas de manipular [interlocutores], atribuindo, às suas experiências, coisas que deseja serem aceitas pelos [interlocutores].

Outra característica do dialogismo envolvendo o uso da negação ocorre quando, no decorrer das construções avaliativas pelo uso do **não**, no momento de produção do texto, não há a presença física do público e o evento no qual o presidente proferiu o discurso não é interativo, ou seja, apenas o Presidente Lula discursa sem ter a contraparte instantânea. Portanto, Lula acaba criando um leitor putativo e inculcando conhecimentos de mundo e expectativas que presume.

No discurso à nação, logo após a cerimônia de posse do seu primeiro mandato em 2003, o Lula como presidente proferiu o seguinte enunciado: (20) “Eu **não** sou resultado de uma eleição”. Primeiramente, o caráter dialógico dessa negação opera com sua contraparte positiva de que Lula presumiu a existência, pois não há evidências de que alguém a proferiu (*eu sou o resultado de uma eleição*). O contexto de produção dessa oração e do discurso como um todo aconteceu logo após a temporada eleitoral presidencial brasileira, na qual Lula falou com o objetivo retórico geral de agradecer e prometer ações governamentais para os próximos quatro anos. Sob as condições contextuais dessa situação, a negação ganha sentido, pois sabemos a maneira como o sistema eleitoral funciona no Brasil, que é através de votos universais.

Eventos comunicativos altamente dialógicos e de grande importância para uma nação são os discursos que Presidentes proferem ao país, como forma de interagirem com a população, apresentarem planos de governo, pronunciarem-se a respeito de temas de interesse momentâneo para a nação ou expor medidas importantes a serem tomadas em nível nacional. Segundo Charaudeau (2011), discursos políticos constituem atividades verbais, veículos por meio dos quais o sujeito político, a partir de movimentos retóricos e persuasivos, tenta convencer sua

audiência sobre a relevância do seu projeto político e, ao mesmo tempo, sobre o caráter fidedigno das suas avaliações.

Na próxima seção, apresentamos o conceito de polaridade, em especial, a negativa, na perspectiva sistêmico-funcional de Halliday e Matthiessen (2014).

### 2.3.1 Polaridade negativa na perspectiva de Halliday e Matthiessen (2014)

Iniciamos esta seção com as concepções de polaridade, segundo a Gramática Sistêmico-Funcional (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004; 2014).

O sistema de polaridade hallidayana, oriundo do sistema de Modo, parte da realização léxico-gramatical da metafunção interpessoal e do sistema de modalidade. O Finito torna a oração finita, isto é, transforma-a em algo que possa ser discutido, argumentado. Nas palavras de Halliday e Matthiessen (2014, p. 144), “uma boa maneira de transformar [a oração] em algo argumentável é dar um ponto de referência no aqui e no agora”. Na perspectiva sistêmico-funcional, o fenômeno de tornar a oração argumentável é chamado de dêixis interpessoal, pois o elemento Finito localiza a troca de orações, num tempo e espaço limitados, pelos interactantes do evento comunicativo, através de um tempo verbal primário, ou seja, passado, presente ou futuro (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014).

Juntamente com a Modalidade e a dêixis interpessoal, o sistema de polaridade também faz parte do elemento Finito. Halliday e Matthiessen (2014) propõem uma oposição: enquanto escolha num sistema potencial de produção de significados que é a linguagem, a polaridade é a opção entre uma oração positiva e uma negativa. Porém, tal relação é unilateral, pois ressaltam os autores que não podemos considerar orações positivas como simplesmente a ausência de um marcador negativo. Léxico-gramaticalmente, orações positivas materializam-se de forma não marcada, e orações negativas, por um marcador negativo, geralmente o **não**, conforme os exemplos:

21	Em eleição, a gente desce no palanque e <b>não</b> conhece nem quem está apresentando a gente.	D#62
----	--	------

22	<b>Não</b> posso ter prometido uma coisa durante três eleições.	D#62
----	---	------

Devido à natureza do *corpus*, **sim** e **não** são o que Halliday e Matthiessen (2014) chamam de expressões diretas do sistema de polaridade. Quando falamos sobre o marcador negativo **não**, as suas realizações léxico-gramaticais podem recair sobre proposições ou elementos modais. Os systemicistas chamam o lugar em que a negação age semanticamente de *locus* de negação. A figura 7 representa parte do sistema de Modo, detalhando o funcionamento da Polaridade:

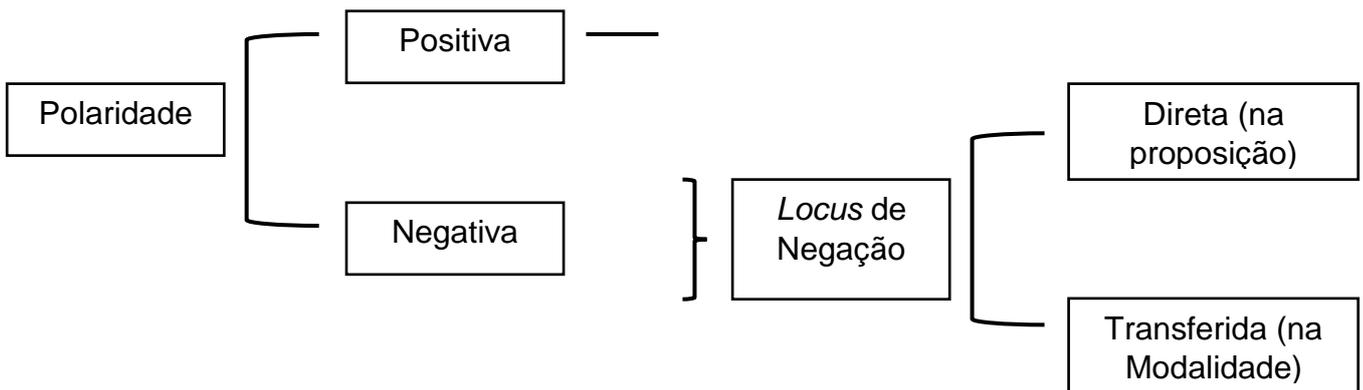


Figura 7 – Rede do Sistema de Polaridade

Fonte: Adaptada e traduzida de Halliday e Matthiessen (2014, p. 162)

Quando o marcador negativo incide sobre uma proposição ou sobre uma proposta, isto é, quando o *locus* de negação não contém um elemento do sistema de Modalidade, Halliday e Matthiessen (2014) chamam de negação direta.

23	[...] No Nordeste, a gente <b>não</b> <u>tinha nenhuma educação para entender que tinha que ferver a água, que tinha que coar.</u>	D#62
24	Imaginem se essa pessoa que pensou em construir a Torre Eiffel estivesse pensando apenas no seu tempo de vida. Ele <b>não</b> <u>construiria</u> .	D#101
25	Eu, que <b>não</b> <u>assumi compromissos</u> , vai ficar nas minhas costas fazer a Santarém/Cuiabá.	D#62
26	"Lula, <b>não</b> <u>se preocupe</u> ".	D#62

Nos exemplos acima, o *locus* de negação incide sobre proposições (23, 24 e 25) e numa proposta (26), e não há qualquer tipo de verbos modais. Quando o *locus* de negação incide sobre um operador modal, como grupos verbais modais ou advérbios, conforme nos exemplos de modalidade a seguir, os systemicistas denominam de negação transferida.

27	[...] porque <b>não</b> <u>podemos</u> continuar fazendo política como sempre se fez no Brasil.	D#62
----	---	------

28	Eu <b>não</b> <u>podia</u> , em cada lugar que eu chegasse, ficar fazendo uma promessa.	D#62
----	---	------

29	[...] porque eu <b>não</b> <u>posso</u> dar um passo e voltar atrás [...]	D#62
----	---	------

O marcador negativo **não** também pode ocorrer no modo interrogativo. Halliday e Matthiessen (2014) afirmam que, em perguntas cuja resposta é **sim** ou **não**, ambas respostas podem ocorrer; logo, a negação se torna uma opção marcada. Se a pergunta contiver polaridade positiva, não há evidências sobre a resposta que o falante requer. Quando a pergunta é marcada negativamente, o falante parece declarar o seguinte: “Eu teria esperado uma resposta positiva, mas agora tenho dúvidas”. Por exemplo,

30	Fica só no discurso, naquela relação sentimentalista, porque é muito bonito, <b>não</b> é?	D#62
----	--	------

Lula critica a falta de integração dentro do Governo para criar parceria com outros países da América Latina. O ex-presidente recorre ao modo interrogativo, marcado pela polaridade negativa, e parece solicitar implicitamente de seu público uma resposta positiva, ao mesmo tempo em que seu tom de crítica põe em dúvida se realmente seu público, ou parte dele, concorda com sua crítica.

É necessário ressaltar que, dependendo do modo da oração, a função do marcador negativo é modificada. Ele pode funcionar em declarações na forma de resposta a uma pergunta ou de aceitação de um comando. Nesses contextos de

uso, o **não** é classificado como Adjuntos de modo, conforme os exemplos, que correspondem a possíveis respostas para a pergunta *Hoje é terça-feira, não é?* (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 175).

(31)	Não
	Adjunto de Modo

(32)	Não,	não é.
------	------	--------

O marcador negativo **não** pode funcionar também como um Tema textual, sendo chamado de continuativo (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014). Neste caso, ele funciona como um sinal de que um novo movimento está começando. O exemplo retirado do discurso selecionado para análise mostra Lula usando o marcador negativo como continuativo.

33	Ninguém vai pegar no nosso pé: “Convidamos e não vieram”. <b>Não</b> . Convidou, estamos lá, para fazer o debate...	D#62
----	--	------

A polaridade negativa também pode ocorrer em orações não-Finitas. Neste caso, não há elemento Finito e o marcador negativo **não** pode constituir um elemento do Modo em si, ou pode aparecer junto ao Sujeito. Por exemplo:

34	Ora, <b>não</b> levando a isso a ferro e fogo, a verdade é que...	D#62
----	---	------

Porém, existem outros elementos que podem tornar a oração negativa, não apenas limitando o **não** como marcador negativo. Negações como **nunca, jamais, ninguém, nem, nada e nenhum**.

35	<b>Nem</b> o José de Alencar <b>nem</b> eu temos diploma.	D#62
----	---	------

36	Quem for eleito Presidente, secretário geral da CNBB, <b>jamais</b> vai	D#62
----	---	------

	me ver na porta da sede da CNBB pedindo para apoiar publicamente uma política de governo.	
37	<b>Ninguém</b> nunca se interessou por aquilo e aquilo é aprovado.	D#62
38	Nós <b>nunca</b> demos importância nem para a América do Sul.	D#62
39	[...] <b>nenhuma</b> grande empresa nossa quebra, porque senão será um desastre.	D#62

As expressões do sistema de polaridade podem tomar várias realizações léxico-gramaticais, pois, segundo Halliday e Matthiessen (2014), a polaridade é um sistema altamente gramaticalizado e que toma forma de avaliações modais. Na seção a seguir, apresentamos uma sistematização do uso pragmático da negação segundo Tottie (1987) e Pagano (1994). Recorremos a estes autores, pois seus estudos partem de abordagens funcionais da linguagem, em especial Pagano (1994), que usa LSF de Halliday (1994) para explicar a diferença entre negação e rejeição.

### 2.3.2 Polaridade negativa na perspectiva de Tottie (1987) e Pagano (1994)

De uma perspectiva pragmática, Tottie (1987), ao sistematizar o uso da negação, relata que a usamos para rejeitar sugestões e/ou negar proposições, cunhando duas categorias para tais propósitos: rejeição e negação. A primeira expressa volição por parte do locutor, enquanto a segunda serve para negar fatos, isto é, para negar proposições. Porém, Pagano (1994) defende que pode existir volição em negações, e, para melhor diferenciar os usos da negação, precisamos perceber qual componente funcional, experiencial ou interpessoal predomina no uso da negação. Examinemos alguns exemplos do *corpus*:

40	Vocês vão “adorar” Chávez. É simpático. Agora, como ele tem uma formação militar e não política, ele <b>não</b> faz política.	D#62
----	---	------

41	Será que alguém neste país imagina que eu <b>não</b> tenha vontade de reduzir juros.	D#62
----	--	------

Nos exemplos 40 e 41, Lula recorre à negação, pois ele busca corrigir a proposição de que Chávez entende de política ou age de forma política. Nesse caso, o componente que predomina é o experiencial, pois a negação está voltada ao evento em si.

Agora, um exemplo da própria Pagano (1994) para apresentar um caso de rejeição. Como nosso *corpus* não contém nenhum caso de rejeição, decidimos selecionar um do próprio texto da autora.

42	A: Então, a festa começa às 9. Devemos levar alguma coisa para qualquer ou...?
----	--

43	B: <b>Não</b> , obrigado. Não se preocupe. Nós pediremos pizza.
----	---

B recorre ao marcador negativo, no intuito de rejeitar o (comida) elemento predominante interacional, portanto, configurando uma rejeição.

Pagano (1994), baseada nos estudos de Tottie (1987), diferencia dois tipos de negação: explícitas e implícitas. As explícitas ocorrem quando proposições de mesmo conteúdo experiencial são recorrentes, uma positiva e outra marcada pela polaridade negativa. As implícitas ocorrem quando uma proposição é marcada negativamente, e sua parte positiva não é apresentada no evento comunicativo. Analisemos os exemplos abaixo:

44	<u>As pessoas podem gostar ou <b>não</b> do PT</u> , mas não tem similar na história política do nosso país, ou seja, estamos enraizados naquilo que existe de mais organizado.	D#62
----	---	------

45	Se ela <b>não</b> <u>comer</u> , terá dificuldade de estudar. Se ela <b>não</b> <u>comer</u> , vai ser uma pessoa fragilizada e doente. Se ela <b>não</b> <u>comer</u> , <b>não</b> <u>terá possibilidade de trabalhar</u> . E nós sabemos que, se uma criança	D#62
----	--	------

	<b>não</b> <u>comer bem até os seis anos de idade</u> , vai ficar com sequelas cerebrais que, possivelmente, <b>não</b> <u>se recuperam mais</u> .	
--	--	--

No exemplo 44, Lula traz uma proposição, o fato de que as pessoas podem gostar do PT, e logo depois a nega, usando um marcador negativo. No segundo exemplo (45), usa seis proposições negativas, mas não recorre às suas versões positivas, em todo o seu discurso, o que as torna negações implícitas. Adiciona a autora que o critério das negações explícita e implícita não está na negação em si e, sim, na proposição que está sendo negada.

Baseada nos estudos sobre a negação de Tottie (1987), Pagano esclarece (1994, p. 252): “uma negação implícita é a negação de uma proposição que não fora formulada explicitamente no texto”. Portanto, as negações implícitas ocorrem quando o locutor apenas produz a versão negativa de sua proposição. A negação explícita, por sua vez, acontece quando o locutor produz tanto a versão positiva quanto a negativa de sua proposição.

O fenômeno de negação, mesmo estando em categorias de elementos experienciais, tem a sua existência e seu uso regulados por funções interpessoais, ou, como Pagano (1994) usa, elementos interacionais. Segundo a autora, no momento em que o locutor assume o papel de escritor, não há a presença física de um leitor no ato de escrita. Portanto, ele projeta um leitor “ideal” e lhe atribui experiências, conhecimentos, opiniões e crenças, elementos os quais afetam diretamente a construção de seu texto.

Pagano (1994) alerta, também, que o fenômeno da negação é condicionado por um paradigma existencial, pois locutores não podem, simplesmente, negar tudo; somente proposições são plausíveis ou aceitáveis de serem negadas no contexto de situação. Pagano (1994) utiliza a terminologia de Brazil (1985) e explica o uso dos termos. Para ela, paradigma é um conjunto de evidências linguísticas que se relacionam entre si e podem ser substituíveis, num dado contexto de situação, característica básica da teoria hallidayana da linguagem como uma fonte de produzir significados. Poder ou não ser incluído em um paradigma depende de uma série de condições que os interactantes devem preencher.

Já o termo existencial diz respeito aos fatores que determinam a inclusão de um conjunto de evidências linguísticas, num paradigma: são elementos

experienciais, crenças compartilhadas dentro de um contexto social específico. Além do existencial, a negação é regida por um paradigma geral, de acordo com Brazil (1985). Esse é composto de condições no sistema da linguagem que limitam quais evidências linguísticas podem ser incluídas ou não. Usamos, nesta pesquisa, os conceitos de contexto de cultura e contexto de situação, da Linguística Sistêmico-Funcional, os quais são similares aos conceitos dos paradigmas existencial e geral, porém, vistos de outra abordagem.

Pagano (1994), através da análise do fenômeno de negação implícita, em vários textos, criou quatro categorias, as quais locutores utilizam o marcador “não” ou *quasi-negativos* (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014) nas proposições que compõem seus textos.

As quatro categorias de uso são: negações de pressuposições e de informações textualmente processadas, expectativas não alcançadas e contrastes.

As negações de *background* ou pressuposição ocorrem quando a o *locus* do fenômeno em questão recai sobre ideias que ele presume que seu interlocutor possua. Este tipo de negação acontece quando a intenção do locutor é a de corrigir, pois, segundo Pagano (1994, p. 259), ele “atribui uma ideia ao seu [interlocutor]”.

O [locutor], detendo conhecimento sobre o tópico e com as ideias pressupostas sobre o mesmo [...], sente a necessidade de corrigir tais visões através da negação e apresenta sua própria visão logo após.

No exemplo 46, Lula recorre à negação de *background* ou pressuposição:

46	Vamos ter que resolver os problemas dos índios neste país, de uma vez por todas. Nós fizemos uma constituição maravilhosa, mas, até hoje, <u>não foram demarcadas todas as terras</u> e, naquelas que foram demarcadas, <u>não foram dadas as condições para que eles pudessem trabalhar condignamente e pudessem manter a sua cultural acesa e vida.</u>	D#62
----	---	------

Lula começa o discurso invocando a pressuposição de que existem problemas sobre a classe indígena no Brasil (**Vamos ter que resolver os problemas dos índios neste país**) e logo nega duas proposições: a demarcação de terras e as condições de trabalho e cultura dos índios brasileiros. Através do

marcador negativo em negrito, Lula parte do princípio de que seu público não sabe que nem todas as terras foram demarcadas e nem quais condições dignas labutais e outras que auxiliariam na manutenção de sua cultura fossem dados. Lula incute uma expectativa em seu público: de que seus interlocutores ou não sabiam da situação de distribuição de terras para indígenas no Brasil, ou sabiam, porém, não tinham conhecimento da falta de condições.

A segunda categoria, negações de informação textualmente processada, envolve proposições (ideias ou crenças) as quais o locutor pensa que seus interlocutores possam inferir erroneamente. O locutor está consciente de que a forma pela qual seu texto foi construído possa apresentar proposições dúbias ou ambíguas aos seus interlocutores. Logo, preocupa-se com o entendimento do interlocutor e nega proposições que possam ser mal interpretadas e fujam de sua real intenção. Retiramos um exemplo dos 107 discursos coletados a título de exemplo:

47	No mais, eu quero lhe dizer, Edmilson, que você, como do PT nesta cidade, pode ter a certeza de que tem mais do que um Presidente, em Brasília, você tem um companheiro que não lhe faltará em nenhuma oportunidade. Pode crer o povo de Belém, como pode crer o povo do estado do Pará. <b>Não</b> é porque o Governo é de outro partido, a minha divergência é com o governador e isso <b>não</b> pode fazer com que o povo do estado do Pará sofra qualquer prejuízo, porque o povo é mais importante do que as nossas divergências ideológicas.	D#34
----	---	------

Essa fala de Lula é de um discurso que ele proferiu em 4 de Abril de 2003, na cerimônia de apresentação dos programas “Sementes do Amanhã” e “Escola-Circo”, ocasião em que entregou os três primeiros Cartões-Alimentação do Programa "Fome Zero" a famílias da cidade de Belém. Em sua fala, Lula preza o prefeito de Belém, prometendo lembrar-se do seu colega de partido durante sua eleição. Porém, o governador do estado do Pará, em 2003, Simão Robison Oliveira Jatene, não era do Partido dos Trabalhadores (PT) e, sim, do Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB). Presumindo que seus ouvintes sabiam das diferenças ideológica

entre PT e PSDB, o então Presidente preferiu usar a negação, para os ouvintes não presumirem que ele favoreceria apenas Belém e não o Estado do Pará, governado por um partidário do PSBD. Ele utilizou duas negações para que a proposição não fosse mal interpretada por seus ouvintes, isto é, negou uma informação textualmente processada.

A terceira categoria é a expectativa não preenchida. Segundo Pagano (1994), as negações implícitas podem, semanticamente, representar expectativas que não foram alcançadas ou preenchidas pela parte do locutor e do interlocutor, sendo que o primeiro presume que tais expectativas também sejam do segundo. Um exemplo, retirado do *corpus*, é a fala de Lula sobre a ausência de movimentos sindicalistas na Constituição Brasileira:

48	Eu, por exemplo, me tornei um dirigente sindical importante, lutando contra a estrutura sindical que está aí. Mas já faz 23 anos que eu saí do movimento sindical e nós continuamos com a mesma estrutura sindical. Nós temos a CUT, a Força Sindical, a CGT, GTB, a CAT, um monte de central e nenhuma delas está prevista na Constituição. E o Governo as trata dentro da legalidade, como se estivesse na Constituição. Mas <b>não está</b> . Ora, então, ao invés de viver na promiscuidade, vamos dar a isso uma densidade legal, para que possamos viver mais decentemente, orgulhosos dos atos e dos gestos que fizemos.	D#92
----	---	------

Nessa fala, Lula presume que seus interlocutores acham que os movimentos sindicalistas estejam na legalidade constitucional, pois o Governo os trata assim. Ele introduz a proposição sobre os sindicatos, informando não estarem legalmente incluídos na Constituição, no exemplo, marcada pelo processo **está** de forma elíptica. Lula acha necessário que seus interlocutores saibam que isso é apenas uma ilusão e é necessária uma ação governamental para melhorar a CUT, A Força Sindical, CGT, GTB e a CAT.

A última categoria de Pagano (1994) é o contraste que diz respeito às negações implícitas que locutores fazem entre duas ou mais coisas, conforme o exemplo 49:

49	Muito antes de junho nós vamos mandar o projeto de política tributária para ser discutido no Congresso Nacional e eu não tenho dúvida em dizer, com o apoio dos 27 governadores de estados, para que a gente possa construir a maioria no Congresso Nacional, que nós precisamos para aprovar a reforma tributária. Da mesma forma, a reforma política e a da Previdência Social. Eu <b>não tinha barba branca</b> , eu <b>não tinha cabelo branco</b> , quando eu ouvia dizer que era preciso fazer reforma na Previdência Social.	D#19
----	---	------

O contraste que o locutor faz é entre passado e presente, recorrendo a uma negação implícita para compará-los. Na fala de Lula, o contraste, caracteristicamente temporal, é realizado com a proposição de que, mesmo antes do aparecimento de fios brancos, tanto em sua barba quanto em seu cabelo, o assunto que ele já ouvia falar era sobre reforma na Previdência Social, isto é, hoje ele tem barbas e cabelos esbranquiçados pelo tempo e ainda assim não houve uma reforma na Previdência Social. Na próxima seção, apresentamos o Sistema de Avaliatividade de Martin e White (2005), detalhando, especialmente, o valor avaliativo do mercado negativo **não**, implicações de seus uso e construção de leitor putativo.



## CAPÍTULO 3 – SISTEMA DE AVALIATIVIDADE

### 3.1 Pressupostos teóricos do Sistema de Avaliatividade

Conforme Vivan (2010), com embasamento no campo de estudos da LSF de Halliday e Matthiessen (2004, 2014), a metafunção interpessoal também é a responsável pela avaliação que os interactantes fazem sobre a interação, na qual se encontram, ou sobre o que falam. Acrescenta Cabral (2007, p. 53) que tal metafunção é capaz de

manifesta[r] a participação dos locutores no texto e pode indicar como eles aprovam ou desaprovam, entusiasma-se ou odeiam, aplaudem ou criticam os seres e os fatos do contexto social, e como esses agentes constroem a identidade de seus ouvintes/falantes, de modo a persuadi-los de suas crenças, seus valores, suas opiniões.

A abordagem que tem o trabalho de explorar e descrever as formas como o produtor textual avalia/julga/sente sobre alguém ou algo na interação, mostrando, direta ou indiretamente, sua posição quanto ao que está em jogo, foi sistematizada por Martin e White (2005) e denominada Sistema de Avaliatividade. Segundo White (2010), um dos principais estudiosos da área, usa-se tal teoria para

explorar, descrever e explicar a maneira como [a linguagem] é usada para avaliar, adotar posições, construir personae textuais e manter as posições interpessoais e as relações [entre os indivíduos]. Portanto, explora como os falantes e produtores textuais julgam outros indivíduos e seus enunciados, objetos materiais, acontecimentos e o estado das relações, com isso formando alianças com aqueles que compartilham tais visões ou distância com aquele que possui visões diferentes.

O Sistema de Avaliatividade, em relação à GSF, é uma das realizações semânticas da metafunção interpessoal. As avaliações ou as posições ideológicas que os agentes sociais negociam entre si são significados potenciais produzidos não somente no nível léxico-gramatical, mas também na semântica do discurso, pois vão além do significado da oração, ou seja, “[são] recursos semântico-discursivos que servem para realizar os significados interpessoais no que tange à avaliação de coisas, comportamento das pessoas e seus sentimentos” (ALMEIDA, 2010, p. 39). Logo, as avaliações que construímos podem ser percebidas através de estruturas adjetivas, modalizadores, entre outras, mas também de uma forma implícita, na qual

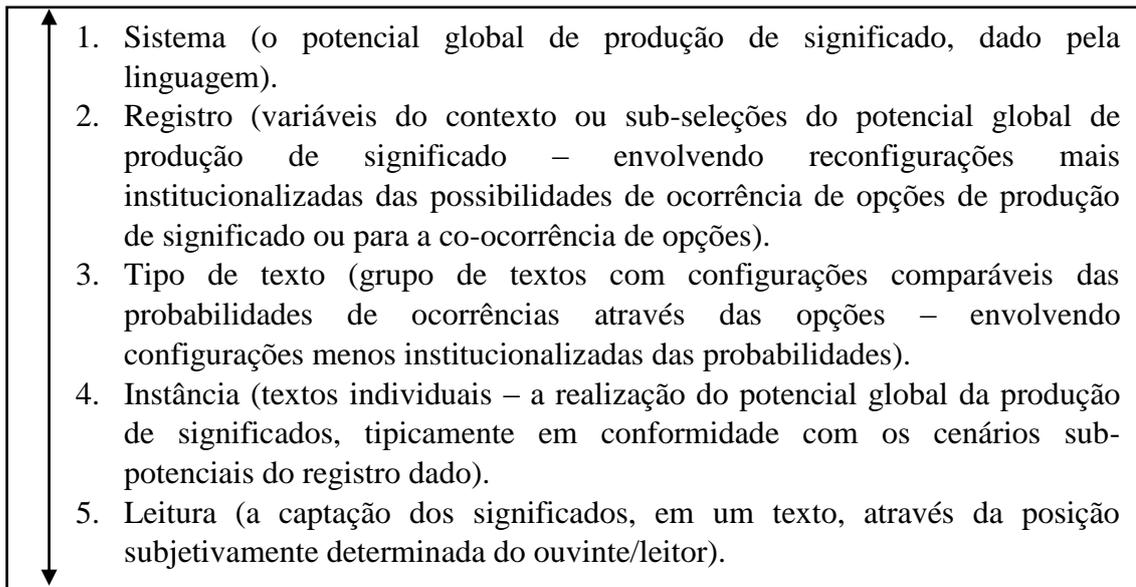
devemos recorrer a outros elementos contextuais para esclarecer que posição ideológica está em jogo.

Martin e White (2005), em seus estudos, preocuparam-se em encontrar padrões de recursos linguístico-avaliativos, em vários textos; posições ideológicas que são construídas através de recursos avaliativos e ocorrem frequentemente em contexto de situação específicos ou que são infrequentes ou quase não são recorrentes em outros contextos. Esses padrões incidem em conjuntos de textos que são contextualmente similares e, deles, originam-se certos estilos de tomada de posição ideológica. Tais estilos possuem efeitos retóricos particulares e formam identidades autorais ou *personae* particulares.

Sendo uma extensão da LSF, o Sistema de Avaliatividade também considera a linguagem como um potencial para produzir significados, um sistema sócio-semiótico, da qual indivíduos se apropriam e constroem seus textos, através de sistemas léxico-gramaticais, condicionados por contextos sociais específicos. Nessa cadeia de textos relacionados e alocados em contextos, indivíduos recorrerão a recursos linguísticos específicos, como exemplificam Martin e White (2005, p. 162), ao reportarem sobre a linguagem dos médicos, em que

as similaridades estilísticas, por exemplo, na linguagem de médicos com seus pacientes podem ser relacionadas à manutenção das relações de poder que operam em consultas, o assunto sobre a doença e tratamento e a natureza falada, espontânea, face a face da comunicação.

Logo, podemos nomear as configurações contextuais particulares, que dão origem a similaridades linguísticas, em vários cenários sociais, de registros. Os registros são subpotenciais de produção de significado, um leque de opções potenciais que organizam os significados que desejamos materializar. Para melhor entender como a linguagem se materializa, Martin e White (2005) usam o conceito da linha de instanciação, de Halliday e Matthiessen (2014), conforme o Quadro 2:

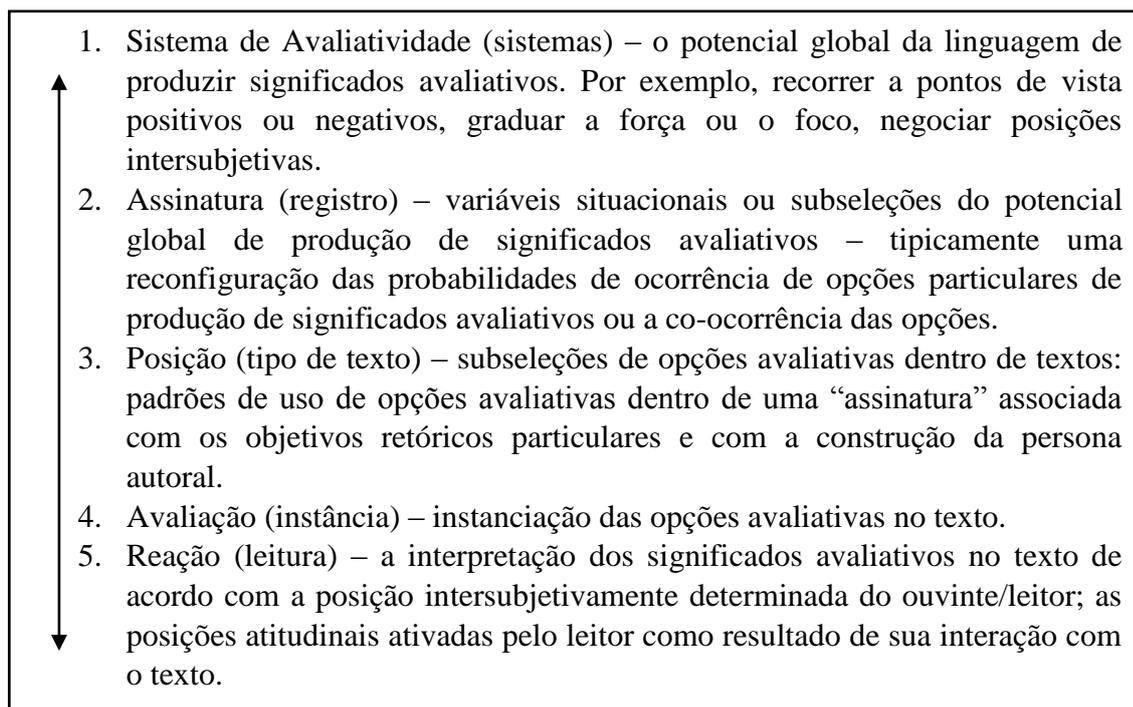


Quadro 2 – Níveis de generalização da linguagem.

Fonte: traduzido de Martin e White (2005, p. 163)

Numa ponta da linha de instanciação, a linguagem é vista como um potencial generalizado de produção de significado e, na outra, especificamente, no número 4, é vista na materialização de textos individuais, fruto das escolhas dos indivíduos e de configurações contextuais. No meio das duas extremidades, estão as formas subpotenciais da linguagem, nas quais os autores conseguem “[observar] os cenários baseados em situações para o potencial generalizado que podem ser observados em textos do mesmo tipo ou registro” (MARTIN; WHITE, 2005, p. 162).

Vale ressaltar que Martin e White (2005) adicionam à linha de instanciação de Halliday e Matthiessen (2014) a extremidade *leitura*, pois concordam, com Martin e Rose (2003), que o processo de materialização da linguagem, enquanto sistemas e texto, só se realiza quando leitores/ouvintes interpretam o texto, podendo variar de acordo com suas crenças e sistemas de avaliação e a forma que utilizam no texto. Tal linha de instanciação também pode ser aplicada ao Sistema de Avaliatividade (Quadro 3).



Quadro 3 – Níveis de generalização do Sistema de Avaliatividade

Fonte: traduzido de Martin e White (2005, p. 163)

Os autores consideram os conceitos de assinatura e posição pontos vantajosos para a análise da *persona* autoral. Ambos são os estágios de realização do Sistema de Avaliatividade, porém encontram-se em diferentes níveis de generalização. A assinatura ocorre quando “[o grau de generalização das ocorrências avaliativas] existe em vários enunciados que constituem um número relativamente largo de texto, cuja voz se refere, de forma bem geral, a cenários institucionais” (MARTIN; WHITE, 2005, p. 165). Dentro da assinatura, se desejamos analisar distinções mais delicadas entre os vários estilos avaliativos individuais, baseado num menor número de texto, referimo-nos a esse estágio de posição.

O subsistema de engajamento, interesse de nossa pesquisa, lida com as formas pelas quais nos engajamos a enunciados avaliativos e como os configuramos em nossas próprias avaliações. Quando estamos em jogo interativo, posicionamos nossas avaliações em referência a enunciados passados (aqueles produzidos pelas comunidades de crenças e valores compartilhados) e a enunciados futuros. Martin e White (2005) buscam, na perspectiva de Bakhtin (2000), a característica dialógica do enunciado: a realidade da linguagem é a interação verbal, ou seja, ao nos comunicarmos, encontramos-nos em constante diálogo com

enunciados previamente construídos e antecipamos os enunciados do nosso leitor/ouvinte.

Como explicitam Martin e White ([www.grammatics.com/appraisal](http://www.grammatics.com/appraisal)), os significados construídos nesse subsistema são dialógicos, pois

se apresentam ao aceitar, tomar consciência, responder, desafiar ou rejeitar enunciados passados atuais [no jogo de interação] ou imaginados de outros escritores ou falantes ou ao antecipar possíveis ou prováveis respostas dos mesmos.

Buscando ainda em Bakhtin (2000), os autores trazem as concepções de heteroglossia e monoglossia. Segundo o autor russo, o processo de enunciação é de origem sócio-histórica, ou seja, ao produzirmos linguagem, trazemos ao nosso enunciado um fundo de vozes, oriundas das esferas sociais nas quais circulamos. Assim, Martin e White (2005) consideram todos os textos heteroglóssicos, pois eles pressupõem, tanto de forma explícita como implícita, outras realidades sóciossemióticas, que podem ser tanto divergentes ou convergentes; são construídos em referência a enunciados passados e possíveis ou prováveis enunciados futuros.

A partir da característica heteroglóssica do enunciado, nossos textos fazem sentido dentro de uma esfera social específica. Ao enunciarmos, vários significados que poderiam ter sido materializados linguisticamente não o foram, pois o conjunto de condições sócio-históricas não permitiu que tal escolha léxico-gramatical fosse feita. Percebemos, então, um processo de convergências e divergências das várias vozes que compõem nossos enunciados, nos quais há, segundo Martin e White ([www.grammatics.com/appraisal](http://www.grammatics.com/appraisal)), uma “luta” para que o nosso texto consiga fazer, dessas outras vozes, a nossa própria voz.

### **3.2 Expansão e contração dialógica**

No processo de adequação de sentido e luta de vozes, há que se verificar a maneira como as configuramos. Martin e White (2005) sugerem que há duas grandes categorias: expansão dialógica e contração dialógica (figura 8).

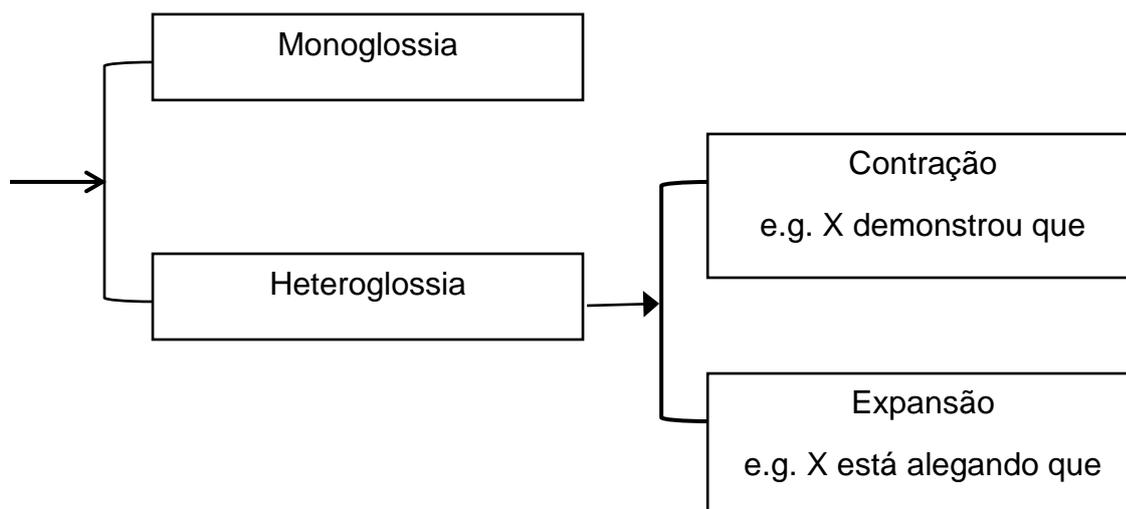


Figura 8 – Engajamento – Contração e Expansão.

Fonte: traduzida de Martin e White (2005, p. 104)

A expansão dialógica ocorre quando abrimos alternativas dialógicas para com nosso leitor/ouvinte, ao relizarmos avaliações, ou seja, fazemos pouco investimento interpessoal em nossa avaliação. Convidamos nosso leitor/ouvinte a produzir outras avaliações, pois nos distanciamos de nossa proposição avaliativa.

Há mais dois subsistemas no fenômeno de expansão dialógica: entretenimento e atribuição. O primeiro acontece no momento em que o falante/escritor materializa suas avaliações de forma contingente, isto é, expressa sua subjetividade através de sua proposição, sem, linguisticamente, trazer outras vozes ao seu texto. Portanto, o escritor/falante “entretém” seus leitores/ouvinte, mostrando que sua avaliação é apenas mais uma possibilidade e que existem outras para serem tomadas como verdadeiras. Para os autores, é uma forma de autoexpressão, na qual escritor/falante parecem não se comprometer muito com a verdade de sua proposição, deixando que leitores/ouvintes possam dialogicamente discordar, refutar, buscar outras avaliações.

Exemplifiquemos a materialização do subsistema de entretenimento com um trecho de um dos discursos de Lula.

50	E eu acho que é possível a gente convencer o mundo de que é preciso começar a mudar, inclusive as orientações do FMI para os países do Terceiro Mundo. [...] Eu <b>acredito</b> que é <b>possível</b> .	D#1
----	---	-----

Com o processo desiderativo **acredito** e o atributo **possível**, Lula expressa sua opinião de que a capacidade de persuasão pode acarretar mudanças em escala mundial. O ex-presidente não recorre a outras vozes e também não investe pesadamente em sua proposição, abrindo brechas para outras possibilidades de mudança.

No subsistema de atribuição, por sua vez, o escritor/falante traz à sua proposição a subjetividade de uma voz externa, isto é, a avaliação que produz e está ancorada em vozes que não a sua. Porém, representa a voz externa como sendo apenas uma avaliação dentre várias outras. Lula recorre a uma atribuição mais ou menos implícita, pois não nomeia claramente quem pensa que ele se incomoda com vaias, conforme o exemplo:

51	Algumas pessoas <b>pensam</b> que me incomodo com apupos. Sabem quando é que tomei a maior vaia da minha vida? Quando fui fundar a CUT. Tinha gente que não queria fundar a CUT. Depois, quando fui fundar o PT. Eu ia aos debates, e as pessoas, que achavam que o partido delas era o partido dos trabalhadores, me vaiavam.	D#95
----	--	------

Com o processo mental **pensam**, Lula abre o espaço dialógico de sua avaliação para que seus interlocutores possam tomar como verdade ou não a proposição de que ele se incomoda facilmente com as vaias que recebe. Tal atribuição é ainda mais reforçada quando o ex-presidente argumenta que tomou muitas vaias e que já sabe como se portar diante delas.

52	Eu digo que política não tem segredo, se há uma coisa que ninguém precisa de diploma universitário para conhecer política. O cidadão para ser médico, tem que te diploma, para ser jornalista <b>dizem</b> que precisa, mas nem tanto, e vai por aí fora.	D#75
----	---	------

No exemplo 52, Lula recorre à Atribuição novamente, mas o sentido não é mais de reconhecer uma voz, e, sim, distanciar-se dela. Pelo processo verbal **dizem**, ele não investe interpessoalmente na proposição de que jornalistas precisam de diploma, distanciamento marcado por **mas nem tanto**.

A figura 9, retirada de Martin e White (2005), esquematiza as opções avaliativas referentes ao fenômeno de expansão dialógica:

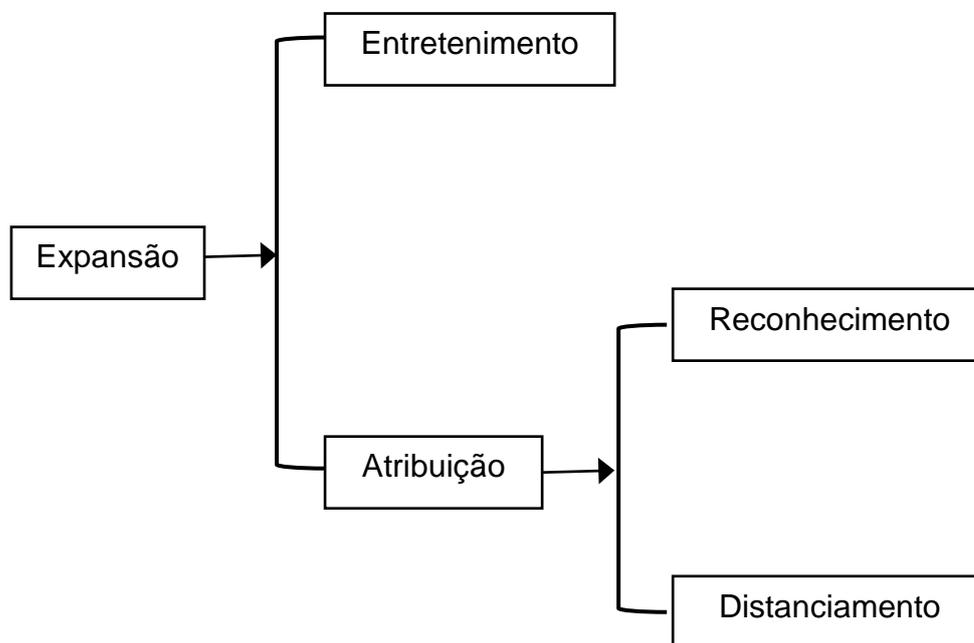


Figura 9 – Engajamento – Expansão dialógica.

Fonte: traduzida de Martin e White (2005, p. 117)

Voltemo-nos agora para as opções dos campos semânticos da contração dialógica. Nesse fenômeno, o escritor/falante contrai o espaço para alternativas dialógicas, seja recorrendo a vozes externas, quando o investimento interpessoal é maior, ou a uma avaliação rejeitada ou tida como não válida, não verdadeira. Conforme explicam Martin e White (2005, p. 117),

esses significados, que às vezes constroem um fundo dialógico de outras vozes para o texto, são direcionados a excluir certas alternativas dialógicas de qualquer interação subsequente, ou para contrair o escopo dessas alternativas enquanto a interação ocorrer.

Há dois principais subsistemas aos quais o escritor/falante pode recorrer: refutação e declaração. O primeiro se realiza através da negação ou contraposição e, segundo Martin e White (2005, p. 118) “[quando é] introduzida a alternativa positiva para o diálogo [...] reconhecendo-a [para, conseqüentemente] negá-la”.

Martin e White (2005) também argumentam que o uso da negação pode ser contra as crenças do leitor/ouvinte potencial, pois o escritor/falante assume que seu público não reconhece e/ou não sabe avaliar o que está em jogo de forma correta.

Do *corpus*, podemos retirar um exemplo desse fenômeno. Lula, ao discursar sobre o "Fome Zero", proferiu:

53	Porque fome é, sim, falta de comida. <b>Mas</b> é também <b>não</b> ter uma alimentação adequada. Fome é não poder consumir todas as proteínas, vitaminas, calorias e sais minerais que o nosso corpo e a nossa mente precisam para se desenvolver; que as nossas crianças precisam para estudar e aprender; que um adulto precisa para se capacitar e trabalhar. É por isso que não adianta apenas distribuir comida.	D#1
----	--	-----

No exemplo 53, com o emprego do **não**, Lula reafirma a definição de fome e, no final, critica as abordagens atuais para que se possa acabar com ela. O ex-presidente parecer estar corrigindo o seu público, representando-se como conhecedor do fenômeno que está sendo avaliado, com o objetivo de acabar com mal-entendidos e falsas abordagens de como terminar com a fome no Brasil. Logo, a relação de solidariedade pode se solidificar, uma vez que a estrutura argumentativa for convincente e o público não resistir à contração dialógica na avaliação que está em jogo.

O subsistema de contraposição ocorre quando: “[se] representa a proposição em um caminho recolocável ou suplantável a outra proposição que seria esperada em seu lugar” (CABRAL, 2007, p. 79). Pensemos no exemplo anterior, quando o ex-presidente utiliza o conjuntivo “mas”. A proposição “[...] fome é falta de comida” está em contraposição com a proposição “mas é também não ter uma alimentação adequada”, isto é, o conceito de fome foi reavaliado e contrapositionado, pois, para Lula, seu público apenas entende fome como ausência de comida e não como ausência de comida somada à falta de acesso a uma dieta que suprima as necessidades fisiológicas do corpo. Com o uso desse tipo de formulação proposicional, há uma tentativa de alinhamento com o leitor/ouvinte, se este também concordar com a contraposição construída, ou seja, que o conceito de fome deve ser expandido, para, quando for abordado na prática, não seja avaliado como incompleto ou sem fundamento.

No segundo subsistema de contração dialógica, o autor/escritor pode recorrer à declaração, que não apenas serve para excluir outras proposições, no jogo interativo, mas também diminuir a gama de avaliações que podem ser materializadas futuramente na interação. Esta categoria divide-se em três: concordar, endossar e confirmar expectativa. Ao concordamos, recorremos a elementos que claramente mostram o quão engajados estamos em nossa proposição. Percebamos o uso do “certamente” na seguinte fala de Lula:

54	Mas quem é que imaginava, há dois meses, que a Febraban viria, hoje, aqui, dizer que vai começar com um plano-piloto de 10 mil cisternas? Ninguém. Se eu falasse para você, Paulo Rubens, <b>certamente</b> você falaria: "A Febraban não vai fazer isso." Se eu falasse para o Jorge Mattoso, <b>certamente</b> ele falaria: "A Febraban não vai fazer isso." O Frei Betto, então, falaria para mim: "Imagine se a Febraban vai fazer cisterna!"	D#38
----	---	------

Nesse trecho, Lula avalia o que Paul Rubens e Jorge Mattoso fariam sobre o envolvimento da Febraban, a Federação Brasileira de Bancos, na construção de reservatório de águas pluviais, chamadas de cisternas. O ex-presidente afirma, claramente, que eles não acreditariam que essa instituição começaria um plano-piloto para a realização de tal projeto, e que tal avaliação sobre o envolvimento seria impossível. O uso do “certamente” fecha o espaço dialógico a fim de que avaliações sobre as presumidas falas não sejam pensadas ou feitas por seus interlocutores, pois Lula acreditou, fortemente, que eles afirmariam tal proposição a ele.

No endosso, o autor/escritor recorre a vozes externas e as considera verdadeiras, legítimas e/ou inegáveis. O que difere a atribuição do endosso são o investimento interpessoal e a distância social que a semântica do verbo escolhido carrega consigo. Verbos como ‘demonstrar’, ‘mostrar’, ‘provar’, ‘apontar’, em sua semântica, não significam dissociação ou distanciamento social da voz externa e, sim, alto investimento interpessoal, pois o autor/falante, além de compartilhar da avaliação, “[...] responsabiliza-se pela proposição ou, pelo menos, compartilha responsabilidade com a fonte citada” (CABRAL, 2007, p. 81). O endosso é realizado por Lula quando ele usa o processo verbal “mostrar”, pois atribui grande importância

à relação comercial entre Brasil e Líbano, e a voz do então presidente Rafik Hariri a fim de aumentar o investimento interpessoal da sua proposição. Os argumentos que vêm após dão suporte a sua participação para que tal relacionamento entre países venha a se concretizar.

55	Na segunda visita que empreende ao nosso país, o presidente do Conselho de Ministros do Líbano, Rafik Hariri, <b>mostra</b> a importância que o Líbano atribui às relações com o Brasil. Nosso interesse é recíproco e espero, em breve, retribuir essa visita.	D#90
----	---	------

Por último, o autor/escritor pode recorrer à confirmação da expectativa, através da afirmação, e esta categoria ocorre quando a formulação avaliativa: envolve ênfase autoral ou intervenção ou interpolação autoral explícita (MARTIN; WHITE, 2005). Locuções com ‘eu acredito que’, ‘a verdade é que’, ‘ele provavelmente é’ podem ser usadas pelo autor/escritor. Se pensarmos na relação de solidariedade a ser construída, há certos dois aspectos: quando o escritor/falante pressupõe que sua avaliação também é a do leitor e quando recorre ao uso de uma afirmação de voz externa. Cabral (2007, p. 80) ainda afirma:

No primeiro caso, a afirmação confronta-se com a opinião do leitor e há ameaça de solidariedade; já no segundo, a afirmação confronta-se com a opinião de um terceiro, em que o texto constrói solidariedade entre autor-leitor

O trecho da fala de Lula, a seguir, demonstra a tentativa do ex-presidente em criar laços de solidariedade com sua audiência, através da contração dialógica, pelo recurso da confirmação de expectativa.

56	Será que não é possível o Brasil inteiro construir um milhão de cisternas? <b>Obviamente</b> , não vai resolver o problema do Brasil, nem do Nordeste, mas somente quem não passou sede não dá valor a uma cisterna.	D#61
----	--	------

A figura 10, a seguir, retirada de Martin e White (2005), mostra o esquema de opções semânticas e léxico-gramaticais do fenômeno de contração dialógica:

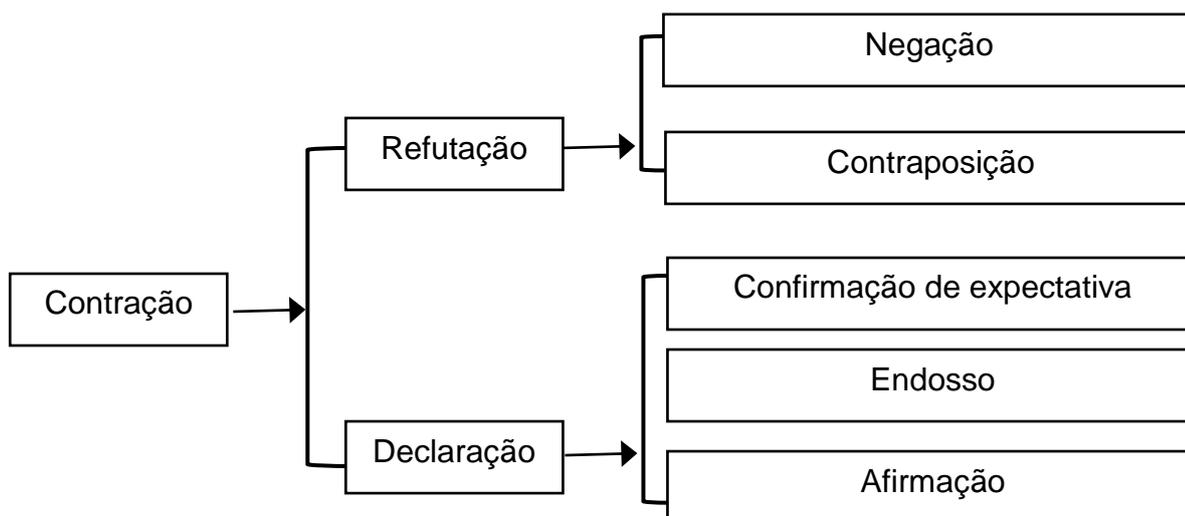


Figura 10 – O sistema de engajamento.

Fonte: traduzida e adaptada de Martin e White (2005, p. 134)

Apresentamos, na seção seguinte, a relação que a negação possui com a construção de leitores putativos, seus efeitos retóricos e manutenção de laços de solidariedade.

### 3.3 Negação e relação autor/leitor

Como já mencionado anteriormente, Halliday e Matthiessen (2014) conceituam o uso da negação como uma escolha por parte do indivíduo entre o positivo e o negativo, dependendo de suas intenções semióticas e do seu contexto social, porém, não adentram nos fins comunicativos aos quais indivíduos recorrem. Nesse sentido, segundo os autores, o sistema de polaridade realiza-se na metafunção interpessoal, aquela que organiza os significados em termos das características das relações a que indivíduos se engajam ao comunicar.

Tottie (1987), Pagano (1994) e Martin e White (2005) enxergam a negação como um fenômeno dialógico, isto é, indivíduos recorrem ao seu uso para expressar a inexistência de uma realidade ou para invalidar os enunciados que outrora foram feitos. Diante disso, nesta seção, delineamos rapidamente os estudos de Bakhtin (1997) sobre a natureza dialógica do enunciado, para depois explicitar os conceitos sobre o leitor ideal e as expectativas/possibilidades.

Para Bakhtin (1997), cada esfera da atividade humana, em sua relação com a linguagem, apropria-se de enunciados mais ou menos estáveis para fins comunicativos, denominados gêneros discursivos. O autor caracteriza o enunciado como um elo na cadeia comunicativa, a unidade real da comunicação: é o sistema da língua sendo usado por indivíduos num ato comunicativo.

Se faz parte de uma infinita cadeia de comunicação, não existe enunciado que seja puro, próprio do indivíduo. Vejamos a explicação de Voloshinov (1995, p. 139) para o fenômeno dialógico do enunciado:

O diálogo, no sentido estrito da palavra, é uma das muitas formas – uma forma muito importante – da interação verbal. Mas também, o diálogo pode ser entendido por uma abordagem mais geral, não apenas significando comunicação verbal direta, cara a cara, entre pessoas, mas, também, comunicação verbal de qualquer tipo. Um livro (i.e. uma performance verbal impressa) é também um elemento da comunicação verbal [...] O livro inevitavelmente [é construído linguisticamente] em relação às performances prévias na mesma esfera [...] Logo, a performance verbal impressa se engaja [...] num colóquio ideológico de uma escala maior: ela responde a alguma coisa, afirma alguma coisa, antecipa respostas e objeções, procura ajuda, etc

São esse constante movimento de vozes passadas, presentes e futuras, enunciados anteriores e a antecipação de futuros enunciados que nos levam aos conceitos de pressuposição e expectativa.

Na perspectiva hallidayana, os significados interpessoais organizam nossos textos em relação àqueles para quem escrevemos/falamos, isto é, o texto (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014) ou o enunciado (BAKHTIN, 1997) estrutura-se lexico-gramaticalmente de acordo com o ouvinte/leitor. Porém, quando a presença deles não é física, como no exemplo da fala de Voloshinov (1995), o indivíduo presume um leitor ideal, do qual pressupõe e ao qual atribui conhecimentos e ideologias específicas, as quais presume através de expectativas. Pagano (1994, p. 253) enfoca a ausência e a idealização de um leitor/ouvinte:

Ao contrário do discurso falado, no discurso escrito não há um receptor físico da mensagem do produtor no momento da composição. Mesmo assim, o escritor substitui a ausência de um interlocutor físico por uma representação mental de um leitor. Isto é, o escritor cria uma fotografia do leitor que se torna um “leitor ideal” e atribui a esse leitor uma certa experiência, um certo conhecimento, certas opiniões e crenças, na base da qual o escritor constrói sua mensagem.

Atribuindo características e ideologias ao leitor ideal, o indivíduo constrói seu enunciado em cima de pressuposição: na terminologia bakhtiniana, são as vozes e o

processo de heteroglossia que dão origem aos nossos enunciados. Além disso, no processo de idealizar esse leitor, o escritor incute nele expectativas, pois o constrói como um ser que também possui conhecimentos que podem ou não ser compartilhados.

Uma das evidências linguístico-pragmáticas do dialogismo do enunciado é o próprio elemento **não**. Ao nos comunicarmos com outros indivíduos, tanto de forma oral como escrita, utilizamo-nos, consciente ou inconscientemente, de enunciados que foram produzidos no passado, materializados em forma de experiências comunicativas vividas; e, também, pensamos em nosso ouvinte/leitor, no tipo de relação que mantemos com ele e quais são suas expectativas sobre o que está em jogo na interação.

Martin e White (2005) afirmam que o uso da negação, em textos de comunicação em massa, geralmente, não é direcionado diretamente para a relação entre falante/escritor e ouvinte/leitor, pois o primeiro indica desalinhamento com um terceiro participante, cujas negações são consideradas falsas e incorretas. O falante/escritor lança mão de uma tentativa de desalinhar seu leitor/ouvinte com as ideias de outro participante, ao mesmo tempo em que tenta preencher a falsa pressuposição como uma nova proposição. Como nosso *corpus* contém, em sua maioria, negações implícitas, focamos nosso estudo no de Martin e White (2005), uma vez que buscaram em buscam em Tottie (1987) e Pagano (1994) o conceito de leitor/escritor putativo.

O uso de negações implícitas constrói uma *persona* textual que apresenta ter mais conhecimentos sobre certa área em relação aos seus leitores/ouvintes. O efeito retórico desse tipo de negação serve para corrigir pressuposições que o falante/escritor presume que seus ouvintes/leitor possuem. Martin e White (2005, p. 120) ressaltam que as negações implícitas são de cunho muito mais “corretivo do que confrontacional” e apresentam o falante/escritor enquanto alguém sensato, ao ponto de alinhar seu conhecimento ao do ouvinte/leitor com intuito à comunicação. Contudo, o laço de solidariedade só será concretizado se o ouvinte/leitor não for resistente ao fato de lhe ser projetado uma falha sobre seu conhecimento de mundo. Não tendo objeções quanto ao que é negado, o laço de solidariedade é construído, e ouvinte/leitor putativo abarcam a nova posição ideológica.

## CAPÍTULO 4 – METODOLOGIA

Este capítulo detalha a abordagem metodológica que percorremos, descrevendo o universo de análise, a seleção do *corpus* e os procedimentos de análise de dados. Vale ressaltar também que, nesta seção, planejamos em detalhes as etapas de análise do *corpus* selecionado, a fim de responder qual o papel semântico da negação na construção da *persona* textual e qual sua relação para com a construção dos laços de solidariedade com o seu público.

Souza (2011, p. 100) defende que qualquer discussão sobre discurso político enfrenta, desde o início, no mínimo três desafios: o primeiro é definir o que é discurso político; o segundo é delimitar quais teorias ou métodos de análise de discurso político se deve usar, e o terceiro é justificar o propósito para análise do próprio político. Para dar conta desses três desafios, realizamos esta pesquisa do tipo exploratória, na qual pretendemos determinar o papel semântico da negação na construção da *persona* textual de Lula, em um discurso relativo ao alinhamento/desalinhamento com seu público, e como este é posicionado no discurso semanticamente, de acordo com Martin e White (2005). Desse modo, processamos 107 discursos do ex-presidente Lula com a ferramenta computacional *WordSmith Tools* 6.0 (SCOTT, 2006) e selecionamos o discurso cujo número de ocorrências do marcador negativo **não**<sup>6</sup> fosse maior. Do discurso selecionado, fizemos a descrição do contexto de situação (campo, modo e relações), segundo sugestões de Mechura (2005). Após isso, localizamos todas as ocorrências do **não** e o categorizamos de acordo com Halliday e Matthiessen (2004, 2014), Tottie (1987), Pagano (1994) e Martin e White (2005). Identificamos também as funções semânticas do **não**, dentro do discurso selecionado, para logo expormos os efeitos retóricos de uso significativo da negação no discurso de Lula.

Nossa pesquisa também conjuga a abordagem quantitativa com a qualitativa, no sentido de buscar dados fiéis à materialidade do texto e à interpretação dos dados numéricos obtidos. A vantagem em utilizar as duas está em que a pesquisa quantitativa, segundo Richardson (1989), auxilia na identificação de variáveis específicas significativas para logo fornecer explicações sobre as características de

---

<sup>6</sup> Usamos o nome **marcador** de negação para indicar as diversas possibilidades do uso do **não** no *corpus* analisado. Nossa escolha se baseia na observação de Halliday e Matthiessen (2014), para quem a forma negativa é sempre marcada.

um problema. Dentro de nossa pesquisa, esse método ajudou a identificar padrões linguísticos do uso do marcador negativo **não**, através do *WordSmith Tools 6.0* (SCOTT, 2006).

A pesquisa qualitativa trabalha em cima da descrição de situações particulares, grupos específicos e universos simbólicos (MINAYO, 1994) e auxilia na descrição do modo de funcionamento de um fenômeno. Este método auxiliou no entendimento das funções semânticas do marcador negativo **não** dentro do discurso selecionado para análise.

Na seção do universo de análise, trazemos um pouco da história do ex-presidente Lula e do Partido dos Trabalhadores, justificando a escolha por seus discursos e pelas teorias utilizadas. Na próxima seção, intitulada seleção do *corpus*, apresentamos as justificativas que embasam os 107 discursos coletados, as teorias que elencamos e os critérios que traçamos para analisar um dos discursos. Por último, nos procedimentos de análise, detalhamos o percurso de análise que aplicamos no discurso selecionado.

#### 4.1 Universo de análise

Retiramos os 107 textos que compõem o *corpus* inicial deste trabalho do sítio da Biblioteca da Presidência da República. Segundo o próprio sítio, [www.biblioteca.presidencia.gov](http://www.biblioteca.presidencia.gov), essa foi fundada no governo do Presidente Wenceslau Brás, cujo mandato foi de 1914 a 1918. Seu acervo inicial era composto de 702 obras em 3.695 volumes. Primeiramente e segundo o sítio da Biblioteca da Presidência, esta servia para o atendimento à “demanda por informações legislativas e pesquisas jurídicas dos servidores da casa”. Desta demanda, foi motivada uma reorganização institucional e, em 1951, no mandato do ex-presidente Getúlio Vargas, a biblioteca estendeu seu acervo, especializada, também, em áreas de legislação, direito administrativo, direito constitucional e ciência política. Dentre os novos serviços, a Biblioteca da Presidência da República passou a oferecer informações referentes a dados históricos sobre presidentes e vice-presidentes do Brasil. Atualmente, o sítio contém todos os discursos presidenciais em OCR (Optical Character Recognition).

Os 107 discursos que coletamos se encontram na seção de discursos do ex-presidente Lula, separados por mandato e relativo semestre, em formato .pdf.

Contudo, a breve apresentação sobre a temática do texto, no cabeçalho dos arquivos, utiliza outros nomes para esses **discursos**, vistos como textos: palavras, mensagens, declarações, pronunciamentos e discursos. Com dúvidas quanto ao porquê dos nomes distintos dados aos textos do ex-presidente, enviamos um *e-mail* aos responsáveis pela manutenção do sítio em questão e recebemos a seguinte resposta de Rebecca Crivelaro Campos, funcionária da Biblioteca da Presidência: Cada nome não representa um tipo de discurso, embora, na realidade, pouco se diferenciam na estrutura do texto, porque cumprem funções diferentes. Segundo o *e-mail* de Campos, as funções são as seguintes:

- Mensagem ao Congresso: seria uma apresentação de resultados em todas as áreas do governo, de acordo com o que foi proposto pelo presidente no início do mandato. Uma espécie de balanço de cada legislatura.
- Discursos: são mais corriqueiros e se referem a assuntos gerais do governo.
- Pronunciamento: se referem a assuntos mais pontuais e são feitos diretamente à nação, por isso o alcance é maior que o do discurso. Podem ser transmitidos nacionalmente via rádio, tv, internet.
- Palavra do Presidente: foi uma espécie de denominação específica dada por um determinado presidente aos seus discursos. Assim como são dados título a programas presidenciais específicos, como por exemplo: café com o presidente.

Considerando essa distinção, o *corpus* é composto de sete Declarações, três Pronunciamentos, seis Palavras, quatro Mensagens e 87 Discursos, proferidos no primeiro semestre, de janeiro a junho, desde o primeiro mandato em 2003 de Lula. O *corpus* está indicado na seção “Referências – Discursos Analisados”, segundo endereço eletrônico de cada um, e também no Anexo B, apresentamos informações sobre cada um dos textos.

Utilizamos, para a identificação de cada texto a letra D, o símbolo de sustenido e um número, representando sua ordem crescente e cronológica. Por exemplo, D#5 significa o quinto texto na ordem de apresentação. Optamos por não diferenciar Mensagem, Discurso, Pronunciamento e Palavra pelo fato de que nosso objetivo não é a descrição dos gêneros, o que demandaria um trabalho mais meticuloso de pesquisa.

Com a aplicação do Programa *WordSmith Tools* 6.0 (SCOTT, 2006), observamos que, descontadas algumas ocorrências meramente gramaticais, no

início da Lista de Palavras (*WordList*), a palavra **não** foi a mais frequente, alcançando um total de 3098 ocorrências, o que corresponde a 1,42% do total de *tokens*, como se pode ver no Quadro 4 a seguir:

Total de tokens	218.308
Total de types	12.680
TTR	5,81%
Não	3098
% em relação ao total de tokens	1,39 %

Quadro 4 – Dados estatísticos do *corpus* formado por 107 discursos

Outras palavras mais frequentes são: é, eu, nós, país, porque, fazer, gente e tem. A figura 11 é um demonstrativo das palavras mais recorrentes nos 107 discursos.

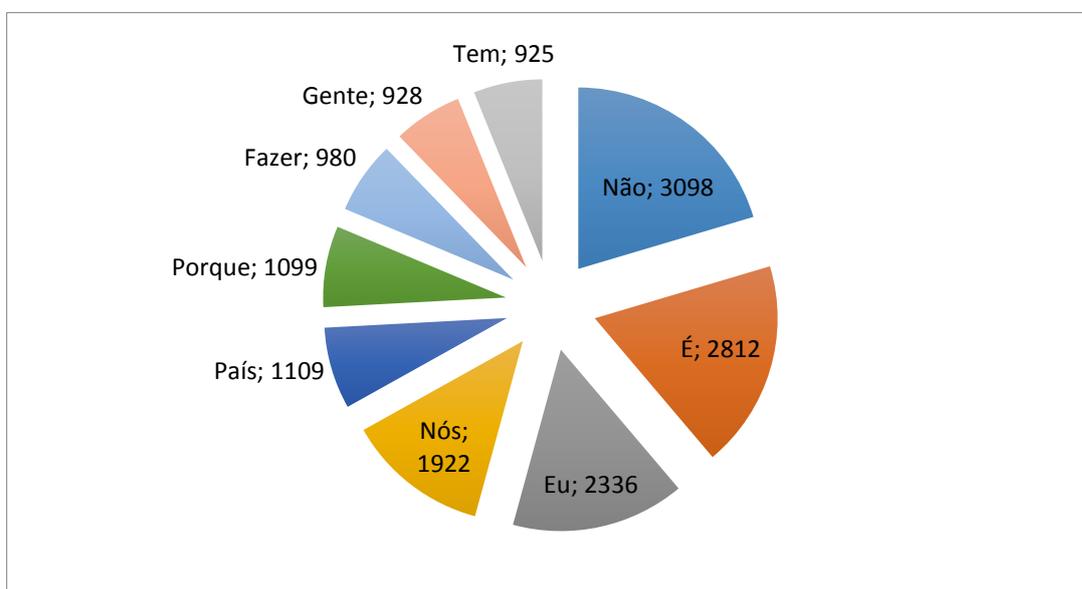


Figura 11 – Gráfico das palavras mais recorrentes nos 107 textos coletados

Segundo o sítio [www.institutolula.org](http://www.institutolula.org), Luiz Inácio Lula da Silva nasceu no dia 27 de outubro de 1945, na cidade de Garahuns, estado de Pernambuco. Trabalhou desde cedo como engraxate, ajudante de tintureiro e, também, *office boy*, ajudando a aumentar a renda de sua família. Sua vida política começou cedo, quando, depois

de formado como torneiro mecânico pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), assumiu o posto de presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, enquanto trabalhava nas Indústrias Villares no ABC paulista. Participou de vários movimentos grevistas e contestações ao regime militar brasileiro, com o intuito de lutar por melhores direitos trabalhistas, como melhores salários e direitos. Em 10 de fevereiro de 1980, Lula ajudou na fundação do Partido dos Trabalhadores que, segundo o sítio Instituto Lula, “representava a união de centenas de milhares de pessoas ligadas aos movimentos sindicais, comunidades eclesiais de base da Igreja Católica, grupos de esquerda e intelectuais”.

Sua inserção no cenário da política brasileira iniciou quando ele entrou na disputa eleitoral para um cargo no governo do estado de São Paulo, em 1982. Porém, não o conseguiu e somente em 1986 foi eleito deputado federal do estado. Em relação às disputas eleitorais presidenciais, antes de ser eleito presidente do Brasil, Lula havia tentado duas vezes, uma em 1990 e outra em 1994. Somente em 27 de outubro de 2002, Lula conseguiu derrotar seu adversário José Serra, do PSDB, tornando-se presidente por 8 anos consecutivos e terminando ambos mandatos com 87% de aprovação pelo povo brasileiro.

Escolhemos os discursos de Lula para a realização deste trabalho, pois, em consonância com as propostas de (CABRAL, 2010) e do projeto "Mídia, Política e Gramática Sistêmico-Funcional" (CABRAL, 2013), estamos interessados no funcionamento sistêmico e funcional da gramática, quando realizado em discursos políticos: como e quais evidências linguísticas são usadas, a fim de que o sujeito político consiga convencer e atrair um maior número de votantes e simpatizantes para com suas ideologias, partidárias ou individuais; que tipos de efeitos retóricos tais evidências linguísticas causam em seu ouvintes/leitores; como o sujeito político, na condição de um ser intersubjetivo, engaja-se com discursos passados e, ao mesmo tempo, estrutura seu texto com base em seus leitores/ouvintes, presentes e putativos.

Para tanto e de acordo com as propostas do grupo de pesquisa, a seleção de *corpus* atendeu aos seguintes critérios para que o trabalho pudesse ser realizado:

- a) os textos dos discursos do ex-presidente Lula estão todos em Língua Portuguesa;

- b) os textos dos discursos do ex-presidente estão *online* e em formato *.pdf.*, disponíveis no sítio da Biblioteca da Presidência, <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva>;
- c) os discursos selecionados foram proferidos entre os meses de janeiro e junho do ano de 2003, primeiro semestre do primeiro mandato.

Na próxima seção, apresentamos os detalhes que compuseram a seleção do *corpus* em questão e algumas delimitações para a sua análise.

#### 4.2 Seleção do *corpus*

Dentre os 107 discursos coletados, elencamos um discurso que representasse o fenômeno de negação em sua variedade semântico-funcional. Em conformidade aos objetivos específicos desta dissertação, usamos o critério da terminologia dada aos textos, tamanho do arquivo e número de ocorrências do marcador negativo **não**.

De acordo com o e-mail que recebemos de Rebecca Crivelaro Campos, funcionária da Biblioteca da Presidência da República, os textos do ex-presidente Lula são denominados de discursos, declarações, pronunciamentos, mensagens e palavras. A partir da proposta deste trabalho de estudar o funcionamento sistêmico-funcional do discurso político e pela função abrangente do uso do texto “discurso”, escolhemos o gênero textual discurso para a análise da negação.

Outra razão que embasou nossa escolha foi o tamanho do arquivo e/ou quantidade de palavras repetidas (*tokens*) ou não (*types*) que diferenciam os discursos das declarações, dos pronunciamentos, das mensagens e das palavras. O texto selecionado como *corpus* é o maior discurso que Lula proferiu no primeiro mandato do primeiro semestre.

Portanto, o discurso selecionado para a análise do uso do marcador negativo é intitulado **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em visita ao Retiro de Itaipu – CNBB**, foi proferido em Indaiatuba, São Paulo, em 1º de maio de 2003. Conforme já destacado anteriormente, esse texto, que denominamos D#62, apresenta 175 ocorrências do marcador **não**, motivo de sua

representatividade dentre todos os 107 coletados. A figura 12 mostra as palavras mais utilizadas no discurso selecionado e prova a quantidade do marcador negativo:

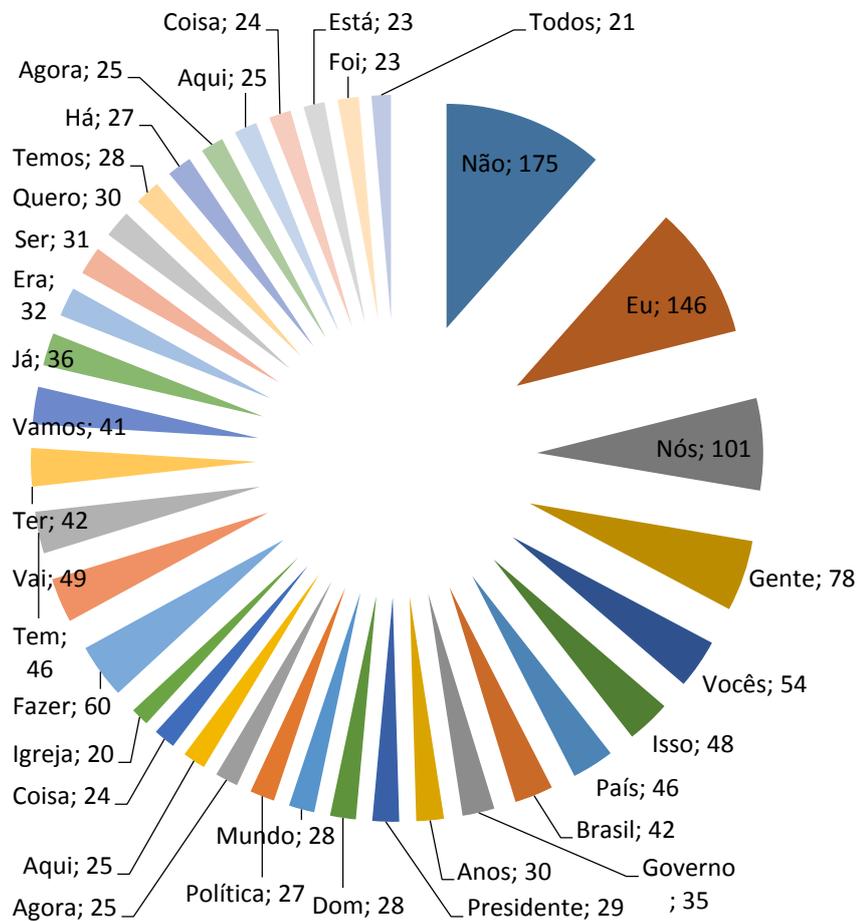


Figura 12 – Palavras mais recorrentes no *corpus* selecionado.

Através da ferramenta computacional *WordSmith Tools 6.0* (SCOTT, 2006) e seus aplicativos *WordList* e *Concordance*, verificamos que o discurso possui 9992 *tokens* e 2000 *types* e uma taxa geral de repetição de 20,02%, configurando o texto no qual Lula mais recorre ao marcador negativo **não**, portanto, 175 vezes.

### 4.3 Procedimentos de análise dos dados

Para que pudéssemos alcançar os objetivos que foram propostos neste trabalho, procedimentos tanto de caráter quantitativo quanto qualitativos foram adotados em relação à análise dos discursos de Lula. Em relação à abordagem quantitativa, recorreremos à Linguística de *Corpus*. Segundo Sardinha (2006, p. 6), esta auxilia linguistas e pesquisadores interessados em estudos linguísticos à

criação e análise de *corpora*, normalmente “conjuntos de textos e transcrições de fala armazenadas em arquivos de computador”. Ainda segundo o autor (2006. p. 6), a Linguística de *Corpus* dá suporte aos investigadores da linguagem a terem a quantidade de dados que antes eram inacessíveis. A este campo, alia-se a informática, que “sem ela, a Linguística de *Corpus* não poderia existir”

O artifício informático que utilizamos para processar os 107 discursos coletados do ex-presidente Lula é a ferramenta computacional *WordSmith Tools 6.0* (SCOTT, 2006). Criado por Mike Scott, em 1996, hoje, na versão 6.0, é um conjunto de programas integrados, voltados à análise linguística. Os utilitários *WordList* e o *Concordance*, por exemplo, oferecem, respectivamente, a produção de listas das palavras mais recorrentes, ou agrupamentos de palavras mais utilizadas dos textos selecionados pelo analista da linguagem; listas de uma palavra específica, chamado de nóculo, junto com o texto no qual fora utilizada e também listas de palavras que ocorrem ao redor do nóculo.

Usando o *Concordance*, pudemos localizar as ocorrências do **não**, no discurso selecionado, a fim de, posteriormente, executarmos os passos de análise. Em conformidade com o campo de estudos e seu arcabouço teórico-gramatical, LSF e GSF, respectivamente, recorreremos a Halliday e Matthiessen (2004, 2014) para a caracterização do contexto de situação, no qual o discurso foi proferido. Desse modo, as três variáveis do contexto dos autores sistemicistas foram aplicadas ao texto.

O campo, variável do contexto que dá origem à metafunção experiencial, no estrato da semântica, e se instancia através do sistema de transitividade, no estrato da léxico-gramática, diz respeito ao domínio da experiência sobre a qual o texto se ancora, isto é, sobre o que o texto fala. Měchura (2005), embasado nos estudos de Halliday e Matthiessen (2004), sugere examinar os itens lexicais em relação ao seu domínio semântico e sua especialização. O primeiro é percebido por meio da análise de substantivos e a qual disciplina ou campo semântico eles se referem. Já a especialização questiona o quão familiar são os itens lexicais para uma audiência geral e uma especializada.

O modo de um texto, segundo Měchura (2005), com base na análise funcional hallidayana, diz respeito ao modo sob o qual o texto foi produzido. Dois eixos são levados em conta: textos escritos *versus* falados e ação *versus* reflexão, este último dependendo da proximidade do evento o qual o texto descreve. Em

relação ao primeiro eixo, segundo o autor, existem textos que são prototipicamente falados, por exemplo, conversas face a face, caracterizados por sinais de alta interatividade. Já outros não apresentam nenhuma interatividade, por exemplo, no caso de textos escritos, como artigos acadêmicos. O eixo ação *versus* reflexão, por sua vez, depende do momento em que o texto fora produzido e se seu conteúdo experiencial descreve acontecimentos temporalmente perto de sua produção.

A variável contextual relações de um texto é percebida através dos papéis sociais daquele(s) que o produz(em) e aquele(s) que o recebe(em): quem é o autor do texto e como ele se apresenta para com o seu público; quem é o público-alvo ou quem são aqueles que o autor sabe que estão ou estarão presentes no momento de produção; a relação entre autor e público e como esta se materializa linguisticamente no texto. Contudo, conforme ressalta Měchura (2005), há uma diferença na análise quando o texto é falado ou é escrito. No primeiro, como, por exemplo, numa conversa casual ou num debate, há a presença de falante e ouvinte cujos papéis de fala podem ser invertidos, evidenciando mais claramente o tipo de relação que ambos interactantes constroem, ao decorrer do evento, marcados no estrato da léxico-gramática pelo caráter interativo e espontâneo. Já na análise de textos escritos, no momento de produção do texto, há somente a presença do autor e suas pressuposições sobre os conhecimentos de mundo e as expectativas do seu público, este denominado, neste trabalho, de leitor putativo, na terminologia de Martin e White (2005).

Mechura (2005) sugere que o pesquisador da linguagem perceba o status de relatividade, a distância social e a personalização. Outros elementos são sugeridos para a análise funcional, porém, explicitamos apenas aqueles que usamos nesta análise.

O status de relatividade de um texto diz respeito ao status de cada participante, dentro da interação, se apresentam-se como iguais ou há uma hierarquia social entre eles. Para a análise desta categoria, é importante analisar as suas escolhas léxico-gramaticais em relação aos seus atos de fala: declarações, ofertas, perguntas ou comandos, de acordo com Halliday e Matthiessen (2004, 2014).

Para medir se existe um grau de distância social entre os participantes, Mechura (2005) sugere a análise da distância social, que pode ser percebida pelo uso de vocabulário coloquial, dialetos, de maneiras linguísticas pelas quais os

participantes se referem, como, por exemplo, apelidos, senhor, senhora etc. Além disso, também é importante analisar a presença de elipses, que, segundo o autor, ocorrem quando o produtor textual não menciona algum tipo de informação, pois presume que seu público saiba sobre o que foi omitido. A distância social desta última categoria é amenizada quando ambos, produtor textual e seu público, compartilham do mesmo conhecimento.

Dentro do campo relações, Mechura (2005) ainda sugere a análise da categoria de personalização. De acordo com o autor,

refere-se se o falante é revelado no texto e chama atenção [de seu público], como por exemplo o uso do pronome pessoal 'eu' ou se ele é obscuro e subestimado. Refere-se também se seu público é referido [linguisticamente] e chamado, por exemplo, pelo uso do pronome pessoal 'tu/você'. O pronome pessoal 'nós' também é um exemplo, quando se refere ao autor e seu público.

As evidências linguísticas dos traços de personalização recaem sobre o uso de pronomes pessoais, como **eu**, **você**, de perguntas retóricas e perguntas que o próprio produtor textual faz, porém, constrói-as de uma maneira que parecem terem sido feitas pelo seu público. A personalização pode ser utilizada para atingir vários objetivos, como: posicionar o público como concordante, dificultando a expressão de ideias contrárias; criar laços de solidariedade, marcados pelo emprego do pronome pessoal **nós**; obter a manutenção de uma relação de intimidade, reconhecimento e identificação com o público; criar uma falsa interatividade, como se produtor textual e público estivessem numa conversa cara a cara, mais especificamente, em textos não tão interativos; instituir uma situação na qual o público se encontra, principalmente em textos cujo canal de comunicação não permite que produtor textual e seu público estejam fisicamente juntos no momento do evento comunicativo.

Após a descrição do contexto de situação, partimos para a análise no estrato da léxico-gramática, isto é, os âmbitos linguísticos que a negação fora utilizada por Lula, no discurso selecionado. Sendo assim, a análise do *corpus* seguiu os seguintes passos, em todos os seus detalhes:

- 1) Determinação da visibilidade do Adjunto modal não em implícita e explícita (TOTTIE, 1987);
- 2) Determinação do *locus* de negação (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004; 2014);

- 3) Análise do Adjunto modal não na oração projetante (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, 2014);
- 4) Análise do Adjunto modal não na oração projetada (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004; 2014);
- 5) Análise do modal não na proposição (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004; 2014).

Por fim, procedemos à análise semântico-interpretativa (RODRIGUES, 2013), com intuito de delinear a *persona* textual, conforme Martin e White (2005) construída pelo Presidente Lula em seu discurso.



## CAPÍTULO 5 – RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como já informamos na Introdução desta dissertação, o problema de pesquisa que se apresenta é por que Lula recorre tantas vezes ao marcador negativo **não** e como este recurso delinea sua *persona* textual/*ethos*, conforme terminologia de Martin e White (2005) e Aristóteles (2005).

O objetivo geral desta pesquisa centra-se na determinação do papel semântico da negação, no que diz respeito à construção de uma *persona* textual/*ethos*, em um discurso de Lula. Através do significativo uso, fornecemos interpretações de como tal recurso avaliativo é capaz de manter laços de solidariedade com seu público, por meio do processo de alinhamento entre Lula e o público para quem fala.

Uma das hipóteses consideradas é que o emprego recorrente da negação pelo uso do marcador negativo **não** constitui um estilo avaliativo de Lula, que tenta desconstruir discursos de políticos anteriores ao seu, sem mencioná-los, e construir o seu próprio, ao mesmo tempo em que lança mão de construir laços de solidariedade.

Tendo em vista o percurso metodológico que apresentamos no capítulo anterior, este apresenta os resultados obtidos da análise do discurso proferido em Indaiatuba, São Paulo, em 1º de maio de 2003, com o título **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em visita ao Retiro de Itaiaci – CNBB**. Como já destacado anteriormente, esse texto, que denominamos D#62, apresenta 175 ocorrências do marcador **não**, motivo de sua representatividade dentre todos os 107 coletados.

### 5.1 Contexto de situação

Para melhor entendermos as escolhas léxico-gramaticais e o modo de funcionamento do uso da negação, no discurso político escolhido, bem como embasarmos nossas possíveis interpretações sobre as razões da quantidade significativa de sua recorrência, uma análise de situação se faz necessária, juntamente com detalhes sobre a ida do presidente à CNBB, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em maio de 2003.

Segundo o próprio site da CNBB ([www.cnbb.org.br](http://www.cnbb.org.br)), esta

é [...] instituição permanente que congrega os Bispos da Igreja católica no País, na qual, a exemplo dos Apóstolos, conjuntamente e nos limites do direito, eles exercem algumas funções pastorais em favor de seus fiéis e procuram dinamizar a própria missão evangelizadora, para melhor promover a vida eclesial, responder mais eficazmente aos desafios contemporâneos, por formas de apostolado adequadas às circunstâncias, e realizar evangelicamente seu serviço de amor, na edificação de uma sociedade justa, fraterna e solidária, a caminho do Reino definitivo

e tem como missão

fomentar uma sólida comunhão entre os Bispos que a compõem, na riqueza de seu número e diversidade, e promover sempre a maior participação deles na Conferência; concretizar e aprofundar o afeto colegial, facilitando o relacionamento de seus membros, o conhecimento e a confiança recíprocos, o intercâmbio de opiniões e experiências, a superação das divergências, a aceitação e a integração das diferenças, contribuindo assim eficazmente para a unidade eclesial; estudar assuntos de interesse comum, estimulando a ação concorde e a solidariedade entre os Pastores e entre suas Igrejas.

Nesta ocasião, Lula foi recebido por Dom Jaime Chemello, na época, presidente da CNBB, e convidado a proferir um discurso na 41ª Assembleia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Este evento, segundo ainda o próprio sítio da Conferência, ocorre anualmente e, extraordinariamente, quando há assuntos emergenciais a serem tratados. A Assembleia ([www.cnbb.org.br](http://www.cnbb.org.br)) é promovida para tratar “de assuntos pastorais de ordem espiritual e de ordem temporal e dos problemas emergentes da vida das pessoas e da sociedade, na perspectiva da evangelização”.

Retirado de um texto de opinião que noticiou na época o acontecimento dessa edição da Assembleia da CNBB, Luciano Mendes de Almeida (2003), jornalista opinativo da *Folha de S.Paulo*, reportou alguns dos assuntos, os quais os bispos estabeleceram expor e tratar na ocasião, como programas para o fim da miséria e da fome no Brasil, análise da conjuntura nacional, situação de crescimento de movimentos religiosos autônomos, posição da Igreja Católica e Evangélica em relação à política brasileira, a 4ª Semana Social Brasileira de 2005, criação de uma mensagem para o Dia do Trabalhador, além de assuntos próprios.

Com o objetivo de aproximar o discurso político de Lula selecionado ao seu contexto de produção, recorreremos à descrição do contexto de situação, conforme a abordagem da estratificação da linguagem de Halliday (1994), Halliday e

Matthiessen (2004) e Halliday e Matthiessen (2014), a qual se conjuga ao guia de análise proposto por Měchura (2005). Este último autor sugere, para a compreensão funcional de texto, uma análise das escolhas léxico-gramáticas do falante/leitor, a fim de que o analista de linguagem entenda o funcionamento semântico e contextual do texto que analisa.

O momento em que o texto é produzido ou proferido compõe uma parte estrato do contexto (de cultura e de situação, respectivamente), e origina três variáveis: campo, modo e relações. Em relação ao campo, o discurso selecionado constitui uma fala do Presidente Lula aos cardeais e bispos da Igreja Católica, por ocasião de uma reunião da CNBB, importante instituição religiosa do Brasil que preconiza a orientação espiritual aos fiéis, estabelece diretrizes e promove ações para a manutenção do catolicismo no Brasil, sob a orientação do Vaticano. O domínio semântico construído por Lula, em sua fala, indica que o seu discurso tenta estabelecer relações de parceria entre a esfera política brasileira e a Igreja Católica, em nível governamental, mediado pela instância federal e os bispos da CNBB. Uma breve observação novamente da figura 12, obtida com o auxílio da ferramenta *WordSmith Tools 6.0*, indica os itens lexicais mais recorrentes no discurso de Lula, o que comprova nossa afirmação: gente, vocês, país, Brasil, governo, Presidente, mundo, política, agora, aqui, fazer, ter, querer e Igreja, dentre outros. São participantes, circunstâncias e processos, considerando-se até o número mínimo de 20 ocorrências na *WordList Tools 6.0* (SCOTT, 2006).

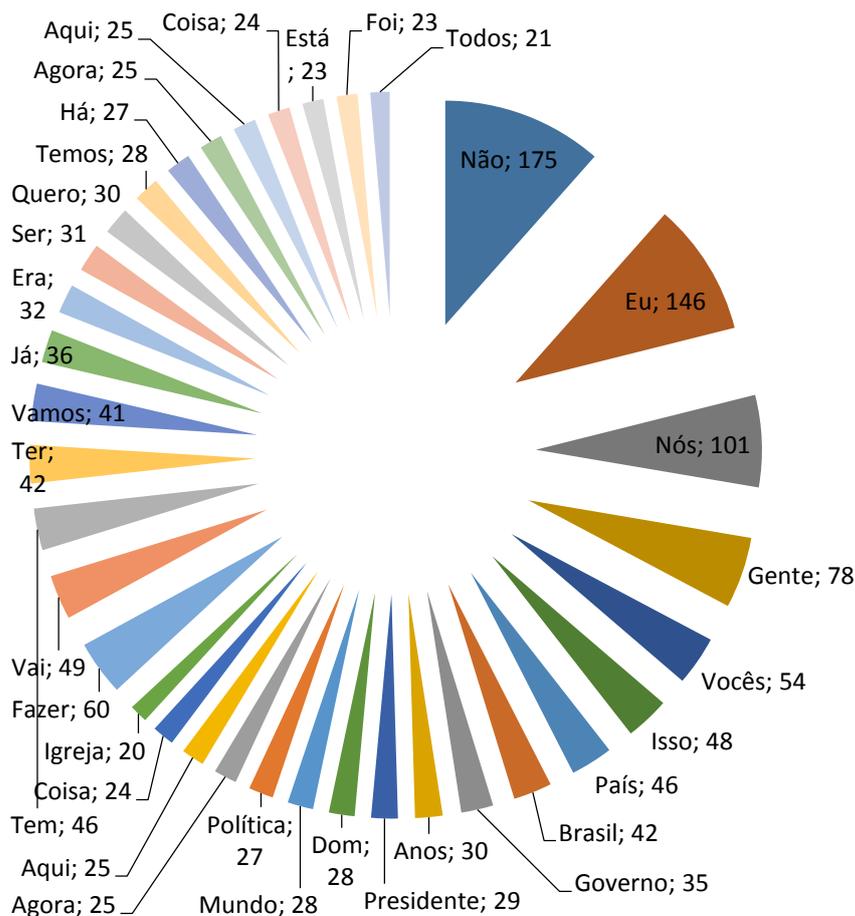


Figura 13 – Palavras mais recorrentes do texto selecionado para análise.

Após a leitura do discurso, percebemos que o objetivo comunicativo do texto é o de oferecer aos integrantes da CNBB a possibilidade de uma parceria do tipo consulta com a Igreja Católica. Uma evidência linguística que embasa nossa interpretação do discurso, na forma de um aviso, são as palavras finais de Lula:

57	E esse compromisso, meus companheiros cardeais e bispos, funcionários que estão aqui, companheiras, eu quero que vocês saibam o seguinte: nós estamos à disposição, 24 horas por dia, para qualquer discussão.	D#62
----	--	------

Em relação ao modo, cabe-nos fazer algumas ressalvas. O discurso que compõe o *corpus* de análise do presente trabalho é um texto escrito. Contudo, Lula, por ocasião da Assembleia da CNBB, proferiu-o. Segundo dados da Biblioteca da Presidência, não é o Presidente que formula seus discursos políticos, ele apenas o

profere e o improvisa como desejar. Não é nosso objetivo descrever as diferenças entre o discurso escrito e o falado no momento do evento. Portanto, consideraremos o modo do texto como escrito.

Contudo, nosso *corpus* é peculiar, pois sua produção, distribuição e recepção, na abordagem de Fairclough (2006), não segue tal ordem. De acordo com a troca de *e-mails* que tivemos com os responsáveis pelo sítio da Biblioteca da Presidência e o site [http://veja.abril.com.br/191103/pergunte\\_guia.html](http://veja.abril.com.br/191103/pergunte_guia.html), o responsável pela construção dos discursos do ex-presidente Lula foi o ex ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência, Luiz Dulci. Ainda segundo as fontes mencionadas, quem decidia os temas centrais dos discursos era o próprio Lula, que, posteriormente, fazia modificações e acréscimos antes da aprovação final do texto. Luiz Dulci criava os discursos pessoalmente e contava com uma equipe de quatro assessores. Vale ressaltar também que Lula costumava improvisar durante a fala de tais discursos. Logo, os discursos que estão postados no site da Biblioteca da Presidência não são exatamente os originais criados por Lula e Dulci; os arquivos são transcrições da fala de Lula nas ocasiões que atendeu juntamente com os seus improvisos.

Portanto, a movimentação do texto, no contexto de situação do *corpus*, em análise é a seguinte: Dulci e Lula produziam o texto, e este era novamente modificado pelas improvisações de Lula no evento e, assim, os responsáveis pelo sítio da Biblioteca o postavam.

Em respeito à variável contextual relações, aquele que produziu o texto foi Luiz Dulci e também Luiz Inácio Lula da Silva, na época presidente recém eleito, evento ocorrido no primeiro dia de maio de 2003. No arquivo de texto, recortamos a parte inicial do discurso e o apresentamos aqui, conforme o exemplo 58:

58	Inicialmente, eu quero cumprimentar nosso querido companheiro dom Jayme Chemello, Presidente da CNBB, dom Lourenço Balisseri, núncio apostólico, dom Marcelo Cavalheira, grande companheiro de Guarabira, dom Raymundo Damasceno, dom Gilberto Lopes, arcebispo de Campinas. Meus companheiros ministros que estão aqui, José Dirceu, Cristovam, Dulci, Gushiken, Graziano. Nosso querido companheiro senador Eduardo Suplicy, o deputado Luiz Eduardo Greenhalgn, o deputado Salvador, o prefeito	D#62
----	--	------

	de Indaiatuba, Reinaldo Nogueira, a nossa querida prefeita de Campinas, Isalene Tiene, Antonio Mentor, deputado estadual. Quero cumprimentar os cardeais que estão aqui. [...] Quero cumprimentar todos os bispos, dos funcionários aos cozinheiros, que fizeram uma comida maravilhosa. Quero cumprimentar os padres que estão aqui. E quero, ainda, cumprimentar, todos os funcionários da CNBB.	
--	--	--

Ao iniciar seu discurso, Lula cumprimenta e se refere a todos os presentes no evento, grupo misto de religiosos, políticos e funcionários da CNBB, e a alguns deles, como dom Jayme e a então Prefeita de Campinas, para quem o ex-presidente recorre ao adjetivo 'querida'. Outras evidências linguísticas dessa categoria é a presença do pronome pessoal **eu**, **nós** e **você/vocês**: o ex-presidente usa 147 vezes o pronome de primeira pessoa do singular e 77 vezes o pronome pessoal de terceira pessoa do singular e plural (*você/vocês*). Este último dividimos seu uso em dois grupos: aqueles direcionados ao público e os que expressam uma situação imaginária ou não ou uma pergunta retórica do autor, posicionando seu público como participante . Vejamos os exemplos.

59	Quero dizer algumas coisas a <b>vocês</b> , porque muitos aqui podem se conhecer de ouvir falar.	D#62
----	--	------

60	Mas só tivemos a primazia de <b>vocês</b> criarem as Comunidades de Base [...].	D#62
----	---	------

Nos exemplos 59 e 60, a referência do pronome da terceira pessoa do plural é direcionada ao público presente na Assembleia, como se estivesse diretamente falando com eles, mesmo que não haja tomada de turnos. Nos exemplos 85, 86 e 87, Lula não chama diretamente os participantes presentes no evento; ele os inclui, em seu discurso, para torná-los mais personalizados, no intuito de relativizar a ausência de tomada de turnos, diminuindo, assim, a distância social entre falante e ouvinte.

Já em relação ao pronome pessoal **nós**, que ocorre 101 vezes, seu uso pode ser dividido segundo a seguinte classificação de Fairclough (2006): **nós** inclusivo e

**nós** exclusivo. O critério categorizador para diferenciar cada tipo é quando o autor do texto considera ou não a participação do seu público, ao usar do pronome (FAIRCLOUGH, 2006). Lula recorreu 88 vezes à categoria exclusiva, neste caso, considerando ele e seus colegas de governo, e 13 vezes à inclusiva, considerando ou todos os participantes então presentes ou aqueles apenas invocados. Analisemos os exemplos:

61	Eu me lembro que, na última vez em que estive aqui, havia um debate interessante. <b>Nós</b> estávamos discutindo a consulta popular. E é importante dizer para vocês que, naquele dia, eu participei de uma Mesa em que a grande discussão era se <b>nós</b> deveríamos acreditar que, através do processo eleitoral, <b>nós</b> conseguiríamos chegar ao Governo rapidamente [...].	D#62
62	(89) Cristo multiplicou os pães e <b>nós</b> multiplicamos os seres humanos. Foi a junção mais perfeita que Deus permitiu nascer na organização política: era o que havia de melhor no movimento sindical, o que havia de melhor no movimento social e o que havia de melhor no trabalho de base que a Igreja fez neste país.	D#62

No exemplo 61, o uso do pronome **nós** é da categoria exclusiva, pois Lula recorre ao pronome **vocês** para delimitar ele e seu público, referindo-se somente a ele e seus colegas de sindicato, que outrora participaram de um debate em uma Assembleia da CNBB. Já no exemplo 62, recorre ao **nós** inclusivo: refere-se a ele e ao seu público, evidentemente quando menciona o movimento sindical, social e a Igreja. A análise das categorias mostra o grau de personalização do discurso de Lula, marcada pelas improvisações, uso corriqueiro de pronomes pessoais, tanto de primeira quanto de terceira pessoa.

Em relação ao marcador negativo, nódulo central de nossa pesquisa, Lula o utiliza, em seu discurso, 175 vezes, possuindo uma taxa de repetição de 1,81%, e sendo o item lexical mais utilizado tanto nos 107 textos que compõem o *corpus* quanto no discurso selecionado para análise.

## 5.2 Categorias do marcador “não”

Para a análise léxico-gramatical a que propomos, a partir desta seção (5.2 a 5.4.2), elaboramos um tutorial (Figura 13), no qual tentamos categorizar as ocorrências do marcador **não** no *corpus* de análise. Para tal, reunimos os trabalhos de Halliday e Matthiessen (2014), Tottie (1987) e Pagano (1994). As categorias de análise que elegemos são:

- a) categoria léxico-gramatical do marcador negativo **não**: se item continuativo ou se Adjunto modal;
- b) tipificação: se negação ou rejeição, para verificarmos se é o componente ideacional ou interpessoal que se sobrepõe no momento de produção textual;
- c) visibilidade: se explícita ou implícita, para verificarmos se o ex-Presidente usa tanto a versão positiva de suas proposições quanto ele as nega, anterior ou posteriormente à mesma;
- d) *locus* da negação: para localizarmos sobre qual outra parcela do discurso ocorre a incidência do marcador **não**:
  - a. se na oração projetante:
    - i. direta;
    - ii. transferida.
  - b. se na oração projetada:
    - i. proposicional;
    - ii. modal;
    - iii. gradual: categoria inserida por nós, tendo em vista ocorrências particulares no *corpus*.

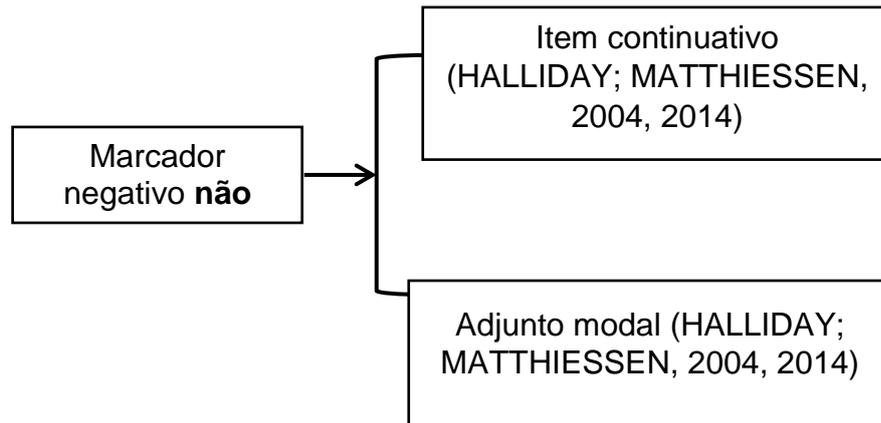


Figura 14 – Parte do diagrama central

Conforme a figura 13, a primeira categoria é o uso do marcador negativo **não** enquanto item continuativo ou Adjunto modal. Nesse sentido, nosso primeiro passo da análise léxico-gramatical consta nessa figura, que representa parte do diagrama central.

Das 175 ocorrências, Lula recorre ao marcador negativo **não** em sua função de continuativo **apenas uma vez** no discurso selecionado para a análise, conforme o exemplo 63:

63	Ninguém vai pegar no nosso pé: “Convidamos e não vieram”. <b>Não.</b> Convidou, estamos lá, para fazer o debate...	D#62
----	---	------

Nesse caso, a função semântica do **não**, que se encontra entre dois pontos e não possui *locus* de negação explícito, é a de sinalizar que um novo movimento da oração enquanto mensagem está começando. Poderíamos retirar o continuativo negativo, de função mais interpessoal ou oratória que ideacional, de modo que o significado de sua fala permaneceria o mesmo.

As 174 ocorrências de Adjunto modal que verificamos no *corpus* constituirão as próximas seções de análise, já que o único item continuativo encontrado não é o foco principal de análise.

### 5.3 Marcador "não": rejeição e negação

A segunda categoria analisada, nas ocorrências de negação, é sobre o componente experiencial e interpessoal do Adjunto modal **não**. Mesmo que as escolhas léxico-gramáticas de ambas, rejeição e negação, sejam pelo Adjunto modal **não**, o seu uso pode ser distinto, se ou o componente experiencial ou o interpessoal se sobressair. Encontramos um único caso de rejeição no *corpus* (exemplo 64).

64	De vez em quando, o verdadeiro amigo é aquele que faz uma crítica, é aquele que chama a atenção. Esse é, muitas vezes, mais amigo do que aquele que fica só “Ah, está maravilhoso. É bonito. Está extraordinário”. Então, eu <b>não</b> quero isso.	D#62
----	---	------

Nesse trecho do discurso de Lula, ele rejeita a ideia de que um amigo é apenas aquele que o elogia, preza constantemente. Consideramos como negação, porque o componente interpessoal se sobressai ao experiencial. Tottie (1987) considera o uso do **não** enquanto rejeição quando há a presença de volição por parte daquele que nega. Logo, a volição, na fala de Lula, é representada pela escolha do processo mental desiderativo **quero** e pela escolha do Fenômeno **isso**. Nesse exemplo, o ex-Presidente rejeita a ideia do aparente “mais amigo”. Mesmo sendo uma fala corrida de Lula, o caráter interacional parece se sobressair.

As outras 173 ocorrências, de acordo com Tottie (1987) e Pagano (1994), são negações, pois é o componente ideacional que se sobressai quando ele escolhe negar suas proposições. Contudo, a análise da proeminência de um componente para o outro não é excludente, apenas nos mostra que rejeições são utilizadas em contextos de situações onde o caráter interacional é preponderante. Ao analisarmos as 173 ocorrências, consideramos que ambos os componentes funcionam concomitantemente.

A razão pela qual a maioria do uso do **não** são negações resulta do contexto de situação no qual o discurso fora proferido. Na ocasião da Assembleia da CNBB, Lula foi convidado para discursar na abertura, isto é, foi um evento unidirecional<sup>7</sup>, em

<sup>7</sup> Por unidirecional entendemos o evento comunicativo em que apenas uma pessoa tem a posse do discurso, o que não significa que a fala seja monoglóssica, conforme comprovamos no decorrer deste trabalho.

que não houve tomadas de turnos ou tempo para perguntas, ou seja, o discurso foi proferido sem interrupções durante a abertura do evento. Possíveis respostas e/ou revides só poderiam acontecer após a fala do então Presidente, como requer o gênero e o protocolo dessas situações.

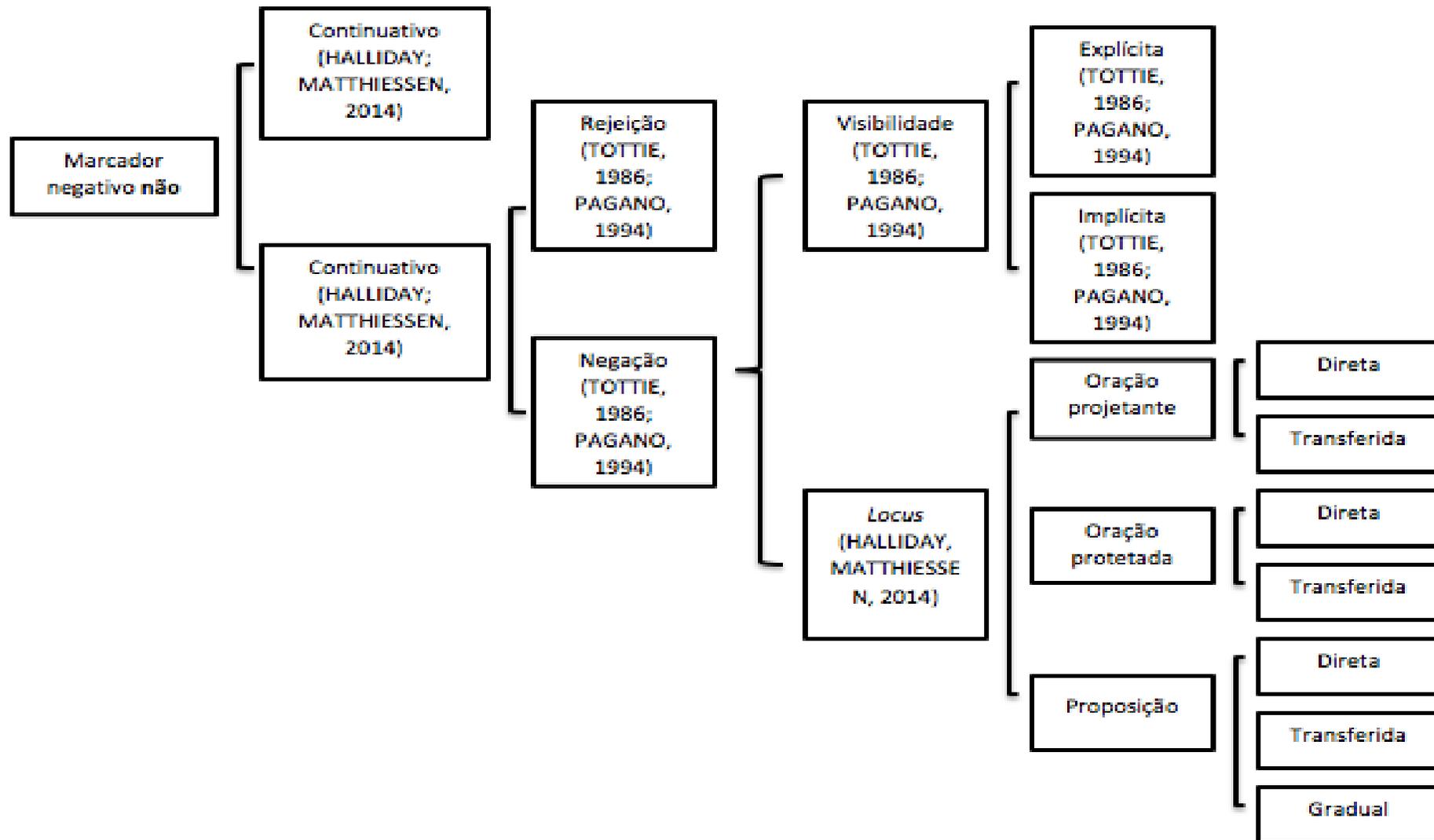


Figura 15 – Diagrama do marcador negativo **não**

#### 5.4 Marcador "não" e visibilidade

Esta categoria diz respeito à natureza da visibilidade da negação: implícita ou explícita (TOTTIE, 1987; PAGANO, 1994), o que consta em nosso tutorial (Figura 15).

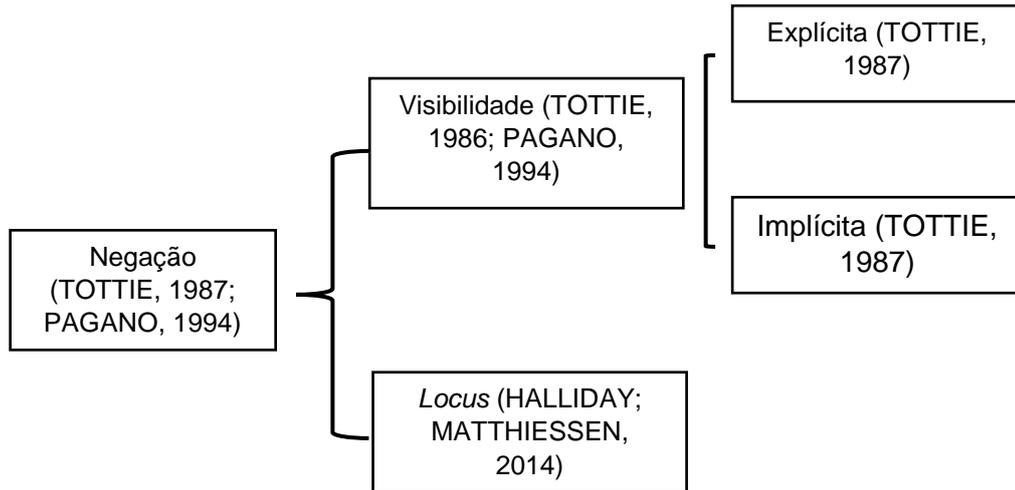


Figura 16 – Visibilidade da negação.

Denominamos a categoria de visibilidade da negação porque o que a diferencia é se o locutor recorreu somente à proposição negativa ou se também à versão não marcada negativamente e sua contraparte negativa.

No *corpus*, Lula apenas explicita suas proposições em apenas 5 casos, conforme os exemplos abaixo.

65	Em economia, a gente, muitas vezes, faz e não fala, porque, se falar, <b>não</b> faz.	D#62
66	[...] a gente <b>não</b> pode arrumar muito inimigo ao mesmo tempo. Quando arruma um, você ganha outro amigo. Você tem que ter sempre um contraponto para não tomar bordoadas de todo mundo.	D#62
67	As pessoas podem gostar ou <b>não</b> do PT [...].	D#62

68	[...] nós vamos ter que provar se temos ou <b>não</b> capacidade de construir um milhão de cisternas.	D#62
----	---	------

Nos exemplos supracitados, há o contraponto, respectivamente de fazer *versus* não fazer, arrumar um inimigo *versus* não arrumar um inimigo, gostar do PT *versus* não gostar do PT.

Na próxima seção, aplicamos o conceito de *locus* de negação de Halliday e Matthiessen (2004, 2014) nas negações encontradas no discurso de Lula.

### 5.5 Marcador "não" e *locus* de negação

As próximas categorias de análise partem do princípio de *locus* de negação, de acordo com Halliday e Matthiessen (2004, 2014), ambiente linguístico no qual a negação incide, conforme a figura 16. As próximas categorias de análise partem do princípio de *locus* de negação, de acordo com Halliday e Matthiessen (2014), ambiente linguístico na qual a negação incide. Os critérios de análise que suportam essa categorização são: (i) o ambiente de incidência da negação, ou seja, se o *locus* da negação recai sobre um participante ou sobre uma oração inteira (HALLIDAY E MATHIESEN, 2014); ii) o processo escolhido, se capaz de projetar ou não uma oração (HALLIDAY; MATTHIESEN: 2014); iii) presença ou não do Adjunto modal acompanhado de marcador(es) do subsistema de gradação. Nossas análises identificaram três locais discursivos onde a negação ocorre no corpus selecionado: na oração projetante, na oração projetada e na proposição propriamente dita. Em cada um desses espaços, identificamos categorias de negação, o que demonstra a Figura 16.

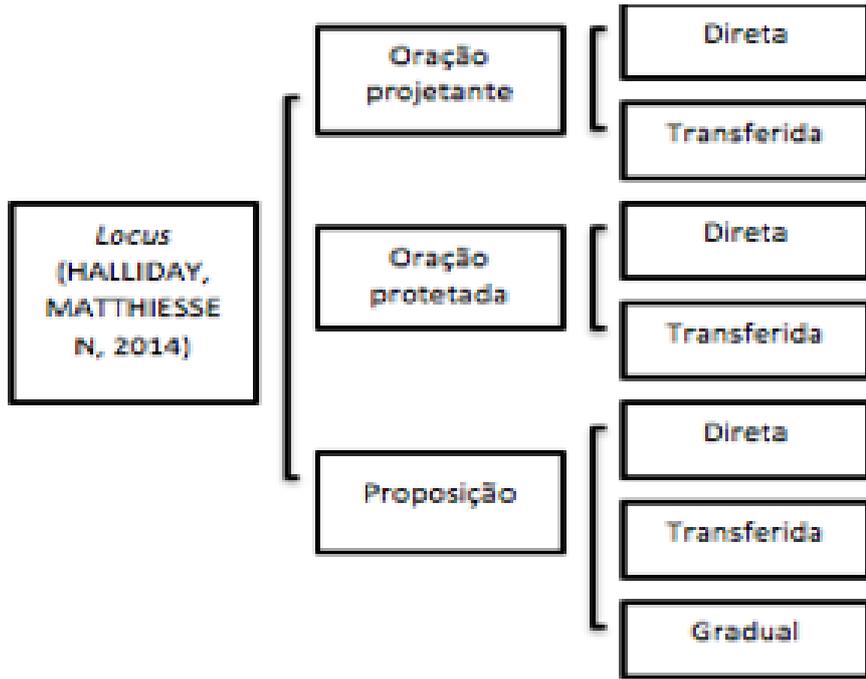


Figura 17 – Locus de negação

Quando o *locus* de negação é a **oração projetante**, Lula ou recorre à negação direta/proposicional ou à transferida/modal. Quando o *locus* de negação é a **oração projetada**, Lula recorre ou à direta/proposicional ou à transferida/modal. Já quando a negação ocorre em orações que não apresentam projeção, as que denominamos proposicionais, encontramos três possibilidades de ocorrência do marcador negativo “não”: direta, transferida e gradual.

Na próxima seção, apresentamos os casos em que a negação incide apenas na oração projetante e não na projetada.

5.5.1 Na oração projetante

A escolha pela negação ocorre quando Lula usa a negação em uma oração que apresente processo mental ou verbal, seguida da oração projetada. Nesses casos, o que é negado é o próprio ato de dizer ou de pensar e, não, aquilo que é dito ou pensado.

69	[Eu <b>não quero</b> que a CNBB seja uma correia de transmissão do meu governo, como <b>não quero</b> que meu governo seja uma correia de transmissão da CNBB.	D#62
----	--	------

Considerando o exemplo (69), o processo mental desiderativo “querer”, acompanhado do marcador negativo “não”, tendo em vista seu conteúdo dialógico, acaba por apresentar um desejo positivo do Presidente, aquele de que Lula deseja perfeita integração entre governo e CNBB.

O exemplo (69) constitui uma negação direta, uma vez que a negação não se faz acompanhar de verbos modais. Diferentemente de (69), o exemplo (70) constitui um tipo de negação transferida, já que o marcador negativo “não” incide diretamente sobre o modal “poder”.

70	Nós, também, <b>não</b> podemos ficar só pedindo para a sociedade ajudar sem que o Governo faça a sua parte.	D#17
----	--	------

No caso de (70), o processo “ficar” não é atingido diretamente pela negação. Na verdade, o que é negada é a possibilidade de ficar pedindo ajuda para a sociedade.

### 5.5.2 Na oração projetada

Um outro espaço discursivo em que o marcador de negação ocorre é a oração projetada. Nesses casos, também encontramos a negação direta e a transferida, tal quais nas orações projetantes. A diferença, neste caso, é o deslocamento para o segundo nível de representação da fala ou do pensamento de outrem. Os exemplos a seguir ilustram nossos achados.

71	[Eu ainda dizia, por ignorância, que não gostava de política e <b>não gostava</b> de quem gostava de política.	D#62
----	--	------

72	Eu sempre disse que <b>não</b> há nada mais digno para um homem e para uma mulher do que levantar de manhã, trabalhar e, no final do mês ou no final da colheita.	D#17
----	---	------

73	Quando eu falei, aqui, no começo, que <b>não acredito</b> que todo mundo seja mau ou que todo mundo seja 100% bom [...]	D#62
----	---	------

74	Acho que isso <b>não</b> contribui com as reformas estruturais que o Brasil precisa ter para que as pessoas possam viver condignamente, às custas do seu trabalho.	D#17
----	--	------

Em 71, 72, 73 e 74, o *locus* de negação é a oração projetada, aquela que completa o sentido dos processos verbais “dizer” (71 e 72) e “falar” (73) e do processo mental “achar” (74). Nesses casos, o componente ideacional se sobressai, já que a negativa encontra-se nas orações projetadas (não gostar, não haver, não acreditar, não contribuir). Constituem, então, negativas diretas.

Diferentemente, em 75 e 76, o *locus* de negação, embora recaia na oração projetada, evidencia o conteúdo interpessoal, uma vez que nega o modal e não, o ideacional.

75	[...] e porque a sociedade entende que <b>não</b> pode mais haver divisão de espécie alguma, tratamento diferenciado por conta de gênero neste país.	D#36
----	--	------

76	Vou lhes confessar: <b>não</b> sei se do São Francisco ou de outro rio, mas vai haver a transposição das águas para o semi-árido nordestino.	D#103
----	--	-------

Uma vez que, em (75) e (76), o interpessoal se sobressai no *locus* de negação, temos negações transferidas, onde o elemento mais afetado é o Adjunto modal na oração projetada, o que resulta em uma distância linguística e social criada por Lula em relação à proposição.

### 5.5.3 Na proposição

O *locus* de negação pode se localizar em proposições em que não ocorre o fenômeno da projeção. Nesses casos, a negação pode se referir a um participante ou a um processo; logo, as negações se encaixam na categoria de **proposicionais predicativas**. Em nível experiencial, o interlocutor representa

léxico-gramaticalmente o rompimento da representação semântica de sua experiência através do Adjunto modal negativo que separa o(s) participante(s).

Nas negações proposicionais presentes no *corpus*, identificamos três subcategorias: direta, transferida e gradual. Assim como nas orações com projeção, observamos a presença da negação direta e da transferida, conforme comprovam os exemplos (77) e (78), respectivamente.

77	O Graziano, que é economista. O José Dirceu, <b>não</b> . Ele é advogado.	D#62
----	---	------

78	Portanto, os fundos de pensão <b>não</b> podem investir para perder.	D#94
----	--	------

A seguir, apresentamos outros exemplos de negação proposicional.

79	E nós vamos mudar, porque senão nós <b>não mudamos</b> o modelo econômico.	D#62
----	--	------

80	E mesmo assim, eu <b>não perdi</b> meu otimismo	D#62
----	---	------

81	Uma ponte que vai custar apenas 4 milhões de reais, uma ponta de 150 metros, mas sem a qual <b>não há</b> integração.	D#62
----	---	------

No exemplo 79, o processo *mudar* é de natureza material e os participantes escolhidos são **nós** (Ator) e o **modelo econômico** (Meta). No estrato da semântica, há um rompimento na construção da experiência: Ator e Meta não conseguem trazer a mudança no fluxo de eventos da realidade; são desvinculados pela negação de natureza material.

O mesmo ocorre em (80), quando o processo é mental quando se nega a existência entre da dispêndio de energia no fluxo de eventos no nosso mundo interior, intermediado entre Experienciador (**eu**) e Fenômeno (**otimismo**). Em (81), na qual a representação da experiência entre o Dizente **a gente** e sua Verbiagem inferida **sobre economia** são quebrados, nega-se que houve a realização da fala.

Já em (81), o processo que é negado é o de natureza existencial; neste, Lula considera falsa a proposição da existência do participante Existente, **integração**.

Vale ressaltar novamente que trouxemos a metafunção experiencial para a análise da negação porque tal formato de análise consegue responder quais tipos de construção e organização das experiências Lula decide negar, no nível do conteúdo de seu discurso. De 173 ocorrências negativas em um discurso (o 62º na listagem do *corpus*), o ex-presidente recorre à categoria de negação proposicional predicativa 144 vezes: 47 negações materiais, 44 negações mentais, 39 negações relacionais, 10 negações existenciais e 5 negações verbais.

Em relação à categoria de negação modal, sabemos que o uso repercute semanticamente de forma distinta daquelas categorias mencionadas. Nos exemplos até agora apresentados, a escolha de Lula era negar o conteúdo experiencial (negação proposicional) ou orações projetantes e projetadas (negação pelos processos mentais e verbais). Nos casos que são descritos e exemplificados abaixo, Lula escolhe incidir a negação diretamente em um elemento modal em uma proposição, isto é, o *locus* de negação é o *continuum* entre a polaridade positiva e negativa. São 15 o número de ocorrências de negações modais, ou seja, transferidas.

82	<b>Não</b> posso ter prometido uma coisa durante três eleições e, agora que ganhei, como diria o Magri, “desprometer”.	D#62
83	E serei eu – prestem atenção ao que eu estou dizendo, e eu <b>não posso mentir</b> na frente de tantos bispos e cardeais aqui.	D#62
84	[...] eu <b>não posso dar</b> um passo e voltar atrás [...]	D#62
85	As pessoas <b>podem gostar ou não</b> do PT, mas não tem similar na história política do nosso país [...]	D#62

A escolha pelo operador modal já é a incerteza que o interlocutor tem diante da sua proposição ou proposta. Quando o Adjunto modal negativo **não** é posto léxico-gramaticalmente, o que está sendo negado é a incerteza no que diz respeito à

posição modal e interpessoal do interlocutor, no caso, o ex-presidente Lula. Das 15 ocorrências, o *locus* de negação só incide no modal e o processo que o acompanha 13 vezes. Destas, podemos dividi-las em dois grandes grupos de acordo com o esquema de modalidade hallidayana: Modalização para quando a função de fala é troca de informações, e modulação, ocorrendo quando existe a troca de bens e serviços.

Os usos de modalização negativa contam apenas com 3 recorrências:

86	<b>Não posso ter prometido</b> uma coisa durante três eleições e, agora que ganhei, como diria o Magri, “desprometer”	D#62
87	E eu sempre disse que a minha história é a história do PT, embora alguém <b>possa não gostar</b> ou não querer, mas foi exatamente isso, tem muito a ver com a Igreja.	D#62
88	As pessoas <b>podem gostar ou não do PT</b> , mas não tem similar na história política do nosso país	D#62

As modalizações acima são da ordem da probabilidade e somente a primeira tem valor baixo, marcada pelo tempo verbal passado. Lula, ao recorrer ao Adjunto modal negativo juntamente a um operador modal, parece amenizar o teor de suas proposições no evento da Assembleia da CNBB, podem parecer polêmicas para com o seu público. As proposições, respectivamente, **não prometi [isso]**, **não gostar [da história do PT com a Igreja]** e **não gostar [do PT]** são modalizadas por modais de probabilidade, pois a proposição negativa, com seu caráter de contração dialógica e função interpessoal de invalidar outras proposições as quais o interlocutor presume que seu público desconheça ou mal entenda, para que haja alinhamento com o leitor putativo através de assunto mais sérios ou que possam causar desalinhamento.

Esse processo de amenizar a seriedade ou o teor polêmico da proposição é similar quando Lula recorre a modulações negativas. A essa categoria, ele recorre 10 vezes. Vejamos alguns exemplos:

89	Eu <b>não posso mentir</b> na frente de tantos bispos e cardeais aqui.	D#62
----	--	------

90	Eu <b>não podia</b> , em cada lugar que chegasse, <b>ficar fazendo</b> uma promessa.	D#62
----	--	------

91	Eu <b>não posso</b> errar.	D#62
----	----------------------------	------

Nesses exemplos, Lula nega modulações de natureza da obrigação, sendo apenas o exemplo (90) com valor baixo, demarcado pelo tempo do modal. O sentido que emana das escolhas pelo eixo da modulação/obrigação é o da permissão. O ex-presidente recorre ao **não** com o objetivo de se comprometer, afirmando que não tem permissão de mentir, ficar fazendo promessas, ficar fazendo política do mesmo jeito, frustrar e deixar de fazer algo com muito mais competência. A função de fala da troca de bens e serviços é assegurada pelo sentido da não permissão, investindo interpessoalmente nos laços de solidariedade para o leitor putativo, isto é, Lula tenta se alinhar com seu público comprometendo-se no que diz respeito a sua própria privação de certas privilégios.

Aqui, a incidência da negação é tanto no elemento modal e no processo mental quanto à oração projetada. Conforme já discutimos neste capítulo, Lula, quando estende o *locus* de negação para orações projetadas, distancia-se socialmente da proposição em jogo. Nesses dois casos, ele recorre a modulação de obrigatoriedade juntamente com o adjunto modal negativo. Em ambos os exemplos, novamente, o sentido da permissão negada emana do eixo modal da obrigação, construindo o comprometimento através da privação. Porém, os valores são diferentes.

A última categoria que percebemos dentro do discurso do ex-presidente Lula é a negação gradual, categoria essa criada por nós. Nesse caso, o Adjunto modal negativo vem acompanhado de um adjunto adverbial do sistema de gradação, segundo o Sistema de Avaliatividade, de Martin e White (2005). Distingue-se das outras negações pois seu uso não denota a negação completa de uma proposição. Vejamos os exemplos abaixo, que totalizando 6 ocorrências no discurso em análise

92	[...] nós temos que ter consciência de que o Brasil <b>não elegeu apenas</b> um presidente da República. Nós temos que ter a noção de que alguma coisa diferente aconteceu neste país e temos que meditar sobre isso.	D#62
93	Este é um trabalho imenso, e <b>não apenas</b> uma questão de dinheiro. É mais uma questão de organização [...]	D#62
94	E vamos fazer sabendo que o que está em <b>jogo não é apenas</b> a economia do Brasil, é a nossa história.	D#62
95	Se pegarem a revista “Isto É”, de 1978, há uma matéria ali sobre uma divergência minha com o padre Adelino e, depois, <b>nós não só</b> ficamos grandes amigos, como a Igreja passou a ser palco de todas as nossas lutas [...]	D#62

Nas negações acima, Lula recorre aos adjuntos **só** e **apenas** do subsistema de foco, e ao polarizar negativamente a proposição, colocando o **não** ao lado ou próximo a estes adjuntos, ele põe em dúvida a completude verossímil da proposição, isto é, ela é somente verdadeira se acompanhada por outra proposição que completa a veracidade da precedente, condicionando-as a um caráter de dependência quanto à verdade que expressa: uma só é verdadeira se acompanhada da outra.

A categoria semântica que surge nas escolhas léxico-gramaticais de Lula, quando ele recorre ao **não só** e **não apenas** é o de atenuar, isto é, segundo Vian Jr (2009), servem para atenuar gradualmente uma categoria semântica que experiencialmente são não escaláveis. Analisemos o exemplo 96. A primeira proposição, o fato de o Brasil eleger um presidente, é amenizada em termos de seu foco verossímil ou precisão em relação à verdade que tenta expressar. Logo, como denota o sentido de **não apenas elegeu**, outra proposição é necessária para dar base a sua existência, e Lula apresenta uma segunda proposição, o fato de que através da sua vitória nas eleições para presidente, alguma outra coisa aconteceu. O mesmo ocorre no exemplo 93, Lula ameniza a precisão semântica da condição de

verdade da proposição **o trabalho [...] é uma questão de dinheiro** pois recorre ao **não apenas**. Lula afirma que este tal trabalho é uma questão de dinheiro, porém, só será dada a condição de proposição que expressa a verdade se o leitor, também, aceitar a proposição de que o trabalho é uma questão de dinheiro e também uma questão mais de organização.

A questão de alinhamento com o leitor putativo é interessante nesses casos, pois Lula se evidencia muito mais enquanto aquele que deseja corrigir as pressuposições dos seus leitores putativos ou aquele que presume que as expectativas de seu público estejam equivocadas no que diz respeito as proposições que ele recorre ao discursas.

Apresentamos a seguir um resumitivo e numérico (Quadro 5) que apresenta as ocorrências do marcador negativo **não**, de acordo com as categorias que propusemos nessa análise.

Continuativo	1
Rejeição	1
Negação (na proposição)	144
Negação (projetante)	8
Modal (na proposição)	12
Modal (projetante)	3
Gradual	6

Quadro 5 – Relação quantitativa de cada tipo de marcador negativo **não**.

Neste capítulo, tentamos categorizar o uso das negações do ex-presidente Lula, especialmente no discurso que ele proferiu no dia 5 de maio de 2003, no evento da Assembleia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. No próximo capítulo, sugerimos algumas hipóteses sobre por que Lula recorre a tantas negações e que tipo de persona textual é construída a através das escolhas léxico-gramaticais, marcadas pela polaridade negativa, no que diz respeito à sua posição interpessoal.

## 5.6 Marcador "não" e *ethos/persona* textual

Conforme já mencionado na fundamentação teórica deste trabalho, tanto Martin e White (2005) quanto Halliday e Matthiessen (2014) posicionam a polaridade negativa, representada especialmente pelo marcador negativo **não**, dentro da metafunção interpessoal, tendo em vista o caráter modal da negação, capaz de avaliar a proposição negativada. Entretanto, em nossa análise, foi preciso empregar também a metafunção experiencial e sua instanciação, para analisar as 175 ocorrências da negação em nosso *corpus*, uma vez que pretendíamos categorizar léxico-gramatical e semanticamente as ocorrências do marcador **não**. Halliday e Matthiessen (2004, 2014) afirmam que a metafunção experiencial é responsável pela representação das experiências humanas através da configuração de seis tipos diferentes de processos. Logo, a depender das escolhas léxico-gramaticais de Lula, no nível da transitividade, o uso da negação estabelece, no estrato da semântica, o vínculo entre participante(s), isto é, há uma ruptura na representação da experiência e na gramática de cada configuração, de acordo com o processo escolhido.

Da relação entre a metafunção experiencial e interpessoal, embasados pelas categorias de análise de Halliday e Matthiessen (2014), propusemos cinco tipos de negação dentro do discurso de Lula: quando o *locus* de negação recai sobre a oração projetante (negações diretas/proposicionais ou transferidas/modais) e quando a negação recai sobre apenas a proposição (proposicionais, modais e graduais).

Quanto às negações proposicionais, Lula recorre a elas 144 vezes, sendo 46 negações materiais, 44 mentais, 39 relacionais, 10 existenciais e 5 verbais. Nesse caso, o *locus*/escopo de negação é um processo, e o vínculo experiencial entre participante e processo é quebrado, ou melhor, a linguagem oferece recursos aos seus usuários para representar uma ruptura na representação de um evento que nunca existiu, não existe e nunca existirá.

Porém, perguntamo-nos: se um fenômeno da realidade nunca existiu, como a metafunção experiencial é capaz de instanciá-lo através do sistema de transitividade? O que realmente ocorre é que a negação é regida por dois princípios, de acordo com Martin e White (2005): dialogismo e avaliatividade. Os autores posicionam a negação, parte do campo semântico do subsistema de refutação. Por exemplo, quando Lula diz:

96	Eu era avesso à política, <b>não</b> gostava de política, como, quem sabe, muitos padres, muitos bispos falam que <b>não</b> gostam de política.	D#62
----	--	------

O caráter dialógico das duas negações desse exemplo se encontra, tanto no estrato da semântica quanto no contexto de situação e cultura, porém, sendo de caráter implícito, não se encontra no estrato da léxico-gramática, pois no discurso, Lula não recorre as suas versões positivas. No estrato da semântica, a proposição negativa está em constante diálogo com a proposição positiva, nesses dois casos, que **Lula gostava de política** e que **muitos padres e bispos falam que gostam de política**. A negação só ganha sentido se ambos interlocutores tiverem em mente a proposição positiva.

Quando pensamos no estrato do contexto de situação, o dialogismo se encontra na relação entre participantes, no caso do discurso, entre Lula e seu público. A pressuposição em jogo é de que Lula, presidente recém eleito no momento em que enunciou a primeira negação, sempre teve interesse pela ação política, para que um dia pudesse se tornar presidente. A função dessa negação é avaliar a pressuposição do seu público, que, de acordo com Lula, pode estar equivocada, pois eles poderiam pensar que Lula sempre teve gosto pela política.

Martin e White (2005) afirmam que a relação entre locutor e leitor putativo, no momento em que o primeiro recorre ao campo semântico da negação, é a de corrigir equivocadas informações, as quais o locutor presume que seu público tenha. Lula, neste caso da negação, desconstrói as pressuposições que julga que seu público possa ter sobre ele e constrói-se novamente, no intuito de persuadir seu público, conforme consultado por Pinto (2006). Em relação ao leitor putativo, Lula o constrói como um público que desconhece sobre a sua verdadeira história, a quem faltam informações para um julgamento mais adequado.

Ao mesmo tempo em que a negação é dialógica, ela é também um elemento com potencial avaliativo. Halliday e Matthiessen (2014) consideram o **não** como expressão léxico-gramatical, na forma de Adjunto modal, como um dos extremos do Sistema de Polaridade, no *continuum* entre **sim** e **não**. Contudo, como os autores mencionam, este sistema, em especial, o Adjunto modal **não** está mais perto do polo

da Gramática do que do Léxico, isto é, a Polaridade é um dos sistemas mais gramaticalizados, conforme a Figura 17.

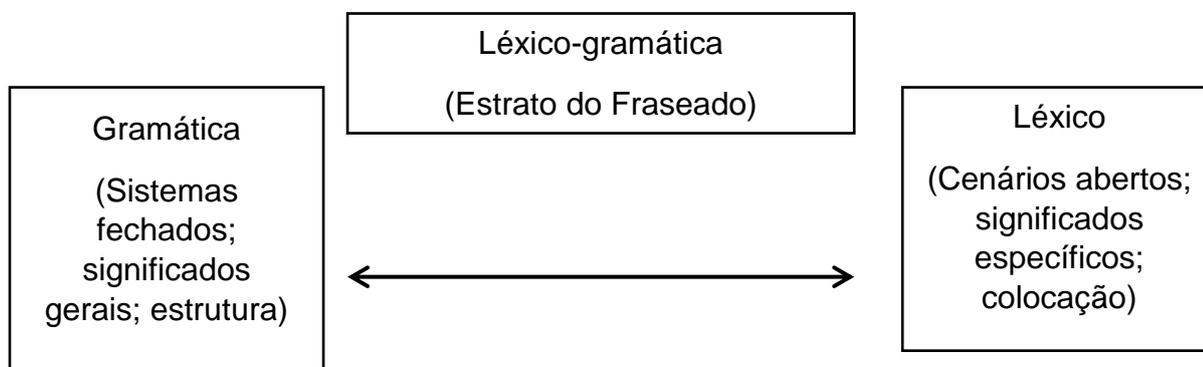


Figura 18 – A Linha da léxico-gramática.

Fonte: traduzida de Halliday e Matthiessen (2014, p. 64)

Seguindo os esquemas de exemplos de Halliday e Matthiessen (2014), se pusérmos a proposição **eu não gostava de política** na linha da léxico-gramática, Lula poderia ter dito: **eu não gostava de política, eu mais ou menos gosto de política e eu desgosto de política**. A sua escolha, porém, demonstra que ele optou pelo polo da gramática e, ao mesmo tempo, avaliou-o em relação a sua condição de proposição verdadeira, isto é, ele avaliou um pensamento pressuposto o qual ele supôs que seu público tinha, colocando em jogo a veracidade de que ele gostava de política, quando fora convidado pelo seu irmão para se juntar ao sindicato.

O uso funcional da negação, na oração projetante, também segue os princípios do dialogismo e da avaliatividade, porém, difere na construção da *persona* textual e na força de compromisso de Lula. Neste caso, o *locus* de negação é uma oração e não apenas participantes. A negação é deslocada para uma oração projetante, deixando a proposição intacta. Vejamos alguns exemplos:

100	[...] que é o desenvolvimento regional, quem o qual <b>não</b> acredito que haja planos que possam fazer um país da dimensão do Brasil dar certo.	D#62
-----	---	------

101	Será que <b>não</b> é possível o Brasil inteiro construir um milhão de cisternas?	D#62
-----	---	------

102	[...] <b>não</b> acredito que todo mundo seja mau ou que todo mundo seja 100% bom [...].	D#62
-----	--	------

Nos exemplos, Lula poderia ter escolhido colocar o marcador negativo **não** dentro das proposições das orações projetadas. Porém, não o faz, pois parece estar em dúvida sobre a veracidade das proposições, isto é, há um distanciamento social entre Lula e sua proposição, porque ele não tem certeza de sua veracidade. A força de comprometimento é enfraquecida pelo deslocamento da negação para a oração projetante.

Quando há um operador modal, nos arredores do processo, juntamente com o marcador negativo, ocorre a negação modal, conforme Halliday e Matthiessen (2014). Lula recorre a esta categoria 15 vezes, separada pelo *locus* de negação: negação transferida/modal foi recorrida 13 vezes, na oração projetante 2 vezes. Dessas, foram 12 modulações e 3 modalizações.

Ao analisarmos as ocorrências dessa categoria, perguntamo-nos: a modalidade já é a escolha entre o *continuum* e os polos do sistema de polaridade, **sim** e **não**? Porém, Lula escolhe negar os verbos modais. Segundo Kress e Hodge (1979), o uso da negação já é uma operação modal, logo, nos casos em que Lula recorre a ela, há um duplo processo de Modalidade. Na maioria das situações, suas escolhas modais são de ordem da modulação, no sentido de permissão, isto é, o sentido que emana de suas escolhas é o de que ele próprio se priva em suas orações modais negativas. Tendo esse sentido e para não se comprometer totalmente em suas privações, Lula escolhe duas operações modais. Ele se posiciona como alguém que dá ordens a si mesmo e, ao mesmo tempo, promete ao seu público, por exemplo, que não vai errar, não frustrará seus planos, não mentirá, não ficará fazendo promessas. Compromete-se pela modulação negativa, porém, a força de seu comprometimento é enfraquecida, levemente, pela dupla operação modal de suas escolhas. Já nas modalizações, Lula recorre à negação e à própria Modalidade, para amenizar o teor polêmico de suas proposições, engajando-se de forma que haja brechas de compromisso, caso a proposição apresentada não se realize no futuro.

Desse modo, a *persona* textual que ele constrói é a de que seu público tem participação em sua ação política: através de privações e amenizações de

proposições, ele se posiciona como alguém que se autocobra, que será o próprio crítico de suas promessas, marcadas pelo uso da primeira pessoa em suas modulações e modalizações. Há apenas um caso no qual ele considera seu público, porém, de forma indireta. Quando menciona sua disponibilidade, recorre à modalidade negativa e diz que não se pode pensar que ele estará disponível para discutir toda hora, mas que se põe à disposição quando puder.

Já na negação gradual, Lula recorre ao marcador negativo **não** juntamente com um Adjunto do campo semântica da atenuação, do subsistema de Foco, da Gradação. Esse tipo de negação não é completa, pois, como mencionado na análise, é necessário outra proposição para que a negatizada se torne positiva e verdadeira, ao julgamento de Lula. Novamente, a *persona* textual que Lula constrói, nesse tipo de negação, é de alguém que tem a necessidade de seu público, pela transformação da proposição negativa para a versão positiva, através da dependência de outra proposição, sempre apresentada por Lula logo após.

Tendo em vista as funções do marcador **não**, no discurso selecionado para análise, qual o significado de Lula enquanto *persona* textual, leitor putativo e laços de solidariedade, e por quê ele recorre a tantas negações? Nosso estudo é embasado na contração dialógica, fenômeno do subsistema de engajamento, de Martin e White (2005), responsável por fechar, estreitar o espaço dialógico com seu público, e na função pragmática da negação de Pagano (1994).

Nossa hipótese é de que Lula recorre a essa quantidade significativa de negações, tanto nos 107 discursos coletados, num total de 3098 **nãos**, quanto no discurso analisado, com 175 **nãos**, pois o governo anterior ao seu, o do psdebista Fernando Henrique Cardoso, durou 8 anos, e Lula, apresentando-se como petistas, sindicalista e a primeira pessoa a assumir a Presidência do Brasil que não possui terceiro grau completo, ao contrário de seu predecessor, era o novo presidente. Lula, por meio de uma *persona* textual negativa, sente a necessidade de desconstruir o velho modo de exercer o Poder Executivo e construir um novo. Conforme Pinto (2006), o discurso político é frágil, efêmero e opera através da persuasão, do convencimento: ele desconstrói outro discurso político para, depois, se construir. O ex-presidente apresenta-se como aquele que deve corrigir/desconstruir, através da negação, velhas ideias, tanto sobre a sua história quanto a velhos modos de exercício de poder, e construí-las novamente, através de promessas, que também são marcadas pela negação, conforme analisamos a negação modal.

No discurso em análise, os participantes são Lula, enquanto Presidente recém eleito, e os integrantes da Assembleia do Conselho Nacional de Bispos do Brasil. Recorrendo a fatos de sua história, promessas de governo, relatórios sobre a situação econômica do Brasil, a história da Igreja Católica com a do Partido dos Trabalhadores, Lula mantém seus laços de solidariedade através da negação e do fenômeno de contração dialógica. Dois momentos marcam esse movimento retórico: Lula ao entrelaçar a história do Partido dos Trabalhadores e a da Igreja Católica (exemplo 103) e ao se comparar, através da negação, com outros bispos e padres (exemplo 104).

103	E eu sempre disse que a minha história é a história do PT, embora alguém possa <b>não</b> gostar ou <b>não</b> querer, mas foi exatamente isso, tem muito a ver com a Igreja. Mesmo que vocês <b>não</b> queiram, jamais escaparão de ter a vinculação da história do PT muito ligada à Igreja e, sobretudo, à Igreja Católica.	D#62
-----	---	------

104	Eu era avesso à política, <b>não</b> gostava de política, como quem sabe, muitos padres, muitos bispos falam que <b>não</b> gostam de política.	D#62
-----	---	------

Claramente, Lula tenta restringir o espaço dialógico, porém, ao mesmo tempo, invoca os religiosos presentes. Não somente invoca aqueles ligados à Igreja, como, também, todos aqueles presentes no momento do assembleia da CNBB. As evidências linguísticas são o alto grau de personalização de seu discurso, marcado pela grande quantidade de pronomes pessoais do caso reto, como **eu**, **vocês** e **nós**, uso de expressões coloquiais e a maneira que se refere aos participantes. Outra característica da *persona* textual de Lula é a grande quantidade de declarações: ele não solicita ou questiona, apenas declara e oferece seus serviços aos integrantes da CNBB. As suas modulações ocorrem no formato de proposições e são direcionadas a si mesmo e não como ordens para outrem.

Desse modo, a conclusão que chegamos é de que a *persona* textual se engaja em proposições negativas para desconstruir discursos políticos anteriores ao seu e, assim, construir o seu próprio. Ela também se apresenta quase como um ser não político, similar ao seu público que também tem oportunidades de ação política

dentro de seu Governo. A *persona* textual, ao mesmo tempo em que fecha o espaço dialógico, invoca os participantes para que eles se sintam menos excluídos em decisões do Poder Executivo. Porém, é também cuidadosa com a força de engajamento para com proposições cujo teor polêmico pode causar desalinhamento com seu público. Lula também, através da *persona* textual, apresenta-se como um autocrítico que não se permitiu realizar ações que frustrassem seu público.

Condizente como a apresentação de sua *persona* textual, o leitor putativo é construído como um público que está acostumado com ações políticas de governos anteriores e desconhece novas maneiras de execução do poder; da mesma forma, desconhece problemas que o Brasil enfrenta, marcado pela negação proposicional. Por Lula recorrer, na maioria das vezes, a negações implícitas, ele representa linguisticamente a ruptura na construção de experiências que, talvez, seu público desconheça, técnica que, segundo Kress e Hodge (1979), por meio da operação modal negativa pelo marcador negativo **não**, pode criar realidades hipotéticas, escondidas na versão positiva das negações. Ao mesmo tempo em que constrói seu público, enquanto desconhecedor, Lula o dignifica e o invoca para participar de seu novo modo de governar o Brasil.

Quando nos referimos à tríade aristotélica dos modos de persuasão, *ethos*, *pathos* e *logos*, a *persona* textual se encaixa no conceito de *ethos* como produto de enunciação no momento em que Lula profere seu discurso: um ser quase não político, inclusivo, inquisidor, conhecedor dos problemas do Brasil, invocador, participativo e corretor de velhas ideias sobre como se governa um país. O modo de persuasão, *pathos*, ligado à emoção, efetiva-se em momentos nos quais o locutor toca a sensibilidade de seu público, através de processo de alinhamento. Esta categoria se encaixa na criação de laços de solidariedade, a qual Lula constrói com a parcela de seu público que é religiosa, entrelaçando sua própria história, a do Partido dos Trabalhadores e a da Igreja Católica. Um exemplo de solidariedade presumida ocorre quando Lula convida diretamente os participantes da CNBB, especialmente os religiosos, para debater sobre política, na parte final de seu discurso. O uso da negação se encaixa no conceito de *logos*, responsável pelo uso de fatos e figuras que suportam a tese do ex-presidente: é através da representação de inexistências de programas, reuniões, programas, ideias que Lula expressa seu modo persuasivo lógico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O problema de pesquisa que traçamos no início desta pesquisa foi o seguinte: por que Lula recorre tantas vezes ao marcador negativo **não**, em seus discursos, e de que forma esse fenômeno linguístico influencia na construção de sua *persona* textual?

Para que pudéssemos sugerir hipóteses sobre sua significativa escolha léxico-gramatical pelo **não**, percorremos um caminho metodológico para a análise do texto **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em visita ao Retiro de Itaipu – CNBB**. Durante este percurso, pudemos perceber o caráter dialógico e avaliativo da negação, seu poder de contrair o espaço dialógico, dentro do jogo comunicativo e, ao mesmo tempo, estreitar laços de solidariedade, unido a outros elementos léxico-gramaticais dentro do discurso analisado.

Em conformidade com o objetivo que nos serviu de cerne para a produção desta dissertação – o de desvendar o papel semântico do uso do marcador **não**, na construção da *persona* textual, e o fenômeno de alinhamento/desalinhamento para com seu público –, concluímos que a *persona* textual ou *ethos* que foi construído por Lula, no discurso selecionado para análise, é o de desconstruir discursos que antes foram construídos por outros governos/partidos, no intuito de construir o seu próprio. Ao fechar o espaço dialógico, Lula acaba, por pressuposição, criando e legitimando seu espaço na política brasileira. A *persona* textual e o *ethos* também são apresentados enquanto sábios dos problemas e das condições das áreas sociais e econômicas da sociedade: o constante uso da negação revela que Lula almeja corrigir o conhecimento de seu público putativo em relação ao Brasil, trazer à tona problemas que antes não eram discutidos por sujeitos políticos. Os laços de solidariedade são construídos, se seu público não for resistentes às contantes invalidações sobre vários aspectos, desde sua vida pessoal até problemas nacionais.

Com este trabalho, apresentamos hipóteses do significativo uso da negação no **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em visita ao Retiro de Itaipu – CNBB**, tentando apresentar o tipo de *persona* textual que Lula constrói, a manutenção de laços de solidariedade e como o ex-presidente

estabelece e posiciona seu público (leitor putativo). Este trabalho corrobora com os estudos sobre o fenômeno de contração dialógica, de Martin e White (2005), e expande os estudos sobre o marcador negativo **não**, por meio de uma análise que explorou as diversas possibilidades semântico-funcionais deste, no âmbito do discurso político. Arcabouçado na perspectiva da LSF e GSF, de Halliday e Matthiessen (2004, 2014), e na abordagem pragmática de Tottie (1987) e Pagano (1994), construímos um tutorial (Figura 13), no estilo sistêmico-funcional, com intuito de representar o sistema que rege as escolhas léxico-gramaticais do uso do **não** em um discurso de Lula. O trabalho também corrobora para a ampliação do conceito de *locus* de negação, pois, em nossos achados, o local semântico no qual a negação é direcionada não apenas se limita a um participante da oração, como toda uma oração em si.

Não somente em relação aos estudos referentes ao fenômeno de negação, mas o presente estudo também corrobora, em caráter teórico e metodológico, no desafio que se configura ao descrever, de forma sistêmico-funcional, o discurso político. No Brasil, não há muitas produções acadêmicas que alinham a análise e descrição semântico-funcional, em especial através da perspectiva da LSF, do discurso político com a área epistemológica das Ciências Políticas. O trabalho de DeSouza (2011), cujo objetivo foi analisar o discurso político epistolar do Padre Cícero, com base na GSF e Análise Crítica do Discurso (ACD), foi-nos de grande valia, pois auxiliou no entendimento teórico e metodológico referente à análise do discurso político.

Por meio da conjunção de abordagens linguísticas e sobre o uso da linguagem política, este trabalho também pode auxiliar no desmembramento da própria terminologia que é dada ao fenômeno da linguagem política. Sugerimos uma visão metodológica que divide as três instâncias que o próprio termo pode se referir. A primeira, o discurso político, enquanto prática discursiva na visão de Fairclough (2003), é recorrido quando um sujeito político, legitimado e reconhecido pelo sistema de representação eleitoral de um contexto específico (CHILTON; SHAFFNER, 2002), usa de uma linguagem caracterizada pela persuasão (CHARADEAU, 2011; DESOUZA, 2011; PINTO, 2006) para a discussão de um projeto de bem-comum a parte de uma sociedade que representam. Já o termo **discurso do político** remete ao uso concreto do discurso político, porém, caracterizado pelo estilo de persuasão (ARISTÓTELES, 2005) e uma *persona* textual própria.

Compreendemos, porém, que este estudo foi focado na negação pelo marcador negativo e não considerou outros elementos que compõe a materialidade do fenômeno de contração dialógica. Limitamo-nos a trabalhar o **não** pela sua quantidade de ocorrências, dentro do texto selecionado, e sua multifuncionalidade no estrato da semântica do discurso. Uma sugestão de estudo futuro é analisar e descrever o fenômeno de negação em sua totalidade, não apenas o marcado negativo típico **não**, mas também todos os elementos que invocam a contração dialógica na perspectiva de Martin e White (2005).

Por isso, esperamos que este trabalho auxilie na exploração semântica da negação em língua portuguesa, não apenas considerando-o como o oposto de orações afirmativas e, sim, como um elemento dialógico e avaliativo, cuja funcionalidade semântica varia a depender de seu uso e colocação.



## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. S. D. P. **A avaliação na linguagem**: os elementos de atitude no discurso do processor - um exercício em análise do discurso sistêmico-funcional. São Paulo: Pedro & João, 2010.

ALMEIDA, L. M. **Assembleia Geral da CNBB**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1005200307.htm>. Acesso em: 13 nov. 2014.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2005.

BAKHTIN, M. **The dialogic imagination**: four essays. Austin: University of Texas Press, 1981.

\_\_\_\_\_.; VOLOSHINOV, V. N. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1995.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.  
<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva>  
Acesso em: 20 nov. 2012.

BRAZIL, D. **The Communicative value of Intonation in English**. Birmingham: University of Birmingham, 1985.

CABRAL, S. R. S. **Linguagem e avaliação**: uma análise de texto opinativo. 2000. Disponível em: [http://www.pucsp.br/isfc/proceedings/Artigos%20pdf/34ev\\_cabral\\_722a734.pdf](http://www.pucsp.br/isfc/proceedings/Artigos%20pdf/34ev_cabral_722a734.pdf). Acesso em: 11 out. 2013.

\_\_\_\_\_. **A mídia e o presidente**: um julgamento com base na Teoria da Valoração. Santa Maria, 2007.

\_\_\_\_\_. **Núcleo de estudos em língua portuguesa**. Projeto de Pesquisa. GAP 026308. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2010.

\_\_\_\_\_. **Mídia, política e gramática sistêmico-funcional**. Projeto de Pesquisa. GAP 034712. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2010.

CAMPOS, R. C. **Dúvida** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por erickcallegaro@gmail.com, em 04 dez. 2014.

CHARAUDEAU, P. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2011.

CHILTON, P.; SCHAFFNER, C. The role of misused concepts in manufacturing consense: a cognitive account. In: \_\_\_\_\_. (Editores). **Politics as text and talk: analytic approaches to political discourse**. Amsterda: John Benjamins Company, 2002.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2005.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. Disponível em: [www.cnbb.org.br](http://www.cnbb.org.br). Acesso em: 01 dez. 2014.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRANSPORTES/SENSUS. **Pesquisa de Opinião Pública**. Brasília: Sensus, 2010.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE. Disponível em: <http://www.cnt.org.br/>. Acesso em: 20 nov. 2014.

DESOUZA, V. **Power Relations in Padre Cícero's Epistolary Political Letters: an investigation in th light of systemic-functional grammar and critical discourse analysis**. 2011, 274 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse: textual analysis for social research**. London: Routledge, 2003.

\_\_\_\_\_. **Discourse and social change**. Malden: Polity Press, 2006.

FARENCENA, G. **Estudo da fábula: contexto, linguagem e representação**. 2011, 191 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

FUZER, C. **Linguagem e representação nos autos de um processo penal**: Como operadores do direito representam atores sociais em um sistema de gêneros. 2008, 269 f. . Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008.

\_\_\_\_\_.; CABRAL, S. R. E. **Introdução à Gramática Sistêmico-Funcional em Língua Portuguesa**. Campinas: Mercado das Letras, 2014.

GOUVEIA, C. A. M. Texto e gramática: uma introdução à linguística sistêmico-funcional. **Matraga**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 24, jan./jun. 2009.

GRABER, D. A. Political Languages. In: NIMMO, D.; SANDERS, K. **Handbook of Political Communication**, 195-224. Beverly Hills: Cornell University Press, 1981.

GRAMSCI, A. **Selections from the prison notebooks**. New York: International Publishers Co, 1971.

HALLIDAY, M. A. K. **Language as a Social Semiotic**: the social interpretation of language and meaning. London: University Park Press, 1978.

\_\_\_\_\_. **An introduction to functional grammar**. New York: Arnold, 1994.

\_\_\_\_\_.; HASAN, R. **Language, context and text**: aspects of language in a social semiotic perspective. Oxford: Oxford University Press, 1989.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, M. I. M. **Construing experience through meaning**. New York: Continuum, 1999.

\_\_\_\_\_. **An introduction to functional grammar**. New York: Arnold, 2004.

\_\_\_\_\_. **An introduction to functional grammar**. New York: Arnold, 2014.

HORN, L. R. **A natural history of negation**. Chicago: University of Chicago Press, 2001.

INSTITUTO LULA. **www.institutolula.org**. Acesso em: 20 nov. 2012.

JESPERSEN, O. **Negation in English and other languages**. Copenhagen: Høst, 1917.

KRESS, G; HODGE, R. **Language as Ideology**. Boston: Routledge e Kegan, 1979.

LEVINSON, S. C. **Pragmatics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

MALINOWSKI, B. The Problem of Meaning in Primitive Languages. In: OGDEN, C. K.; RICHARDSON, I. A. **The Meaning of Meaning**. London: Routledge, 1923, p. 146-152.

MAINGUENEAU, D. **Novas Tendências em Análise do Discurso**. Campinas: Pontes & Editora da Unicamp, 1989.

MARTIN J. R.; ROSE, D. **Working with Discourse: Meaning Beyond the Clause**. London: Continuum, 2003.

MARTIN, J. R.; WHITE, P. R. R. **The language of evaluation: appraisal in English**. New York: Palgrave, 2005.

MECHURA, M. B. **A practical guide for functional text analysis**. Disponível em: <<http://www.lexiconista.com/functionaltextanalysis.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2014.

MEURER, J. R. Tributo ao professor José Luiz Meurer. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, 2010.

MILLER, C. R. Genre as social action. **Quaterly Journal of Speech**, n. 70, p. 151-167, 1984.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento científico: pesquisa qualitativa em saúde**. 2. ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1994.

NAHAJEC, L. M. **Evoking the Possibility of Presence: Textual and Ideological Effects of Linguistic Negation in Written Discourse**. England: University of Huddersfield, 2012.

NICHELE, A. **Avaliatividade no discurso do sofrimento**. 2013. X f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

NUNES, G. **O Estadão e a Presidente: o editorial como estratégia de avaliação.** 2013. 156 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

PAGANO, A. A pragmatic study of negatives in written text. In: COULTHARD, M. **Advances in written text analysis.** New York: Routledge, 1994.

PINTO, C. R. J. Elementos para uma análise de discurso político. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 78-109, 2006.

REISGL, M. Analyzing political rhetoric. In: R. WODAK, R.; KRZYZANOWSKI, M. **Qualitative discourse analysis in the social sciences.** New York: Palgrave Macmillan, 2008.

RESENDE, V; RAMALHO, V. **A análise crítica do discurso.** Lisboa: Caminho, 2007.

RIBEIRO, M. **Representações para atores sociais em boletins de ocorrência de crimes de injúria.** 2014, X f. . Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

RICHARDSON, J. E. **Analyzing newspapers: an approach from critical discourse analysis.** New York: Palgrave, 2007.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** São Paulo: Atlas, 1989.

RODRIGUES, D. **A política sob o julgamento de Eliane Cantanhêde: uma investigação da assinatura valorativa.** 2013. X f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

SARDINHA, T. B. **Pesquisa em Linguística de Corpus com WordSmith Tools.** Disponível em [http://sis.posugf.com.br/AreaProfessor/Materiais/Arquivos\\_1/13879.pdf](http://sis.posugf.com.br/AreaProfessor/Materiais/Arquivos_1/13879.pdf). Acesso em: 15 dez. 2014.

SCOTT, M. **WordSmith Tools 6.0.** Oxford: Oxford University Press, 2012.

TOTTIE, G. Where do negatives come from? **Studia Linguistica**, New York, v. 36, p. 88-105, nov. 1987.

VIAN JR., O. O sistema de avaliatividade e os recursos para gradação em Língua Portuguesa: questões terminológicas e de instanciação. **Delta**, v. 25, n. 1, p. 99-129, 2009.

VIVAN, É. G. S. Interação e discurso: uma visão da linguística sistêmico-funcional. In: FERNÁNDEZ, D; GHIO, E. **El discurso em español y portugués**: estúdios desde uma perspectiva sistêmico-funcional. Santa Fe: Universidad Nacional Del Litoral, 2010.

ZARE, J; ABBASPOUR, E; NIA, M. R. Presupposition Trigger: a comparative analysis of broadcast News discourse. **International Journal of Linguistics**, Las Vegas, v. 4, n. 3, p. 734-743, 2012.

WHITE, P. R. R. **Appraisal**: an overview. 2010. Disponível em: <<http://grammatics.com/appraisal/AppraisalGuide/Framed/Frame.htm>>. Acesso em: 20 out. 2012.

## **ANEXOS**



## **ANEXO A – Discurso do Presidente da República, Luíz Inácio Lula da Silva, em visita ao Retiro de Itaiçi – CNBB**

Indaiatuba – SP, 1 de maio de 2003

Inicialmente, eu quero cumprimentar o nosso querido companheiro dom Jayme Chemello, presidente da CNBB, Dom Lourenço Balisseri, núncio apostólico, Dom Marcelo Carvalheira, grande companheiro de Guarabira, Dom Raymundo Damasceno, Dom Gilberto Lopes, arcebispo de Campinas, Meus companheiros ministros que estão aqui, José Dirceu, Cristovam, Dulci, Gushiken, Graziano, O nosso querido companheiro senador Eduardo Suplicy, O deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, O deputado Salvador, O prefeito de Indaiatuba, Reinaldo Nogueira, A nossa querida prefeita de Campinas, Isalene Tiene, Antonio Mentor, deputado estadual, Quero cumprimentar os cardeais que estão aqui. Um deles esteve comigo hoje, de manhã, na Missa do Trabalhador, em São Bernardo do Campo, Quero cumprimentar todos os bispos, dos funcionários aos cozinheiros, que fizeram uma comida maravilhosa. Quero cumprimentar os padres que estão aqui, E quero, ainda, cumprimentar, todos os funcionários da CNBB. Eu me lembro que, na última vez em que estive aqui, havia um debate interessante. Nós estávamos discutindo a consulta popular. E é importante dizer para vocês que, naquele dia, eu participei de uma Mesa em que a grande discussão era se nós deveríamos acreditar que, através do processo eleitoral, nós conseguiríamos chegar ao Governo rapidamente, ou se nós tínhamos que preparar a organização da sociedade para que, dali a alguns anos, nós pudéssemos ganhar. Eu me lembro que havia vários companheiros aqui, sindicalistas, do movimento popular. Alguns eu sabia que iam ser candidatos. E eu me lembro que fiz uma pergunta naquele dia. A pergunta que eu fiz foi a seguinte: "Se nós vamos ter que esperar 30 anos para organizar 30% da sociedade socialista, o que eu faço com quem quer ser candidato agora? Até porque eu não posso esperar mais 30 anos, ou seja, a minha disputa tem que ser por esses dias". E graças a essa visão de que o processo eleitoral poderia ir abrindo espaço para que nós pudéssemos ganhar uma vaga de vereador, uma vaga de prefeito, uma vaga de deputado e ir colocando a população organizada para participar do poder, é que nós chegamos à Presidência da República. Logicamente que entre chegar à Presidência da República e exercer o poder em sua plenitude, há uma diferença muito grande. Eu, um pouco antes da posse, li uma entrevista do presidente Sarney nas páginas amarelas da revista "Veja" em que ele dizia que lamentava que 80% das ordens do Presidente não eram cumpridas, porque não chegavam onde ele queria que chegassem. Ora, não levando isso a ferro e fogo, a verdade é que você tem uma estrutura burocrática dentro da máquina governamental, e não é fácil trabalhar com ela. É delicado. E as mudanças se dão, também, ao longo do tempo, não tem como fazer imediatamente uma ruptura com uma estrutura de máquina que funciona do mesmo jeito há muitos anos. Na verdade, nós somos os intrusos dentro da máquina, ou seja, a máquina não foi feita tal como ela está para nós governarmos. Cabe a todos nós, agora, irmos criando a possibilidade de fazer as mudanças e ir adequando essa máquina a um funcionamento democrático, que crie espaço para a sociedade poder, definitivamente, dizer como é que as coisas devem acontecer neste país. Quero dizer algumas coisas a vocês, porque muitos aqui podem me conhecer de ouvir falar. Outros, durante algum tempo, quem sabe, tiveram medo do "bicho-papão" que o Lula era neste país. Eu, que já fui chamado de tantas coisas, que já causei tanto medo mas a compensação é que causei esperança em outras

peessoas eu gostaria de dar um testemunho pessoal, antes de dizer algumas coisas de Governo. Acho que é importante todos saberem que eu sou um retirante nordestino, filho de uma mulher que teve oito filhos. Na verdade teve 12, mas quatro morreram, oito sobreviveram. Filho de um retirante que veio para São Paulo arriscar a sorte como tantos vieram, na década de 50, e que por aqui casou outra vez e deixou minha mãe sozinha. E que ela veio para São Paulo, por teimosia. Ela foi enganada para vir para São Paulo, porque quem disse que era para ela vir foi um irmão meu, que mandou uma carta, sem que meu pai, que não queria que ela viesse, soubesse da carta. E, para nossa surpresa, quando chegamos aqui, meu pai estava casado com outra mulher e já tinha mais quatro filhos. Eu tenho um total de 26 irmãos, 12 de minha mãe e 14 da outra mulher do meu pai. Eu não sei quantos estão vivos. Da minha mãe sei que há sete vivos. Mas eu tive a sorte, que hoje a molecada não tem, ameninada não tem, de arrumar, 1960, a possibilidade de fazer um curso no SENAI. Fiz um curso de torneiro-mecânico e esse curso me deu alguns privilégios, que tinham os trabalhadores que possuíam uma profissão. Primeiro, eu fugi do salário mínimo. Eu passei a ser torneiro-mecânico e isso era uma profissão muito boa na época. Não era como o Gilberto Carvalho, que se meteu a largar o Seminário para ser operário e virou soldador. Eu era torneiro-mecânico. E aquilo me fez ganhar um salário razoável. Em alguns momentos, acho que ganhava mais do que o salário de médico, na época. E, por isso, eu fui o primeiro filho, dos oito da minha mãe, a ter um diploma profissional, a ter um carro, a ter uma geladeira, a ter uma televisão, a ter uma casa. Eu era avesso à política, não gostava de política, como, quem sabe, muitos padres, muitos bispos falam que não gostam de política. Eu odiava política. Eu ainda dizia, por ignorância, que não gostava de política e não gostava de quem gostava de política. Isso era a ignorância elevada à quinta potência. Eu fui para o sindicato na marra. Eu não gostava do sindicato também. Eu achava que lá só tinha comunista. Eu tinha 21 anos de idade. Meu irmão era militante, era muito atuante e tentava me convencer, todas as vezes, mas eu nunca tive vontade de ir para o sindicato. Mas, como na vida acontece, um belo dia eu fui convencido a ir ao sindicato. Eu fui e cheguei no momento de uma briga de uma chapa contra a outra. Quiseram bater no meu irmão. E aí, por conta disso, eu passei a gostar do sindicato. E isso foi em 1967, minto, em 1968. Isso foi em agosto de 68. Em setembro eu já estava filiado e, em 69, eu já estava eleito diretor. Mas nunca me passou pela cabeça que eu fosse dirigente sindical, como nunca me passou pela cabeça que eu fosse Presidente do sindicato. Eu fui eleito Presidente. Quando anunciavam o meu nome, eu já ficava vermelho de vergonha. E é por isso que eu digo que a vida ensina muito, porque eu consegui me transformar num dirigente sindical razoável, porque tinha que sobreviver. Não só o enfrentamento que fazia com os empresários, mas sobreviver ao trabalho que a oposição fazia para tentar me derrotar no sindicato. Depois, eu me lembro que nós tivemos um momento glorioso no movimento sindical, que foi a questão da reposição salarial de 1977, a famosa reposição dos 34,1% que tinham nos roubado. Foi dali que começou uma certa projeção do movimento sindical junto aos órgãos de comunicação e à imprensa. Foi daí, então, que começou a minha aproximação muito forte com a Igreja. Eu estava comentando hoje, na missa, que com o padre Adelino eu até tive uma divergência. Se pegarem a revista "Isto É", de 1978, há matéria ali sobre uma divergência minha com o padre Adelino e, depois, nós não só ficamos grandes amigos, como a Igreja passou a ser o palco de todas as nossas lutas, porque em toda greve o sindicato sofria intervenção e a gente corria para dentro da Igreja e lá estava a porta da Igreja aberta, estava o salão paroquial aberto e era lá que a gente

fazia a nossa distribuição de alimentos, era lá que a gente arrecadava alimentos, ou seja, a Igreja passou a ser um sindicato adjunto, por falta do sindicato legalmente constituído. E eu sempre disse que a minha história é a história do PT, embora alguém possa não gostar ou não querer, mas foi exatamente isso, tem muito a ver com a Igreja. Mesmo que vocês não queiram, jamais escaparão de ter a vinculação da história do PT muito ligada à Igreja e, sobretudo, à Igreja Católica. Digo isso com orgulho, porque eu sei que, muitas vezes, a imprensa acusou o PT de ser apoiado pela Igreja, e eu sempre dizia: a Igreja, enquanto instituição, nunca apoiou o PT ou qualquer outro partido. Mas nós tivemos a primazia de vocês criarem Comunidades de Base, de vocês criarem Pastorais Operárias, de vocês criarem Pastorais de Imigrantes, de vocês criarem Pastorais da Juventude, de vocês criarem uma série de movimentos de base com leigos. E, à medida em que foram aprendendo com vocês, foram tendo consciência política e apareceu o PT, e essas pessoas vieram no PT o espaço político para se manifestarem. A verdade, meu querido dom Jayme, é que, mesmo sem uma decisão da Igreja, vocês nos deram de presente a mais bela organização de base que este país já teve durante esses anos todos. Às vezes, eu chegava num lugar e as pessoas falavam: "Olhe, Lula, nós somos da comunidade tal, somos do movimento tal. O bispo é meio conservador, não quer conversar com você. Nós pedimos para ele receber você, mas nós queremos participar". O PT nasceu assim, onde houvesse um padre que gostasse de uma boa luta, um bispo que gostasse de uma boa briga e um militante de base com consciência política. O PT nasceu rapidinho, por conta disso. Por que Getúlio não conseguiu criar um partido mesmo sendo Presidente da República com a força do PT? Por que, por exemplo, apenas como fato histórico, o Brizola não conseguiu criar um partido nos moldes do PT? Por que nenhum outro conseguiu e nós conseguimos? Porque nós conseguimos o milagre da multiplicação dos seres humanos. Cristo multiplicou os pães e nós multiplicamos os seres humanos. Foi a junção mais perfeita que Deus permitiu nascer na organização política: era o que havia de melhor no movimento sindical, o que havia de melhor no movimento social e o que havia de melhor no trabalho de base que a Igreja Católica fez neste país. É por isso que, lá pelo ano de 1979, quando a gente estava pensando em organizar o PT, lá estava o Lula em Guarabira, fazendo assembléia para ver se conseguia mexer com o rebanho do dom Marcelo e trazer um pouco para o nosso lado. Bem, isso fez com que o Partido se transformasse no Partido de maior organização no meio do povo, na história do Brasil. As pessoas podem gostar ou não do PT, mas não tem similar na história política do nosso país, ou seja, estamos enraizados naquilo que existe de mais organizado. Dom Jayme falava assim, para mim, na entrada: "Por que essas mulheres do PT gostam tanto do Lula?" Não é do Lula que elas gostam. É porque há muitas mulheres aí que estão no movimento há uns 30 anos, 20 anos. E não sou nada mais, dom Jayme, do que o resultado da junção da esperança que esse povo vem acumulando ao longo de tantos anos de sofrimento. Eu sempre disse que não sou o resultado da minha inteligência, o resultado da minha capacidade; eu sou o resultado da média do grau de consciência política da sociedade brasileira. E chegamos aqui porque acho que é obra de Deus, porque, veja: em 78, por exemplo, eu era totalmente apolítico. Seis meses depois, eu já estava apoiando o Fernando Henrique Cardoso para candidato ao Senado, aqui em São Paulo, porque, na época, ele era um intelectual vindo do exterior, progressista, e era uma novidade. Tem gente que era de Esquerda há 30 anos e, hoje, está na direita; tem gente que era de Direita. O exemplo maior que eu cito sempre é o Teotônio Vilela. Teotônio Vilela foi um homem que pegou em metralhadora para acabar com comício de comunista nos

palanques de Alagoas e terminou sua vida sendo um dos mais dignos brasileiros que nós conhecemos na luta pela anistia, na luta pelos direitos humanos. Eu acho que é com essa mobilidade e essa flexibilidade que a gente tem que ver o mundo. A gente nunca pode exigir que as pessoas sejam perfeitas como nós pensamos que somos. É melhor a gente se adaptar a aceitar e conviver com as pessoas como elas são, tentando tirar proveito daquilo que cada um tem de bom para oferecer. Nem todo mundo é 100% bom só Deus e nem todo mundo é 100% ruim. Então, nós temos que aproveitar essa sabedoria para tentar conviver com mais facilidade. Pois bem, de 80 para cá, vocês já conhecem o resto da história. Vocês já conhecem a história porque é uma história que está na imprensa: o resultado das greves, as campanhas e os acontecimentos. Quero que vocês saibam o seguinte, para a gente poder se entender do jeitinho que o dom Jayme falou. Eu não quero que a CNBB seja uma correia de transmissão do meu governo, como não quero que meu governo seja uma correia de transmissão da CNBB. O que quero é que a gente aproveite tudo que sonhou e aprendeu na vida para, agora que a gente está no Governo, tentar criar os espaços e as possibilidades de as políticas públicas serem executadas, apoiados na experiência acumulada que a Igreja Católica tem neste país. É isso que, para mim, é fundamental e é muito importante. Quem for eleito Presidente, secretário-geral da CNBB, jamais vai me ver na porta da sede da CNBB pedindo para apoiar publicamente uma política do governo. O que queremos é ter um espaço democrático, tanto para chamar a CNBB para conversar como para ir conversar com a CNBB e apresentar as nossas propostas. Agora, por exemplo, vai haver um momento excepcional, dom Jayme, que é a discussão do Plano Plurianual do governo. O Plano Plurianual é uma "peça de ficção" que o Presidente da República faz por meio do Ministério do Planejamento, e manda para o Congresso Nacional. Ninguém nunca se interessou por aquilo e aquilo é aprovado. Então, aparece na imprensa: "O Governo vai gastar 50 trilhões de reais e tal", aquele negócio todo e ninguém sabe o porquê. Nós queremos fazer diferente. Nós, agora, queremos envolver a sociedade brasileira. O tempo é curto, mas nós vamos, agora, querer envolver todas as entidades de caráter nacional deste país, para fazer um orçamento participativo. E vamos querer que as pessoas digam claramente que tipo de Plano querem, porque nesse Plano acho que vamos discutir uma coisa sagrada, que é o desenvolvimento regional, sem o qual não acredito que haja planos que possam fazer um país da dimensão do Brasil dar certo. Então, aí, sim, nós vamos chamar a CNBB, entregar um projeto e dizer: "nós gostaríamos que a CNBB discutisse isso, que desse sua sugestão, que colocasse no papel". E vamos ouvir a CUT, a Força Sindical, a OAB, a CGT. Ou seja, quem for possível ouvir nós vamos querer ouvir. É essa relação, democrática, fraterna, que eu quero. Uma outra coisa que vamos precisar da Igreja e vamos precisar muito: mesmo que não fosse por inteligência nossa, mas porque o mundo mostra que temos que saber utilizar é o potencial e as raízes que vocês já têm na elaboração e na execução de políticas sociais neste país. Se o Governo se meter a ser esperto demais e começar a criar instituições e aparelhos para tentar fazer política social sem aproveitar na sociedade aquilo que ela já criou, o Governo cometerá o erro histórico que outros já cometeram. Por isso é que temos que conversar abertamente sobre o que pode ser feito. E fiquei feliz, porque o Cristovam estava me dizendo que quase fez um acordo, ali, no jantar, para, nessa campanha de alfabetizar 20 milhões de brasileiros, o Governo, através do Ministério da Educação, fazer um convênio com a Igreja, que tem uma política de alfabetização há muito tempo. Então, o Cristovam, por mais esperto e inteligente que é, não vai se meter a criar uma nova coisa. Ele vai oferecer

à Igreja uma parceria, para que a Igreja possa aperfeiçoar os seus projetos de alfabetização. E isso vale para muitas coisas que temos que fazer neste país. O acordo é com o pessoal do MEB, Movimento de Educação de Base da Igreja Católica. Mas tem outras dezenas de coisas. Há saúde, há experiência em cuidar de crianças; em cuidar de deficientes; em cuidar de velhinhos; em cuidar de migrantes. Ou seja, tem tanta coisa que, ao invés de a gente inventar, o que temos que fazer é tentar propor parceria, sem que a gente tenha ingerência, até porque, por inteligência, a gente tem que saber que, através das entidades, pode-se fazer com que um real valha dois. Ou seja, a gente pode utilizar com muito mais competência o dinheiro público tão escasso neste país. Então, podem ficar certos de que, em cada cidade, em cada diocese, vocês vão ver o Governo procurando por vocês para fazer parceria. É essa relação fantástica que quero criar. Mas quero dizer para vocês que há outra responsabilidade, dom Jayme e, aí, já é de gente do seu rebanho, como eu, que é o seguinte: nós temos que ter consciência de que o Brasil não elegeu apenas um Presidente da República. Nós temos que ter noção de que alguma coisa diferente aconteceu neste país e temos que meditar sobre isso. Por que aconteceu alguma coisa diferente? Não estava prevista em nenhum livro de sociologia política recente a possibilidade de eu ser eleito Presidente da República. E eu só fui eleito Presidente da República por causa do que eu disse anteriormente: por causa do trabalho de base dos chamados setores organizados da sociedade brasileira. E a expectativa que criamos internamente e externamente na sociedade brasileira, na América do Sul, na América Latina, na África e em alguns países da Europa é algo que, muitas vezes, me assusta. É por isso que tenho repetido todas as vezes: eu não posso errar e não vou errar, porque um fracasso do meu governo será um fracasso de uma parte da história de pessoas que lutaram durante 30 ou 40 anos. Alguns morreram, não chegaram a ver este momento. Outros ficaram pelo caminho. Milhões de trabalhadores perderam o emprego neste país. Então, nós chegamos ao governo. Agora, qual é a nossa responsabilidade? É fazer com que aquilo que a gente sonhou a vida inteira possa ser colocado em prática, com a cautela necessária, com os critérios mais democráticos possíveis, mas que a gente dê passos consistentes para que possamos, no final de um mandato, fazer uma avaliação daquilo que aconteceu no país nos últimos 20, 30, ou 40 anos. E por que digo isso? É porque, não sei se vocês sabem, eu sou o candidato preferencial do povo argentino. Na última pesquisa, tive 60% dos votos na Argentina. Só que não sou candidato na Argentina. E isso significa o quê? Significa que o povo perdeu a esperança na liderança deles e vêem na nossa vitória, por causa até da nossa relação sindical de muitos e muitos anos, um exemplo de dirigente que poderia haver na Argentina, que, se Deus quiser, um dia eles vão construir. Mas, se a gente vai a qualquer país da América do Sul, é o mesmo. É por isso que nós, do Governo, temos consciência de que não temos o direito de não fazer as coisas com que, a vida inteira, sonhamos. E me lembro de uma coisa que eu dizia em 82. Perguntavam-me por que eu queria ser candidato a governador e eu dizia: "porque quero ver se sou capaz de atender às minhas próprias reivindicações". Essa é a coisa gostosa de ser governo. É que, agora, vou ter que demonstrar que sou capaz de fazer aquilo que eu alimentei na minha consciência durante 30 anos de militância política. E fazer com muito mais competência, sabendo que não posso deixar de fazer. Vamos ter que fazer a reforma agrária melhor do que já foi feito em qualquer outro momento da história deste país. Eu disse a dom Jayme, outro dia: "nós precisamos mudar um pouco a nossa concepção de reforma agrária, porque precisamos ter um duplo trabalho". Primeiro, você tem que fazer o assentamento.

Mas, ao mesmo tempo, você tem que ter consciência de que 80% dos assentamentos hoje existentes neste país e dom Tomás Balduino deve saber muito bem disso estão, praticamente, vivendo de cesta básica. Não é possível que você utilize a reforma agrária apenas como transferência de miseráveis urbanos para continuarem miseráveis rurais. Não. É preciso tornar essas companheiras e esses companheiros produtivos, é preciso organizá-los em cooperativas, é preciso criar agroindústrias, para que a gente possa facilitar a conquista da cidadania, melhorar a vida dessas pessoas. Esse é um trabalho imenso, e não é apenas uma questão de dinheiro. É mais uma questão de organização, porque, se você não estiver organizado, não tiver preparado um projeto bem feito para aquilo, as coisas não acontecem. Nós sabemos disso. Sabemos que precisamos alfabetizar esse povo. Eu disse, durante a campanha, que o emprego era a minha obsessão e nós vamos ter uma política de geração de empregos muito agressiva. Nós íamos lançar hoje, no dia 1º de maio, e resolvemos não lançar, porque queremos prepará-la melhor. Queremos discutir com outros setores, para saber se vai colher o resultado que estamos esperando colher. E por que transformei o emprego numa obsessão? Porque, hoje, quem vive, como vocês vivem, andando pela periferia deste país, visitando as igrejinhas nos menores e mais pobres lugares do Brasil, sabem que um dos grandes problemas que temos hoje, além do econômico, é um processo de desagregação dos valores da estrutura da própria família. A gente sabe o que é isso. É uma tarefa tão imensa ou até mais difícil do que o econômico, que é voltar a mexer com valores de jovens que não acreditam mais em nada; que não acreditam na Igreja; que não acreditam nos partidos; que não acreditam nos sindicatos; que não têm mais referência para nada. É pai brigando com mãe; é filho brigando com pai; é filha brigando com mãe. É a destruição da base, da célula principal de uma sociedade. Fico imaginando como é que fui criado por uma mãe sozinha, com oito filhos, morando num quarto-e-cozinha, no fundo de um bar, onde as pessoas começavam a ficar bêbadas no sábado, às 9 horas da manhã, e não paravam até às 3 horas da manhã. E minha mãe conseguiu criar oito filhos todos, homens e mulheres trabalhadores e honestos. Por quê? Porque havia uma estrutura e uma referência que era ela. Ela tinha valores. E olhem que ela morreu analfabeta. Minha mãe não sabia fazer um "o" com um copo. Entretanto, ela tinha valores que havia herdado da mãe dela e que passou para nós. Hoje, o que a gente percebe? Isso está desaparecendo aos poucos. Numa escola pública, uma criança não respeita mais o professor, não respeita mais a professora. Se a professora briga, a mãe vai à Associação de Pais e Mestres e já faz um processo. A criança chama mais três ou quatro e batem na professora. Na escola do meu bairro, Assunção, que é um bairro de classe média, sabem o que fizeram, no começo deste ano? A molecada subiu e destruiu a caixa d'água e os banheiros. E fica todo mundo com medo de mexer, com medo de apanhar, com medo de alguém dar um tiro na saída. Ou seja, essa tarefa de recuperar os valores é uma tarefa revolucionária para cada um de nós. E vamos ter que fazer. Vai custar muito, mas vamos ter que fazer. É por isso que o emprego é uma obsessão para mim, como a educação. Eu confesso a vocês: tenho cinco filhos. De vez em quando, digo para os meus amigos: "me arrependi de não ter colocado meus filhos para estudarem no SENAI, como eu estudei, e de não os ter colocado para trabalhar com 15 ou 16 anos, pelo menos por meio período, para que eles pudessem ir dando valor às coisas que eles fazem". Esse é um trabalho que não é de Governo, dom Jayme. O Governo pode ser o indutor. Esse é um trabalho que, se a sociedade não arregaçar as mangas e não assumir para fazer, ninguém vai fazer neste país. Não há políticas públicas, através de Ministérios, que consigam resolver

um problema dessa dimensão. E cuidar dessa menina é um desafio excepcional que temos que fazer para recuperar alguns valores. Vamos ter que resolver os problemas dos índios neste país, de uma vez por todas. Nós fizemos uma Constituição maravilhosa, mas, até hoje, não foram demarcadas todas as terras e, naquelas que foram demarcadas, não foram dadas as condições para que eles pudessem trabalhar condignamente e pudessem manter a sua cultura acesa e viva. Nós vamos ter que cuidar disso com carinho. E sabem por que vamos ter que cuidar disso com carinho? Porque, se não cuidarmos, nós vamos nos sentir frustrados, porque isso faz parte da nossa vida. Afinal de contas, são 30 anos acumulando trabalho, discussão com essa gente. A questão do negro no país. Nós criamos uma Secretaria para ver se a gente consegue acabar com os preconceitos, porque somos uma sociedade preconceituosa. Nós acabamos com a escravidão há um século e meio. Entretanto, grande parte dos negros ainda vive segregada neste país. É uma questão cultural. Mesmo dentro de uma fábrica, o negro tem dificuldade de ser chefe. Esses são valores que vamos ter que começar a recuperar. Meus amigos e minhas amigas, eu acho que é para essas coisas que poderemos estabelecer as grandes parcerias deste país, as grandes reformas, as grandes transformações que temos que fazer no Brasil. E, possivelmente, nem eu e nem vocês vejamos o resultado de algumas delas, porque não podemos continuar fazendo política como sempre se fez no Brasil. O Brasil é pensado apenas de quatro em quatro anos, ou seja, eu ganho as eleições e tenho que fazer um monte de coisas, tenho que fazer bastante pirotecnia, porque tenho a minha reeleição pela frente. Eu não quero pensar o Brasil para quatro anos. Quero que a gente pense no Brasil para 20 anos, para 30 anos. Quero que a gente plante hoje o que vamos deixar para as futuras gerações neste país. Todos vocês e sei que a CNBB tem extraordinários especialistas e analistas econômicos e políticos, porque também leio os documentos da CNBB, sabem a situação em que nós recebemos este país. E sabem que a teoria básica era a seguinte: "se ficar, o bicho come; se correr, o bicho pega". E a gente já sabia que era ruim durante o processo eleitoral. Quando entramos na transição, descobrimos que era pior do que a gente imaginava. E, mesmo assim, não perdi meu otimismo. Sabem por quê? Porque, se a situação deste país fosse boa, eu não seria Presidente da República. Só fui eleito Presidente da República porque a situação estava tão ruim que eu passei a ser a grande esperança desse povo. E é este o desafio que acho que temos que encarar com maestria. É por isso que acordo, todo santo dia, dom Jayme, mais otimista do que quando fui me deitar. Não há números, não há nada que apareça na imprensa que mexa com a minha cabeça e que me tire um milímetro da expectativa de que a gente vai fazer muita coisa neste país. Quando começamos o Governo e começamos com o Programa Fome Zero, o que eu quis sinalizar? É que, se a pessoa não comer, tudo mais será difícil para ela. Se ela não comer, terá dificuldade de estudar. Se ela não comer, vai ser uma pessoa fragilizada e doente. Se ela não comer, não terá possibilidade de trabalhar. E nós sabemos que, se uma criança não comer bem até os seis anos de idade, vai ficar com seqüelas cerebrais que, possivelmente, não se recuperam mais. É por isso que, de vez em quando, a gente lê nos jornais que a Organização Mundial da Saúde diz que no Brasil há 15 milhões de pessoas com algum problema de deficiência mental. Fiquei mais horrorizado, Lúcio, quando, em Roma, em 1995, foi feito um acordo, entre os Presidentes de mais de 120 países, para, em 15 anos, até 2015, diminuir a fome em 50% no mundo. Os cálculos da FAO, hoje, são de que a incompetência dos governantes foi de tal ordem que, agora, de 2015 passou para 2050. Estamos tentando juntar agora e acho que, no próximo mês, teremos uma

grande reunião, com personalidades do Fórum Social Mundial, personalidades do Fórum de Davos, porque queremos construir uma proposta de combate à fome no mundo. E uma das idéias o Deda já discutiu com companheiros e já me deu algumas idéias mas uma coisa certa é que a gente tem que balançar o mundo. E estou indo, no dia 1º de junho, para a França, para participar do encontro do G-7, mais África do Sul, mais México, mais Índia, mais China e mais Nigéria. Nós queremos apresentar uma proposta concreta. Querem combater a fome? Vamos, pelo menos, dar 1% do que cada país gasta em armamento neste mundo para que a gente possa resolver o problema da miséria no mundo. Nós, dom Jayme, tivemos um primeiro momento, em que assumimos um compromisso de fazer uma boa política para o Mercosul. Se vocês analisarem, vão perceber que nós já fizemos, em quatro meses, mais reuniões com os Presidentes dos países da América do Sul do que foi feito nos últimos 20 anos neste país. Só faltam, agora, o Uruguai, no dia 12 de maio, e o Lúcio Gutierrez, do Equador, que vai ser no dia 27 de maio. E nós, pela primeira vez, estamos construindo uma verdadeira posição de integração da América do Sul. Eu tenho dito para todos os países: "se vocês imaginarem que os Estados Unidos vão atender a demanda de vocês, vocês vão continuar sendo pobres e vão continuar sendo endividados como são. Nós precisamos começar a acreditar em nós". Recuperar a auto-estima do povo significa antes recuperar a auto-estima dos governantes dos países da América do Sul e não agir de forma subserviente diante desse mundo globalizado. E isso está sendo uma coisa extraordinária. O nosso segundo passo, dom Jayme, o ministro Celso Amorim começou a dar ontem: vamos nos voltar um pouco para a África, que nunca deveríamos ter abandonado. O Brasil tem suas raízes na África. Mas acontece que a cultura brasileira, durante 500 anos é só olhar o mapa do Brasil, se a gente pegar o mapa do Brasil, a gente vai perceber que, nesses 500 anos, o Brasil ficou de olho apenas no chamado Velho Continente. Ou seja, o Brasil ficou subordinado a quem o descobriu, ou à Coroa Portuguesa ou à Coroa Inglesa, e, nos últimos 50 anos, aos americanos. Nós nunca demos importância nem para a América do Sul. Vou dar um exemplo a vocês: nós, agora, fizemos um convênio para construir uma ponte em Assis Brasil, na fronteira com o Peru. É Assis Brasil, do nosso lado, e Iñapari, do lado do Peru. Uma ponte que vai custar apenas 4 milhões de reais, uma ponte de 150 metros, mas sem a qual não há integração. A Bolívia, para ter acesso ao rio da Prata, precisa que o Brasil ajude com um financiamento de, quem sabe, 40 ou 50 milhões. Isso está por fazer há séculos e nunca se fez. Se queremos falar em integração, vamos ter que fazer, senão, não há integração. Fica só no discurso, naquela relação sentimentalista, porque é muito bonito não é? a gente falar em integração. Todo mundo aplaude. Mas o dado concreto é que se fala e não se faz. Então, nós, agora, queremos fazer a ligação Brasil-Peru, a ligação Brasil-Bolívia, a ligação Brasil-Venezuela, a ligação com todos os lugares em que for possível fazer, porque, aí, vai haver integração de verdade. E a África? Imaginem vocês que há países na África onde nós não temos embaixada, não temos nem escritório em países de língua portuguesa. Então, se nós quisermos nos respeitar, precisamos começar a fazer a nossa lição de casa, que é manter as nossas relações com os iguais. Eu comecei a minha vida, dom Jayme, fazendo um boletim no sindicato, que era assim: eu fazia um feixinho de varas e falava: "um graveto é fácil quebrar, mas um feixe de gravetos é difícil". A saída para os países pobres é se juntarem, para poderem lutar na sua relação com os ricos. Se ficar cada um achando que, sozinho, vai encontrar a solução, não vai haver solução. E o Brasil pode jogar o papel de liderança. Não aquela liderança hegemônica, aquela liderança que quer mandar,

que quer dar palpite, que quer que os outros façam somente o que ela gosta, mas aquela liderança generosa, que faça parceria, que ceda quando tiver que ceder. É assim que a gente faz as coisas acontecerem no mundo. E nós estamos conscientes disso. Temos consciência do privilégio que temos na relação com a América do Sul. Depois, temos com a África. Depois, temos com a América Latina, sem perder de vista a importância da relação Brasil-Estados Unidos, da relação Brasil-Europa. Mas temos que abrir espaço com a Índia, com a China, que são países que podem colaborar muito com o Brasil. Dom Jayme, eu queria, apenas para terminar, porque sei que vai haver um debate agora, dizer a vocês que estou com muita esperança. Nós tomamos algumas medidas, uma coisa que a gente vem construindo. A primeira coisa que nós queríamos fazer era criar o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Por que a gente queria criar um Conselho? Porque não queríamos permitir que fosse criado no nosso Governo um movimento contrário a ele. Quero dizer para vocês que aí é a arte de fazer política do José Dirceu, do Gushiken, do Dulci, de tantos companheiros. Constituímos um Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, com 82 pessoas e, agora, vamos ter 90 pessoas. Era para colocar várias representações da sociedade, para que a gente pudesse ter uma representação do conjunto da sociedade discutindo políticas públicas junto com o Governo. E, para minha surpresa, está funcionando de forma extraordinária. Depois, resolvemos criar algumas Secretarias, que já eram promessas nossas, muito antes do tempo. A Secretaria que nós transformamos, praticamente, com caráter de Ministério, que é a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, em que colocamos a companheira Matilde como Secretária. Depois, elevamos a Secretaria da Mulher ao status de Ministério; mantivemos a Secretaria de Direitos Humanos nas mãos do companheiro Nilmário, mas também com status de quase Ministério; criamos o Ministério das Cidades, porque era uma vergonha neste país a cidade ser tratada numa Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Criamos a Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca, porque o Brasil tem 8 mil quilômetros de costa marítima, além das 200 milhas, e a questão da pesca era tratada numa vírgula de um artigo no Ministério da Agricultura e o Brasil tinha que importar peixe do Peru ou do Chile. Criamos uma Secretaria e colocamos um outro católico, que é o José Fritsch, lá de Chapecó. E quando lançamos o Programa Fome Zero aqui está o ministro Graziano, quero dizer para vocês o seguinte: Esse programa tem uma parte estrutural que depende da nossa capacidade de investimento, mas tem uma parte emergencial e também estrutural que vai depender muito da sociedade brasileira. Coloquei o Frei Betto junto com o Graziano, coloquei o Oded Grajew, que é para tentar envolver a sociedade nisso. Além do Consea, onde estão as representações de quase todos os lugares. A sociedade assume para si a responsabilidade, ou seja, nós vamos ter que provar se temos ou não capacidade de construir um milhão de cisternas, que a ASA pede há tanto tempo neste país. Será que não é possível o Brasil inteiro construir um milhão de cisternas? Obviamente, não vai resolver o problema do Brasil, nem do Nordeste, mas somente quem não passou sede não dá valor a uma cisterna. No Nordeste, a gente não tinha nenhuma educação para entender que tinha que ferver a água, que tinha que coar. Bebia daquele jeito. É por isso que, quando cheguei a São Paulo como migrante, eu só tinha barriga. As perninhas dessa grossura e a barriga desse tamanho assim, de verme. Então, a cisterna, é uma coisa fantástica. Não vai resolver o problema da irrigação, mas a água de beber para uma família no Nordeste é uma bênção que nós não temos o direito de negar àquelas pessoas. Até porque é preciso diminuir a indústria da seca, a indústria dos caminhões-pipa, neste país. Eu até brincava que, se eu não tivesse sido eleito Presidente, eu iria montar

uma "Lula-Pipas", porque tem gente que está rico com caminhão-pipa. É preciso acabar com isso e é o que os prefeitos mais pedem quando a gente vai lá. Eu quero dizer de viva voz, aqui, para os companheiros da CNBB: nas outras campanhas, muitas vezes, me obrigaram a ir ao marco-zero da Santarém/Cuiabá, para que eu assumisse o compromisso de que iria construir a Santarém/Cuiabá e eu me recusei a isso. Também, perdi as eleições. Mas eu não ia por uma questão de princípio. Eu não podia, em cada lugar que chegasse, ficar fazendo uma promessa. Vejam o destino: eu, que não assumi compromissos, vai ficar nas minhas costas fazer a Santarém/Cuiabá. Da mesma forma que eu sempre me recusei a discutir a transposição das águas do jeito que muita gente queria discutir, sem antes discutir como recuperar o rio São Francisco, como recuperar seus afluentes, como recuperar a sua cabeceira. Houve nota de protesto e de repúdio contra mim, em plena eleição, na Paraíba, no Rio Grande do Norte, no Ceará. E serei eu prestem atenção ao que eu estou dizendo, e eu não posso mentir na frente de tantos bispos e cardeais aqui, serei exatamente eu, que nunca assumi um compromisso, que vou fazer a transposição das águas para o Nordeste brasileiro. E vamos estudar com muito carinho a bacia do Tocantins e vamos fazer, porque a gente não pode permitir que o nordestino fique mais um século subordinado, como vítima da seca. Se a seca é um fenômeno da Natureza, a fome causada por ela é falta de vergonha de quem governou este país durante tantos e tantos séculos. Então, nós vamos tentar fazer esse reparo, porque é justiça que a gente vai ter que fazer com o Nordeste brasileiro. E, por último, eu queria dizer para vocês que descobri uma coisa fantástica no Governo: é que, por menos que a gente tenha dinheiro, a gente tem dinheiro. Quando era prefeito de Ribeirão Preto, o Antônio Palocci falava assim para mim: "Lula, não se preocupe. Se você ganhar as eleições, você vai perceber, a gente vai passar um aperto no começo, mas, depois, você vai perceber que um real na mão deles vale dois reais na nossa mão." Quando houve o corte no Orçamento, eu falei para os ministros: "eu não estou preocupado, porque, se a máxima do Palocci valer, que cada real na mão deles vale dois na nossa mão, então estou com o dobro do Orçamento que penso que estou. Então, eu vou ter que fazer e pedir a Deus que me ajude a fazer o milagre da multiplicação do Orçamento". Mas podem ficar certos de que, neste ano, vocês vão ver que o dinheiro do Pronaf vai sair no tempo certo e vai sair mais do que sempre saiu. Vocês vão ver que o dinheiro para o plantio vai sair no mês de maio, não vai esperar agosto, quando as pessoas já plantaram. Nós fomos a Buíque, Pernambuco, fazer o lançamento de um programa em que a gente está se comprometendo: se o produtor plantar, nós compramos o que ele plantou, para ele não ficar vítima dos preços. Vai dar para fazer muita coisa. Vocês podem ficar certos de que não ficarão frustrados com este Governo. E o que eu quero, dom Jayme, é pedir a todos os bispos, até pela relação de amizade que eu tenho com muitos, que membros do meu Governo têm com muitos aqui, o que eu quero pedir para vocês é o seguinte: o verdadeiro amigo não é aquele que fica dando tapinha nas costas. De vez em quando, o verdadeiro amigo é aquele que faz uma crítica, é aquele que chama a atenção. Esse é, muitas vezes, mais amigo do que aquele que fica só "Ah, está maravilhoso. É bonito. Está extraordinário". Então, eu não quero isso. Eu quero uma relação de lealdade, uma relação de companheirismo, uma relação em que cada um de nós não perca a referência daquilo que nós somos, não perca a referência da nossa autonomia, mas, ao mesmo tempo, que a gente não perca a noção de que resolver os problemas do Brasil não é problema de um Governo. É mais do que isso. É um problema da sociedade brasileira. E vocês sabem tão bem o quanto isso é verdadeiro, nas

dificuldades que vocês passam, no trabalho pastoral que vocês fazem por este país afora. Pode ficar certo de uma coisa, dom Jayme: qualquer um que seja eleito Presidente da CNBB ou secretário-geral pode ficar certo de que a relação com o meu Governo será uma relação fraternal, cordial, sincera, e que tanto a CNBB quanto outras entidades de caráter nacional vão, muitas vezes, ser consultadas sobre as políticas que nós queremos fazer neste país. Para não dizer que eu acho que há muito tempo um Presidente da República não vinha fazer um debate com tantos bispos juntos. Isso já é uma mudança e um sinal de que alguma coisa mudou de verdade neste país. Portanto, dom Jayme, muito obrigado por esta oportunidade. E vamos agora ao debate, que é o que vocês estão esperando. Olhem, há várias coisas para serem respondidas. Algumas, eu acho que cada ministro, aqui, respondeu, ou nós levaremos para a Presidência da República e, depois, responderemos. Como tem o nome de cada pessoa que perguntou, a gente responde por escrito e envia, porque depois a CNBB pode querer utilizar isso em outros debates. Quero dizer para vocês, também, que este aqui é apenas o início de uma série de debates que acho que vão acontecer por este país afora. Obviamente, a pauta de assuntos é muito mais ampla do que essa de hoje. Há muito mais coisas para serem discutidas. E quero dizer que estamos totalmente à disposição. Quando eu digo "nós estamos totalmente", não se pode pensar que o Presidente está disponível todo dia para um debate. Mas o que tem de gente do Governo disposta a debater! Nós estamos ávidos por debates. Ninguém vai pegar no nosso pé: "Convidamos e não vieram". Não. Convidou, estamos lá, para fazer o debate, porque é disso que vão resultar os acertos da nossa política. Com relação à Sudene, dom Marcelo Carvalheira sabe que é um compromisso histórico de 89, 94, 98 e 2002. Não posso ter prometido uma coisa durante três eleições e, agora que ganhei, como diria o Magri, "desprometer". Pelo contrário. A Sudene vai ser peça fundamental no modelo de desenvolvimento regional que nós queremos para o Brasil. Da mesma forma que nós vamos também tratar de recuperar a Sudam, porque a Amazônia tem que ser pensada de forma mais carinhosa. E, aí, vamos criar o Conselho de Desenvolvimento da Região CentroOeste do país, que não existe. Vamos anunciar aliás, eu já anunciei para os governadores nós vamos criar o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, que vai ficar com 2% de todos os impostos federais, que serão destinados para o Fundo de Desenvolvimento Regional. Porque o Brasil tem que ser pensado nacionalmente, regionalmente e setorialmente. Se não houver este tripé de pensamento sobre o Brasil, a gente não consegue dar dimensão a um novo modelo de desenvolvimento que queremos para este país. E, certamente, essas coisas todas são difíceis, são complicadas, porque o Brasil não tem cultura de trabalhar com planejamento de longo prazo e, muito menos, nunca se respeitou a questão do desenvolvimento regional. A pessoa, quando pensa no país, pensa que o país é homogêneo, que todo mundo é igual, que todo mundo tem a mesma cultura, que a terra é a mesma. Basta andar um pouco. Lamentavelmente, para tristeza de todos vocês e nossa, brasileiros, o último Presidente da República a andar neste país, antes deste candidato quando eu era candidato andei muito foi Juscelino Kubitschek, em 1955. Depois disso, se vocês pegarem a agenda de todos os governos militares, se vocês pegarem a agenda de Fernando Henrique Cardoso, de Itamar, de Collor, de Sarney, de Figueiredo, de Médici, de quem vocês quiserem, vão perceber que eles visitavam Brasília, o seu estado natal, e Brasília. De vez em quando, o Rio de Janeiro. De vez em quando, iam a uma capital e voltavam. O Juscelino foi o único que, quando no mandato, viajava pelo Brasil. E eu tive a primazia de viajar pelo Brasil antes de ser eleito, porque, como perdi três eleições,

eu aproveitei e já andei pelo Brasil à vontade. Mas não é por causa das eleições, porque, nas eleições, a gente também não conhece. Em eleição, a gente desce no palanque e não conhece nem quem está apresentando a gente. Foi por causa das caravanas da cidadania que me deram um conhecimento profundo sobre o Brasil. Na questão das instituições de desenvolvimento regional, podem ficar certos de que as que não existem ainda nós estamos criando e queremos anunciar logo, porque já queremos que haja dinheiro para o próximo Orçamento. A questão da dívida externa e das dívidas sociais, são dois problemas complicados. Primeiro, porque, todo mundo aqui sabe da vulnerabilidade da economia brasileira. O Brasil está com uma economia muito frágil porque, durante muito tempo, acreditou-se em mentiras e o Brasil, então, ficou dependendo do dinheiro que vinha para cá. E nós não só aumentamos a nossa dívida interna como temos uma dívida externa pesada, sendo que 60% dela são da iniciativa privada. Mas, também, quando é da iniciativa privada, traz problema para o Governo, porque, se um grande grupo econômico tiver uma dívida externa e não puder pagá-la, vai ficar na mão do Governo: "Deixa quebrar ou empresta dinheiro?" Sempre cai na mão do Governo. O Governo funciona como um pai funciona para os filhos. Todo filho pensa que é independente, pensa que pode fazer o que quiser, pensa que pode ir para a noite. Agora, quando acontece alguma coisa, volta para casa, pedindo para o pai e para a mãe: "Por favor, me socorram." Então, é assim. A dívida é dos empresários, mas, no fundo, nós somos uma espécie de avalista, porque somos o Governo, temos interesses e porque a nós não interessa que nenhuma grande empresa nossa quebre, porque senão será um desastre. Eu estou tentando convencer os países da América do Sul de que nós poderíamos apresentar uma proposta de renegociação da dívida externa. Agora, isso tem que ser muito conversado, porque não é fácil a gente convencer um Presidente de um país a aceitar fazer um jogo conjunto. Eu até agradeço a Deus pelo comportamento que os Presidentes têm tido comigo. Olhem, eu já fiz reunião com o presidente Duhalde, da Argentina, com o Presidente da Colômbia, com o Presidente do Equador, com o Presidente da Venezuela, com o Presidente da Bolívia, com o Presidente do Peru e todos eles estão pedindo que o Brasil lidere a América do Sul, num processo de desenvolvimento. Eu quero convencê-los, também, a elaborar uma proposta que faça com que os países ricos assumam a responsabilidade de uma parte dos juros que eles têm que pagar da dívida, transformem aquilo em títulos para criar recursos para o desenvolvimento na América do Sul. Isso não é fácil porque, primeiro, tenho que convencer os Presidentes a concordarem. Depois, eu tenho que convencer os outros, lá, a aceitarem isso. Eu acredito numa coisa. Quando eu falei, aqui, no começo, que não acredito que todo mundo seja mau ou que todo mundo seja 100% bom, é porque, durante quase 20 anos da minha vida, eu passei fazendo negociações, em situações adversas, em situações delicadas. E eu acho que é possível a gente convencer o mundo de que é preciso começar a mudar, inclusive as orientações do FMI para os países do Terceiro Mundo. Se não acreditasse na capacidade do convencimento, na capacidade da persuasão, eu não seria Presidente da República. Eu acredito que é possível. Há uma nova lógica no mundo, hoje. E vejam o que isso significa. Vocês estão lembrados do que era o Brasil em dezembro. E vocês ouviram, aqui, dizer que o companheiro Palocci está melhor do que o Malan. Sabe o que acontece? É que credibilidade você pode conquistá-la com facilidade, mas você pode perdê-la com facilidade. O Brasil chegou a uma situação, no ano passado, apesar da "boa pinta" dos homens que dirigiram a economia deste país. Nem no tempo da moratória do Sarney, em 1986, cortaram o crédito para as exportações brasileiras. E agora, com o

Malan, com quinhentas vindas do FMI aqui, com todo mundo sendo amigo de todo mundo, com Fernando Henrique Cardoso viajando 365 dias, em oito anos, para o exterior, eles, simplesmente, desde agosto do ano passado, cortaram toda e qualquer linha de crédito para as exportações brasileiras. E, sem isso, você não exporta, porque você não tem capital de financiamento. Ora, o que aconteceu? O terrorismo que "venderam" sobre nós desapareceu com algumas medidas sensatas que nós tomamos. Porque falar, às vezes, é mais fácil do que fazer. Em economia, a gente, muitas vezes, faz e não fala, porque, se falar, não faz. É preciso ter muito cuidado. O jogo é muito delicado e nós vamos fazer. E vamos fazer sabendo que o que está em jogo não é apenas a economia do Brasil, é a nossa história. Eu não quero ser lembrado pela história do Brasil, daqui a cinquenta anos, porque há um quadro com o retrato de alguém que foi Presidente, no Salão Nobre do Palácio do Planalto. Sabem aquelas figuras que a gente nem lembra quem foram? Eu não quero ser lembrado por isso. Eu devo ser lembrado pelo que o conjunto da sociedade brasileira poderá fazer neste país. E nós vamos criar as condições para mudar as relações. Mas este é um jogo político. Nós temos que fazê-lo com esperteza e sabedoria, porque, em política, a gente não pode arrumar muito inimigo ao mesmo tempo. Quando você arruma um, você ganha outro amigo. Você tem que ter sempre um contraponto para não tomar bordoadas de todo mundo. Vejam o que aconteceu com Hugo Chávez, na Venezuela. O Chávez é uma belíssima figura. Se vocês conhecerem o Chávez, todo mundo vai gostar. A Igreja de lá não gosta dele. Vocês vão "adorar" o Chávez. É simpático, agradável. Agora, como ele tem uma formação militar e não política, ele não faz política. Então, ele briga com todos. Ele é capaz de brigar com todos vocês ao mesmo tempo. Eu, se quiser brigar com dom Jayme, vou ficar de bem com dom Cláudio. Eu vou querer dividir os meus adversários para poder ter uma força. Na questão do latifúndio, é a mesma coisa, viu, meu querido dom Tomás Balduino. Nós temos que medir, concretamente, cada passo que a gente vai dar. Imaginem que estou com bursite nos meus braços, nem lutar boxe eu posso mais. Então, eu sei cada passo que tenho que dar. Sei que vou dar esses passos. Mas vou dar calibrado, porque eu não posso dar um passo e voltar atrás, porque, se voltar atrás, eu fico desmoralizado. E determinadas coisas delicadas a gente só vai colocar no Congresso Nacional quando tiver a certeza de que vai ganhar a votação, porque senão, você perde uma, perde duas, perde três, e você fica desmoralizado na sua relação com o Congresso Nacional. E eu não estou aqui para isso. Vamos fazer um jogo bem feito. E a questão da dívida externa? Nós vamos ter que resolver, nós vamos reduzir juros. Será que alguém neste país imagina que eu não tenha vontade de reduzir os juros com uma medida provisória? Agora, há fragilidade. Isso é como um doente: se a pessoa está frágil, você não pode nem tirá-la do lugar, nem transportá-la para um hospital melhor. Não é isso? Você tem que deixá-la deitada, dando remediozinho ali, até criar oportunidades. E nós vamos mudar, porque senão nós não mudamos o modelo econômico. Mas vejam uma coisa, vejam o que é bom: ontem, vocês sabem que os títulos brasileiros alcançaram o maior valor de toda história dos títulos brasileiros? Eu, que era o "monstro" que ia acabar com a economia brasileira... Nós colocamos 1 bilhão de reais. Apareceram compradores para 6 bilhões. Nós nem quisemos vender. Aí já esnobamos, também: agora, vamos devagar. Tinha gente que dizia que o dólar iria subir para 5 reais. Tinha deputado que esbravejava, no Congresso Nacional, inclusive do meu querido PT: "O salário mínimo tem que ser, no mínimo, 100 dólares". Se "brincar", daqui a um mês, vai estar, porque o dólar vai cair para 2,40. Eu sou uma pessoa que digo sempre: sou abençoado, porque Deus foi muito

generoso comigo. E eu brinco sempre, sem nenhum demérito ao Cristovam, que é economista, ao Suplicy, que é economista, quem mais é economista aqui na Mesa? O Graziano, que é economista. O José Dirceu, não. O José Dirceu é advogado. Eu tive a sorte de ter um médico no Ministério da Fazenda. Eu tive sorte, porque o jogo da economia é muito pesado. Tem uma parte dele muito teórica. E, na hora em que você coloca um médico, que está acostumado a lidar com gente que está morrendo, que tem que ter mais carinho... O Palocci é o mais jeitoso de todos nós para fazer essas coisas. Não veio aqui porque foi jogar bola comigo e se machucou, não agüentou disputar comigo, perdeu. Mas ele está disposto a discutir também. Ele já veio à CNBB. Se vocês, um dia, quiserem convidar o Palocci para discutir economia, não tem tempo ruim. Ele vai a qualquer lugar, porque nós queremos fazer este jogo com a maior clareza possível. E, por último, a questão da dívida social. Esta é a razão da minha entrada na política. Eu só entrei na política, eu só criei um Partido, porque acredito nessas coisas. E este é um compromisso que não é programático, não. É um compromisso ético, é um compromisso cristão, é um compromisso de um ser humano que viveu isso na pele. Eu tenho sensibilidade. Eu vejo, nos olhos das pessoas, quando me vêem na rua, principalmente os mais pobres, o grau de expectativa que nós geramos. Então, eu sei que não posso frustrar isso. E vocês vão ver, a partir de junho, quando a gente já vai ter um mapa dos seis meses. Possivelmente, em seis meses tenhamos liberado mais recursos para política social do que foi liberado em muitos outros anos. Só para se ter uma idéia, de 1 bilhão de reais e pouco que havia no ano passado para saneamento básico, foram liberados apenas 19 milhões. Nós já liberamos, neste ano, 1 bilhão e 400 milhões reais para saneamento básico. Agora, é o Governo liberar e depois tem que ter 500 para fiscalizar, para saber se o dinheiro saiu. Porque você libera, a Caixa autoriza e, depois, tem que passar por tanta gente que termina o ano e não se gastou o dinheiro. Isso se a gente não tiver, da sociedade, gente denunciando, gente cobrando que não saiu. Qual é o problema do Pronaf? É que o Banco do Brasil liberava o dinheiro e já ficava com quase 40 centavos para cada real emprestado. Depois, o coitado do pequeno tinha que passar por tanta gente que ele desanimava. Então, nós já decidimos que vamos acabar com a burocracia. E o Presidente do Banco do Brasil assumiu essa responsabilidade. Vai depender, agora, de a gente fazer acordo com os Sem-Terra, com a Contag, com a Fetraf-Sul, para que eles denunciem, se não estiver acontecendo. Se o Governo anunciou, na televisão: "Vai liberar", na semana seguinte, não saiu. "Tudo bem, não saiu na semana seguinte, o Governo é novo". Na outra não saiu, espera aí. Já tem coisa errada. E se ninguém denuncia, ninguém sabe. Porque, às vezes, perto de um Presidente ou perto de um ministro só chega notícia boa. As pessoas têm medo de dar notícia ruim para a gente. Eu acho que a denúncia faz parte de um processo de não permitir que a gente caia no esquecimento, porque a máquina é envolvente. Olhem, esses "meninos" todos, aqui, estão entrando às 8 horas da manhã e muitos saem à meia-noite, uma hora da manhã e não atenderam todo mundo que tinham que atender. Nós precisamos nos livrar um pouco da máquina. O José Dirceu já anda reclamando que estou viajando muito. Viajar muito significa que vai acumulando serviço na Pasta dele, porque ele tem que preparar um monte de coisas para eu assinar. Mas eu acho que todos os ministros vão ter que viajar mais do que já viajou. Viajar muito, para que a gente não perca o pé no chão que nos elegeu. Se a gente achar que o mundo se resume ao Palácio do Planalto, a gente acabou. Nós temos que perceber que o mundo está lá, nas palafitas do rio Amazonas, de Manaus, nas palafitas de Recife, e daí por diante. E esse compromisso, meus companheiros cardeais e

bispos, funcionários que estão aqui, companheiras, eu quero que vocês saibam o seguinte: nós estamos à disposição, 24 horas por dia, para qualquer discussão. Muito obrigado. E que Deus abençoe a todos nós. Obrigado, dom Jayme.

## ANEXO B – Relação dos 107 discursos coletados

Aqui apresentamos os títulos e as datas em que foram proferidos os discursos. A íntegra dos textos pode ser lida no CD que se encontra em anexo a esta dissertação.

Número	Discurso	Data
#D1	Pronunciamento à nação.	01/01/2003
#D2	Pronunciamento na sessão solene.	01/01/2003
#D3	Na visita a Vila Irma Dulce.	10/01/2003
#D4	Por ocasião da visita a cidade Itinga.	11/01/2003
#D5	Visita do presidente da Argentina.	14/01/2003
#D6	III Fórum Social Mundial.	24/01/2003
#D7	XXXIII Fórum Econômica Mundial.	26/01/2003
#D8	Lançamento do Fome Zero.	30/01/2003
#D9	Recebimento da Grã-Cruz.	03/02/2003
#D10	Cerimônia de instalação do CDES.	13/02/2003
#D11	Reunião do CDES.	13/02/2003
#D12	Assinatura de projetos.	14/02/2003
#D13	Abertura dos trabalhos do Poder Legislativo.	17/02/2003
#D14	Cerimônia de abertura da exposição “Os Guerreiros de Xi’an e os Tesouras da Cidade Proibida”.	20/02/2003
#D15	Assinatura cooperação entre Mesa Brasil – SESC e Fome Zero.	24/02/2003
#D16	Dia Internacional da Mulher.	07/03/2003
#D17	Declaração conjunta dos presidentes do Brasil e da Colômbia sobre Intercâmbio de Cooperação.	07/03/2003
#D18	Na fábrica Daimler Chrysler do Brasil.	10/03/2003
#D19	Cerimônia de abertura IX Feira Internacional do Plástico.	10/03/2003
#D20	Inauguração da nova unidade da empresa Polibrasil.	10/03/2003
#D21	Lançamento do Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo.	11/03/2003
#D22	Encontro com prefeitos – VI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios.	11/03/2003
#D23	Comemoração do dia Internacional da Mulher.	12/03/2003
#D24	Visita do Primeiro-Ministro da Malásia, Mahatir Mohamad.	17/03/2003
#D25	Sobre o início da luta armada no Iraque.	20/03/2003
#D26	Instalação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção De Igualdade Racial.	21/03/2003
#D27	No Conselho Nacional de Segurança Alimentar. No jantar em homenagem à rainha Beatrix, dos Países Baixos	24/03/2003
#D28	No Conselho Nacional de Segurança Alimentar.	25/02/2003
#D29	Em visita ao Parque de Exposições Laucídio Coelho.	27/03/2003
#D30	Cerimônia de posse do presidente da Associação Comercial	27/03/2003

	de São Paulo.	
#D31	No ato público “Colheita de Grãos”, na Escola do Assentamento Itamarati.	28/03/2003
#D32	Audiência com os Presidentes das Convenções Evangélicas Brasileiras.	31/03/2003
#D33	Na cerimônia de assinatura de Medida Provisória referente à negociação de débitos rurais.	31/03/2003
#D34	Cerimônia de apresentação dos programas Sementes do Amanhã e Escola-Circo e entrega dos três primeiros Cartões-Alimentação do programa Fome Zero a família da cidade de Belém.	04/04/2003
#D35	Na solenidade comemorativa do dia Mundial da Saúde.	07/04/2003
#D36	No lançamento do Programa de Regularização Fundiária em Favelas.	08/04/2003
#D37	Na abertura da XI Feira Internacional da Indústria da Construção.	08/04/2003
#D38	Na cerimônia relativa à Articulação no Semi-Árido – ASA.	09/04/2003
#D39	No lançamento da Conferência Nacional das Cidades.	09/04/2003
#D40	Na cerimônia de apresentação dos novos Oficiais-Generais promovidos em 31 de março de 2003.	10/04/2003
#D41	Na reunião do CDES.	10/04/2003
#D42	Durante visita de trabalho ao Brasil do Presidente do Peru, Alejandro Toledo.	11/04/2003
#D43	Por ocasião da visita do Presidente do Peru, Alejandro Toledo.	11/04/2003
#D44	Na cerimônia de inauguração da Indústria Sucos da Cocamar.	12/04/2003
#D45	Na visita à Via Rural (Fazendinha).	12/04/2003
#D46	Na conferência Internacional de lançamento da Rede 10 – Luta Contra a Pobreza Urbana.	14/04/2003
#D47	Na cerimônia de inauguração do novo complexo minero-industrial – Copebrás.	15/04/2003
#D48	Na solenidade da entrega da Ordem do Mérito Aeronáutico.	17/02/2003
#D49	Na solenidade comemorativa ao Dia de Tiradentes.	21/04/2003
#D50	Na Cerimônia de assinatura de Protocolo de Intenções e Repasse de Recursos da União para o Espírito Santo, para a área da segurança pública.	22/04/2003
#D51	Na cerimônia da implantação do III-Ato Forno da Companhia Siderúrgica de Tubarão.	22/04/2003
#D52	Na cerimônia de assinatura de convênio entre a Confederação Nacional da Indústria e o Ministério da Educação.	23/04/2003
#D53	Durante a visita ao Brasil do presidente da Venezuela, Hugo Chávez.	25/04/2003
#D54	Durante o encerramento do Encontro Empresarial Brasil/Venezuela.	25/04/2003
#D55	Na cerimônia de inauguração dos bustos do libertador Simón Bolívar e do general Abre e Lima.	25/04/2003

#D56	No lançamento do Programa Conviver.	26/04/2003
#D57	Durante a visita de trabalho ao Brasil do Presidente da Bolívia, Gonzalo Sánchez de Lozada.	28/04/2003
#D58	Na solenidade do 30º aniversário da Embrapa.	29/04/2003
#D59	Na solenidade de Lançamento do Plano Nacional de Turismo 2003/2007 e posse do Conselho Nacional de Turismo	29/04/2003
#D60	Na solenidade de abertura do Seminário “Brasil – China: Um salto necessário”.	30/04/2003
#D61	Na solenidade de entrega das propostas das reformas tributária e previdenciária.	30/04/2003
#D62	Em visita ao Retiro de Itaici – CNBB.	01/05/2003
#D63	Na missa dos trabalhadores: “A esperança é fruto de nossa resistência”.	01/05/2003
#D64	Na cerimônia de inauguração da Termelétrica da Companhia Energética Santa Elisa.	02/05/2003
#D65	Na solenidade de inauguração da 69ª Expozebu.	03/05/2003
#D66	Na solenidade de Outorga da Medalha do Mérito Serigy.	03/05/2003
#D67	Na cerimônia de abertura da 44ª Reunião da Frente Nacional de Prefeitos.	06/05/2003
#D68	Na reunião da Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores de Produtos Industrializados – ABAD.	08/05/2003
#D69	Após a reunião com os governadores da região Norte.	09/05/2003
#D70	Na inauguração do Hospital da Criança.	09/05/2003
#D71	Na cerimônia de lançamento de programas de parceria entre os governos Federal e do Acre.	10/05/2003
#D72	Durante a visita de trabalho ao Brasil do Presidente do Uruguai, Jorge Batlle Ibañez.	12/05/2003
#D73	No sorteio dos municípios que serão fiscalizados quanto à aplicação de recursos, realizado pela Controladoria Geral da União.	12/05/2003
#D74	Na cerimônia de entrega do Manifesto: “A Paz e o Futuro dos Jovens”.	13/05/2003
#D75	Na cerimônia de lançamento do programa “Acelera Pernambuco”.	13/05/2003
#D76	Na cerimônia de imposição de Condecoração da Ordem do Mérito Naval.	14/05/2003
#D77	Na cerimônia de encerramento do “Grito Terra”.	14/05/2003
#D78	Na cerimônia de sanção da Lei de Modernização do Futebol e do Estatuto de Defesa do Torcedor.	15/05/2003
#D79	Na cerimônia de abertura da Agrobalsas.	21/05/2003
#D80	Na cerimônia de encerramento do XVIII Encontro de Chefes de Estado e Governo do Grupo do Rio.	24/05/2003
#D81	Em reunião com representantes do setor sucroalcooleiro.	26/05/2003
#D82	Durante visita de trabalho ao Brasil do Presidente do Equador, Lucio Gutiérrez.	27/05/2003
#D83	Na cerimônia de Lançamento da Política Nacional de Saúde Mental.	28/05/2003

#D84	Na cerimônia de encerramento do 1º Seminário Internacional de Fundos de Pensão.	28/05/2003
#D85	Na solenidade de entrega simbólica de 225 toneladas de alimentos para o Programa Fome Zero.	29/05/2003
#D86	Em encontro com a Diretoria, fornecedores e grandes clientes Uniforja.	29/05/2003
#D87	Para os integrantes dos Fóruns de Participação social, realizados nos 27 Estados.	29/05/2003
#D88	Durante almoço de trabalho oferecido pelo presidente da França, Jacques Chirac.	01/06/2003
#D89	Na abertura solene da Conferência internacional Planet Lebanon.	08/06/2003
#D90	Durante a visita de trabalho ao Brasil do Presidente do Conselho de Ministros da República do Líbano, Rafik Hariri.	10/06/2003
#D91	Durante a visita de trabalho ao Brasil do Presidente da Argentina, Néstor Kirchner.	11/06/2003
#D92	Na reunião da Câmara de Política Social.	11/06/2003
#D93	Na cerimônia de lançamento do Plano Agrícola e Pecuário.	12/06/2003
#D94	Na cerimônia de lançamento das Conferências Nacionais de Aquicultura e Pesca.	13/06/2003
#D95	Na 11ª Feira Nacional do Doce – Fenadoce.	17/06/2003
#D96	Na reunião de Cúpula do Mercosul.	18/06/2003
#D97	Na cerimônia de entrega dos troféus às instituições beneficiárias do Programa SENAI Solidário e premiação do Concurso Nacional de Criatividade para Docentes.	24/06/2003
#D98	Na cerimônia de lançamento do Plano Safra para a Agricultura Familiar 2003/2004.	24/06/2003
#D99	Na cerimônia de anúncio de medidas na área econômica para pequenos tomadores de crédito, empresários e sindicatos.	25/06/2003
#D100	No encerramento do 2º Congresso Brasileiro de Agribusiness.	25/06/2003
#D101	No primeiro Seminário de Infraestrutura para o Desenvolvimento Sustentável.	25/06/2003
#D102	No anúncio à imprensa de convocação extraordinário do Congresso Nacional.	25/06/2003
#D103	Na abertura do 4º Congresso de Metalúrgicos do ABC.	26/06/2003
#D104	Na abertura do encontro nacional de vereadores e deputados estaduais do Partido dos Trabalhadores.	27/06/2003
#D105	Na cerimônia de inauguração do Portal da cidade de Parintins.	28/06/2003
#D106	A cerimônia de lançamento do Programa Primeiro Emprego.	30/06/2003
#D107	Na cerimônia de posse do doutor Cláudia Lemos Fonteles no cargo de Procurador-Geral da República.	30/06/2003